

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

BERNARDO BOUCINHA BERNARDI

**PETRÓLEO E PODER NO SISTEMA MUNDO:
A ERA DO PETROYUAN?**

Porto Alegre

2019

BERNARDO BOUCINHA BERNARDI

**PETRÓLEO E PODER NO SISTEMA-MUNDO:
A ERA DO PETROYUAN?**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito final para obtenção do título de Mestre em Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Bernardi, Bernardo Boucinha
Petróleo e poder no sistema-mundo: a Era do
Petroyuan? / Bernardo Boucinha Bernardi. -- 2019.
104 f.
Orientador: Luiz Augusto Estrella Faria.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Petróleo. 2. Contratos futuros. 3.
Sistema-mundo. 4. Energia internacional. 5.
Petrodólar. I. Faria, Luiz Augusto Estrella, orient.
II. Título.

BERNARDO BOUCINHA BERNARDI

**PETRÓLEO E PODER NO SISTEMA-MUNDO:
A ERA DO PETROYUAN?**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora como requisito final para obtenção do título de Mestre em Política Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aprovado em: Porto Alegre, 11 de abril de 2019.

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Milan
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Vitor Hugo Veppo Burgardt
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Prof. Dr. Diego Pautasso
Colégio Militar de Porto Alegre (Ministério da Defesa)

Dedico esse estudo a Ilo e Amélia Boucinha, Helena e Cristal Boucinha,
e in Memoriam de Julia Ignez Ferreira da Silva.

E também gostaria de agradecer os meus amigos e amigas Athos Munhoz, Bento Colares,
Bono Costa, Brendon Faccion, Bruna Colodzeiski, Douglas Jardim, Helena Zhou, João
Chiarelli, Laura Martini, Letícia Rodrigues, Renato Saraiva, Ricardo Oliveira, Ronaldo
Pereira, Vera Almeida, Sérgio Cidade, Fabiele Rodrigues, Tiago Alano, Tércence Veras.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento inicial é para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida que possibilitou a realização do curso de Mestrado na UFRGS.

Em especial, agradeço ao meu Orientador que me ajudou a pensar e elaborar este trabalho.

Muito obrigado também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), pelos excelentes conhecimentos que me passaram em suas aulas.

Igualmente agradeço à Secretaria do PPGEEI, pela disponibilidade e prontidão.

Obrigado a esta Universidade, seu corpo docente e funcionários, que propiciaram a expansão da minha educação e a da minha experiência na pesquisa em Relações Internacionais.

Obrigado aos colegas que enriqueceram minha jornada nesses dois últimos anos.

Muito obrigado, especialmente, à minha família.

“[...] Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo. Daí a fúria moderna na luta pelo petróleo.”
(LOBATO, 1936, p. 7)

“You are an old man who thinks in terms of nations and peoples. There are no nations, there are no peoples, there are no Russians, there are no Arabs, there are no Third Worlds, there is no West. There is only one holistic system of systems, one vast and immense interwoven, interacting, multivariate, multinational dominion of dollars, petro-dollars, electro-dollars, multi-dollars, Reichsmarks, rubles, pounds, and shekels. It is the international system of currency which determines the totality of life on this planet. That is the natural order of things today. That is the atomic, and subatomic, and galactic structure of things today.” **(CHAYEFSEKY, 1976)**

“Today, oil is the only commodity whose doings and controversies are to be found regularly not only on the business page but also on the front page. And, as in the past, it is a massive generator of wealth – for individuals, companies, and entire nations. In the words of one tycoon, "Oil is almost like money."
(YERGIN, 1991, p. 13)

“Por todo o século XX, petróleo significou hegemonia.”
(YERGIN, 1991, p. 15)

“The large-scale advent of new financial instruments, called ‘oil derivatives’ or ‘futures’, by the late 1980s enabled yet another means of Anglo-American control of oil. It created the mechanism for controlling the price of the world’s most valuable commodity at key periods without regard to the traditional laws of supply and demand. That opened huge new potentials to use oil as a weapon of economic warfare.”
(ENGDAHL, 2012, p. 09)

RESUMO

Nesta pesquisa considera-se primordialidade do petróleo para o funcionamento da sociedade atual e como recurso para o poder das nações, investiga-se como o controle desse recurso estratégico influencia o arranjo de poder no Sistema-Mundo contemporâneo, averiguando o sistema de aquisição de petróleo no mercado internacional, os petrodólares, como mecanismo de manutenção da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e a alternativa recente da China, o petroyuan. Assim, o objetivo desta pesquisa é fazer o elo entre petróleo e economia política internacional, através do método histórico-analítico amparado pela base teórica do Sistema-Mundo, consolidado no estudo desse instrumento financeiro, os Contratos Futuros, que trazem como resultado a globalização dos mercados do óleo, amplamente dominados por dois instrumentos financeiros futuros anglo-americanos, o *West Texas Intermediate* (WTI) e o *Brent Crude*. O sucesso desse novo instrumento financeiro, estabeleceria três polos globais dos mercados do óleo – Ásia/Pacífico, Oriente Médio e África, e as Américas – onde cada um teria um benchmark distinto refletindo a sua oferta e demanda; o fato poderia levaria uma parcela substancial da população mundial – a indo-asiática –, a direcionar o superávit da sua balança de pagamentos, não à disposição das agências controladas pelos Estados Unidos, mas para serem utilizados como instrumentos da emancipação do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Petróleo. Petroyuan. Petrodólar. Contratos futuros. Energia internacional. Sistema-mundo.

ABSTRACT

This research consider the primordality of oil for the functioning of today's society and as a resource for the power of nations, it is investigated how the control of this strategic resource influences the arrangement of power in the contemporary World-System, ascertaining the petrodollar system as a mechanism of maintaining the hegemony of the United States of America (USA) and the recent alternative of China, petroyuan. Thus, the objective of this research is to make the link between oil and international political economy, through the historical-analytical method supported by the theoretical basis of the World-System, consolidated in the object study, Futures Contracts, which result in the globalization of the markets largely dominated by two Anglo-American futures instruments, West Texas Intermediate (WTI) and Brent Crude. The success of this new financial instrument would mean establishing three global oil market poles - Asia / Pacific, the Middle East and Africa - and the Americas - where each would have a distinct benchmark reflecting its supply and demand; the fact could lead a substantial portion of the world's Indo-Asian population to direct its balance of payments surplus, not available to agencies controlled by the United States, but to be used as instruments of the emancipation of the South.

KEYWORDS: Petroleum. Petroyuan. Petrodollar. Futures contracts. International energy. World-System.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campo petrolífero pioneiro em 1859, em Titusville, Pensilvânia, USA.....	20
Figura 2 – Reservatório de Petróleo	21
Figura 3 – Modelo de Contrato Futuro de Petróleo	32
Figura 4 – Balanço do Comércio do Óleo Internacional em bilhões de dólares (1980-2011)	33
Figura 5 – Exemplificação de Contrato Futuro de Trigo	69
Figura 6 – Consumo energético primário total na China por tipo de combustível.....	69
Figura 7 – Mapa da Rede de oleodutos, campos e refinarias chinesas	80
Figura 8 – Demanda energética mundial nos anos 2000, 2017 e 2040	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais Regiões Geológicas e Número de Depósitos Gigantes	25
Tabela 2 – Produção e consumo de Petróleo e outros Hidrocarbonetos.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EIA	Agência Internacional de Energia
BP	British Petroleum
bpd	Barril (s) por dia / Barrel(s) per day
EIA-DOE	Energy Information Administration Department of Energy
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-8	Grupo dos Oito
G-20	Grupo dos Vinte
IMF	International Monetary Fund
NASA	National Aeronautics and Space Administration
OECD	Organization for Economic Cooperation and Development
O&GJ	Oil & Gas Journal
ONG	Organização Não-Governamental
ONGC	Oil and Natural Gas Corporation Limited
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	Organization of Petroleum Export Countries
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
EU	União Europeia
UM	United Nations
UNODA	United Nations Office For Disarmament Affairs
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	United States of America
USD	United State Dollar (Dólar Americano)
USGS	United States Geological Survey
RMB	Renminbi
SDR	Special Drawing Rights (Direitos Especiais de Saque)
SINOPEC	China Petroleum and Chemical Corporation

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DO ÓLEO AO PETRÓLEO	17
2.1	PETRÉLAION	17
2.2	PETRÓLEO E DISTRIBUIÇÃO DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL	31
3	DO PETRÓLEO AO PETRODÓLAR	35
3.1	CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO DE ARRIGHI	35
3.2	COMPETIÇÃO POR RECURSOS ENERGÉTICOS	41
3.3	CHOQUES DO PETRÓLEO E FINANÇAS INTERNACIONAIS	51
3.4	PETRODÓLARES E OS CONTRATOS FUTUROS	69
4	DO PETRODÓLAR AO PETROYUAN	77
4.1	PANORAMA ENERGÉTICO DA CHINA	77
4.2	COMPANHIAS PETROLÍFERAS NACIONAIS	82
4.3	DIPLOMACIA DO PETRÓLEO	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	99
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	103

1 INTRODUÇÃO

O petróleo, na condição de recurso natural estratégico e também como instrumento político, é fator crucial para a compreensão das relações de poder entre os Estados no Sistema-Mundo, aqui tocante ao petrodólar e à hegemonia norte-americana, assim como à alternativa de moeda de negociação dos chineses, o petroyuan.

Em um contexto oriundo do imenso volume de petróleo negociado e utilizado pela humanidade, e o processo de financeirização desse recurso é fator importante para a manutenção estatal, pois a posse desse recurso é imperativa na ascensão das grandes potências e autonomia dos Estados. O controle do petróleo, seu processo financeiro e a limitação ao seu acesso e comércio, principalmente nas relações de poder entre o centro e a periferia, pode assegurar tanto o desenvolvimento, quanto o subdesenvolvimento dos estados, devido à sua dimensão estratégica como motor para a progressão das sociedades modernas. Engdahl (1992) ressalta que nenhum outro elemento talhou tanto a história dos últimos 100 anos quanto a luta para assegurar e controlar as reservas mundiais de petróleo.

Dentro desse gigantesco mercado de compra e venda de petróleo, o sistema petrodólar, onde mas não apenas, o preço para a compra e venda de petróleo é denominado em dólares, e no qual os países em desenvolvimento estão sujeitos, Arrighi ressalta que

A questão verdadeiramente importante aqui, não é se os países asiáticos ou outros países do Sul vão continuar a utilizar dólares como meio de troca, que por uma extensão desconhecida, eles continuarão usando por um longo tempo. E sim, se eles vão continuar a pôr o superávit da sua balança de pagamentos à disposição de agências controladas pelos Estados Unidos, para serem utilizados como ferramentas de dominação do Norte, ou se ao invés disso, eles usariam isso como instrumentos de emancipação do Sul (ARRIGHI, 2008, p.384, tradução nossa).

Frente a essa conjuntura, e considerando o contexto mundial do século XX e início do século XXI, a competição por recursos naturais, o aumento dos conflitos regionais, os choques do petróleo dos anos 1970, implantação do sistema petrodólar, e a crise de 2008, essa pesquisa foca-se a China, por ser a maior consumidora e importadora de petróleo do mundo, levando às interrogações sobre quais políticas influenciaram seu comportamento nesse sistema e quais utilizam para o petróleo. No país, o consumo diário de barris de petróleo no ano de 2016 chegou a 11.5 milhões, um aumento de mais de meio milhão de barris em relação a 2015, de acordo com o relatório anual da Associação das Indústrias de Petróleo e Indústria Química da China. Com uma produção interna ao redor de quatro milhões de barris ao dia, a China depende em grande parte do mercado internacional para o seu suprimento de óleo.

Fiori (2005) cita um estudo publicado pelo portal de exportação do governo norte-americano (*Export Gov*), uma agência do departamento de comércio internacional americano dirigida a melhorar as exportações, no qual estatísticas alfandegárias apontam que a China importou 7,59 milhões de barris de petróleo cru por dia em 2016, um aumento de 13,6% em relação ao ano anterior. Esses dados preveem que o consumo de óleo cru pela China, no ano de 2020, será em torno de 12 milhões de barris por dia; e até 2030, 80% do óleo para o consumo chinês será importado. Dado o grande tamanho da economia chinesa e o forte efeito gravitacional que tem com os países vizinhos, somado à consolidação da Nova Rota da Seda como um bloco econômico de mais de 70 países, três grandes rotas para a circulação de pessoas e recursos, por mar e por terra, e investimento avaliado em mais de USD 8 trilhões, cada vez mais empresas chinesas e americanas passam a disputar o acesso e o controle do petróleo e seu mercado, intensificando assim sua presença em diversos lugares do mundo através de investimentos, acordos comerciais, diplomáticos e militares.

Na atualidade, o continente asiático apresenta-se como a região mais populosa do mundo, uma vez que engloba o Leste Asiático, o Sudeste Asiático e o subcontinente indiano que possuem população superior a 3,5 bilhões de habitantes, o que corresponde à metade da população mundial, em menos de 25% da superfície habitável do globo. Tendo a China e Japão como a segunda e a terceira maior economias do mundo respectivamente. A soma desses fatores levou Arrighi (2008) a formular as premissas de que a centralização continental desses processos, acrescida ao efeito gravitacional regional da economia chinesa, levou o governo chinês a traçar o processo da “reascensão” ou o “rejuvenescimento” da China.

Em conjunto, a China e a Índia detém um terço da população mundial, e apresentam um crescimento médio da população nessas duas últimas décadas numa taxa média entre 6% e 10% ao ano. Fiori (2005, p. 2) cita o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos que previu, em seu Mapa do Futuro Global, que até 2020 a China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético, e a Índia em 100%, se forem mantidas suas taxas de crescimento econômico. Nenhum dos dois países tem condições reais de atender às suas necessidades internas por meio do aumento de sua produção doméstica de petróleo e de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje é o segundo maior importador de óleo do mundo, importações que atendem a um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior do que a da China, sendo que entre os anos 1990 e 2005, passou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar o quadro das necessidades asiáticas, o Japão e a Coreia permanecem altamente dependentes de

suas importações de petróleo e de gás, o que contribui ainda mais para a intensificação da competição econômica e geopolítica dentro da própria Ásia.

A China, um país historicamente alinhado à periferia, considerado a segunda maior economia do mundo, e que mantém viva as memórias do “Século das Humilhações” (1839-1949) pelas potências ocidentais e o Japão, e ainda que seja a grande beneficiária do atual Sistema Internacional - vide seus dados macroeconômicos, por isso não há por que se apresentar como antissistêmica.

Em 2018, dez anos após a crise econômica de 2008, a China inaugura o seu sistema próprio de contratos futuros para negociar no mercado de petróleo, o petroyuan, uma clara quebra ao sistema petrodólar, um dos pilares da manutenção da hegemonia americana. Porém, a instauração de um sistema concorrente ao petrodólar pode ser vista como uma ação estratégica contra a manutenção do sistema vigente, a mesmo tempo em que dá maior poder, autonomia e segurança ao Estado chinês, trazendo consigo mudanças consideráveis ao Sistema Internacional, o que pode evidenciar a importância desta pesquisa.

Pequim, ao redefinir os termos de troca do comércio de petróleo com o petroyuan, somado ao efeito gravitacional da economia chinesa, como elaborado por Pautasso (2011), e a consolidação da sua participação em blocos econômicos, em especial com a Índia, a Rússia e o Irã, tanto pelo volume do comércio de petróleo como pela soma da metade da população atual da humanidade, representada pela China e Índia, poderá concretizar a tese de Arrighi, utilizando o seu superávit do comércio de petróleo como uma ferramenta de emancipação do Sul.

Fiori (2005) sintetiza que o que se está vendo no campo geoeconômico e, em particular, no “mundo da energia”, é uma expansão veloz da demanda e um aumento da intensidade da competição, entre os velhos e os novos grandes consumidores de petróleo e gás natural disponível no mundo. De acordo com Fiori (2005), isso não é apenas uma disputa normal de mercado, e nem produto de alguma manobra da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ou do aumento puro e simples das taxas de crescimento da economia mundial. Pelo contrário, é sim produto de uma gigantesca mutação geoeconômica do capitalismo mundial, exigindo não apenas um aumento da produção da energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção.

Deste modo, este estudo relata sobre os instrumentos de negociação do petróleo, tanto para o funcionamento da sociedade quanto para o poder das nações, onde o controle desse recurso estratégico é imprescindível, não só por sua função estratégico-militar, mas também econômica.

Por conseguinte, a hipótese levantada é a de que o petroyuan, proposto pelos chineses para negociar óleo, onde ao interferir na primazia do dólar – Um dos principais mecanismos da dominação hegemônica norte-americana, podendo ser considerado parte da disputa hegemônica, mas também interpretado como uma estratégia defensiva chinesa às crises sistêmicas do Sistema Internacional.

Portanto, os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) compreender a importância histórica, geoestratégica e geoeconômica do petróleo para o Sistema-Mundo e a sua ligação com a manutenção da hegemonia americana;
- b) entender como o petrodólar é instrumentalizado na forma de contratos futuros para a aquisição de óleo cru, e relatar o estabelecimento de contratos futuros chineses negociados em yuan na *Shanghai International Exchange*;
- c) examinar o panorama energético chinês e as principais companhias petrolíferas nacionais, e os motivos fundamentais que levaram à implantação dos contratos futuros chineses para negociação internacional de petróleo.

Desta forma, objeto de estudo desta pesquisa são os contratos futuros de negociação de óleo e gás natural no mercado externo designados como petrodólares, ou petroyuans, o seu novo competidor chinês.

Através da abordagem qualitativa e do método histórico-analítico, o trabalho investiga os processos de financeirização do petróleo e as relações de poder estabelecidas, tendo como base teórica o Sistema-Mundo, enfatizando o panorama energético chinês nesse Sistema devido ao grande tamanho da economia e população chinesa.

Pela centralidade do tema pesquisado - o petróleo, os principais referenciais teóricos utilizados para sua interpretação são o Sistema-Mundo, proposto por Giovanni Arrighi em relação a apropriação de recursos estratégicos, aos ciclos de acumulação sistêmica e ao poder americano, e as concernentes argumentações sobre geoeconomia energética desenvolvida por José Luís Fiori. Para ampliar a compreensão sobre a história do petróleo, sua importância estratégica e como o controle do seu fluxo e seu processo de financeirização são utilizados pelos países centrais para afirmar seus interesses e garantir seu lucro a expensas dos países periféricos, são analisadas as obras *A Century of War: Anglo-American Oil Politics and New World Order* (1992), *Gods of Money: Wall Street and the Death of the American Century* (2010), *Myths Lies and Oil Wars* (2012), todas de William F. Engdahl e, ainda, a obra de Daniel Yergin, *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money & Power* (2009) e a de David Spiro, *The Hidden Hand of American Hegemony: Petrodollar Recycling and International Markets* (1999).

Já para compreender a economia continental chinesa é analisado o trabalho de Pautasso (2015), e para entender o sistema financeiro internacional e a internacionalização da moeda chinesa é estudada a pesquisa de Torres. Igualmente, consideram-se as análises sobre segurança energética da China e a importância securitária do petróleo, de Kerr.

Para auxiliar na organização dos argumentos, o conteúdo desta dissertação é organizado em três capítulos, os quais estabelecem associações entre os seguintes fatores: o petróleo e sua relevância estratégica como recurso de poder dos Estados; o papel vital do sistema petrodólar na manutenção da hegemonia americana e o surgimento dos contratos futuros do petrodólar e petroyuan; e o panorama energético da China até as negociações em petroyuan.

No primeiro capítulo apresenta-se uma visão geral sobre o óleo, sua história, natureza, características, usos, evolução e localização. Também descreve o contexto do petróleo como ferramenta de poder dos Estados, explicando como o controle do fluxo e o sistema de financeirização desse recurso é crucial para a distribuição e concentração de poder no Sistema-Mundo, principalmente durante o século XX.

No segundo capítulo pontua-se a relação entre o controle do petróleo e hegemonia, e aponta como esse fato se configura em uma ferramenta de dominação e exploração centro-periférica. Busca descrever a criação do sistema petrodólar pelos Estados Unidos, engendrado em Bretton Woods, e orquestrado pela OPEP e pelos bancos e políticos americanos para impor um sistema de dependência da aquisição de dólares para poder adquirir óleo, consolidado com os choques do petróleo dos anos 1970.

O terceiro evidencia as políticas de segurança energética chinesas e a importância do controle do petróleo no desenvolvimento nacional chinês. Elabora um panorama das grandes empresas chinesas que lidam com o petróleo, e os números em relação ao comércio da importação e exportação do petróleo chinês nessas diferentes etapas.

Já nas considerações finais formula-se narrativa sobre as mudanças estruturais e a crise de liderança no sistema mundial, sua ligação com a geoeconomia energética e a globalização dos mercados do óleo, ponderando-se sobre o petroyuan como alternativa que ameaça a primazia do dólar como moeda imposta no mercado energético.

2 DO ÓLEO AO PETRÓLEO

Desde a Antiguidade, há mais de seis mil anos, e até aparecer como um dos pilares da economia global, o uso do petróleo teve uma longa história, transformando de maneira extraordinária a humanidade. Partindo do betume e até seu envolvimento nas políticas globais, o petróleo entranhou-se na vida das pessoas, podendo ser ora a principal fonte de energia para o processo de industrialização, ora pano de fundo ou motivo principal para o desencadeamento de conflitos internacionais. Esse é o objetivo do primeiro capítulo desta pesquisa, reunir algumas observações iniciais sobre a origem e os caminhos do petróleo, e sua relação com o poder no Sistema Internacional.

2.1 PETRÉLAION

Petróleo (ou óleo cru) é um líquido viscoso e inflamável, mais leve que a água, encontrado em formações rochosas na Terra, conceituam ATWATER, RIVA E MCLEROY (2018). Essa substância consiste em uma mistura complexa de grandes quantidades de compostos químicos orgânicos de Carbono e Hidrogênio (hidrocarbonetos), e quantidades bem menores de Oxigênio, Nitrogênio e Enxofre. Mais de 1,2 mil combinações diferentes de hidrocarbonetos dão ao petróleo sua natureza complexa. Geralmente, o termo é restrito à sua forma líquida (petróleo bruto; ou óleo cru). Porém, como termo técnico, inclui-se o gás natural e a forma viscosa ou sólida denominada betume (asfalto). O processo de decomposição de matéria orgânica, restos vegetais, algas, determinados tipos de plâncton e ainda restos de animais marinhos que resultou no petróleo, aconteceu no decurso de centenas de milhões de anos da memória geológica da Terra. Essa teoria orgânica é a mais aceita dentre as várias existentes sobre a formação do petróleo. Entretanto, há teorias que sustentam a origem do petróleo como inorgânico ou mineral.

Dos 30 mil campos petrolíferos do mundo, até agora apenas 33 deles se constituem em grandes depósitos. Desses, 25 se encontram no Oriente Médio e contêm mais de 60% das reservas comprovadas no planeta. Surge assim, para essas teorias, questionamentos sobre como foi possível que tantos animais tenham morrido em menos de um por cento da crosta terrestre, que é a porcentagem aproximada correspondente ao Oriente Médio. Se a teoria orgânica está certa, essa região do planeta conteria o maior cemitério de animais do mundo, origem de suas reservas petrolíferas. O valor total do petróleo produzido há seis anos foi de cerca de USD 3

trilhões, valor estimado com base nos dados da U.S. *Energy Information Administration* (EIA, 2014).

Versão interessante deste tema foi publicada por Gold(1986), que afirma que o gás natural (o metano), que geralmente é encontrado em grandes depósitos petrolíferos, pode ter se originado de dos meteoritos que caíram durante a formação da Terra, há milhões de anos. Os argumentos que apresenta estão baseados no fato de que foram encontrados em vários meteoritos mais de 40 produtos químicos semelhantes ao querogênio, que se supõe ser o precursor do petróleo. E como os últimos descobrimentos da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) provam que as atmosferas dos outros planetas têm um alto conteúdo de metano, não é de se estranhar que essa teoria esteja ganhando cada dia mais adeptos. Assim, conforme Chow (1987), pode-se concluir que, apesar das inúmeras investigações que têm sido feitas, não existe uma teoria infalível que explique, sem deixar lugar para dúvidas, a origem do petróleo, pois isso implicaria poder descobrir as origens da própria vida.

Literalmente conhecida como óleo de pedra, a palavra *petroleum* (do Latim Medieval *petroleum*, e do Grego Antigo *πετρέλαιον* (“*petrélaion*”, óleo de pedra), resultado da composição de *πέτρα* (“*pétra*”, pedra) e *έλαιον* (“*élaion*”, azeite de oliva ou outra substância oleosa), foi usada pela primeira vez no século XVI, especificamente em 1546, no tratado *De Natura Fossilium* (Sobre a Natureza dos Fósseis), pelo alemão Georg Bauer, conhecido como o pai da Mineralogia (ATWATER; RIVA; MCLEROY, 2018).

Segundo Chow (1987), pequenas ocorrências de petróleo na forma de gás natural e vazamentos de óleo são conhecidos desde tempos primordiais. No Antigo Testamento, é mencionado diversas vezes, e estudos arqueológicos demonstram que foi utilizado há quase seis mil anos. Na Bíblia, no Gênesis, o petróleo é mencionado como betume ou como asfalto, em versículos que descrevem seu uso para colar os tijolos da Torre de Babel ou a Arca de Noé; ou como os reis de Sodoma e Gomorra foram derrotados ao cair em poços de asfalto no Vale de Sidim, "cheio de poços de betume”, próximo ao Mar Morto. Os antigos sumérios, assírios e babilônios usavam petróleo bruto, betume ou asfalto coletados de grandes fontes na cidade mesopotâmica de Tuttul (na atual Síria), com diferentes propósitos. O óleo líquido foi usado pela primeira vez como medicina pelos antigos egípcios, provavelmente como curativos, linimento e laxante. No mundo antigo, os derivados de petróleo foram valorizados como armas de guerra. Os assírios usavam o betume como meio de punição, despejando-o sobre os infratores da lei. Em 480 a.C, no cerco a Atenas, os persas usavam flechas incendiárias, envoltas em fibras encharcadas de óleo. No início da Era Comum (ou Era Cristã), os persas e árabes destilaram

petróleo bruto para obter produtos inflamáveis para fins militares. Nesse período, o petróleo também foi conhecido pelos nomes de lama e múmia.

Conforme De Santa (2002), no Egito, assim como entre povos da Pérsia e da Judéia, o óleo teve grande importância na impermeabilização das moradias, na iluminação noturna, na construção das pirâmides e até mesmo no embalsamento de múmias, quando nessa época aflorava naturalmente na superfície. Na região de Kirkuk (atual Iraque), Alexandre, O Grande ficou impressionado com o fogo que nascia de forma inextinguível do petróleo.

De acordo com o historiador Heródoto, o betume foi usado como material de liga na construção dos célebres jardins suspensos da Babilônia, pelo Rei Nabucodonosor. Também foi descrito por Plínio em sua “História Natural”. O petróleo era conhecido pelos indígenas da era pré-colombiana na América (incas e astecas), onde era usado como impermeabilizante para embarcações. Na China, onde os primeiros poços de petróleo conhecidos foram perfurados em 347 d.C., e durante muitos séculos, o gás de petróleo era usado para cozinhar alimentos. Outro uso para o óleo era ser queimado para evaporar salmoura e produzir sal. No século VII, no Japão, o petróleo era chamado *água ardente*. Há registros antigos da China e do Japão com menções ao uso do gás natural para aquecimento e iluminação. Na Europa Ocidental, no século XII, onde o ofício industrial de destilação para iluminação tornou-se disponível, provavelmente como resultado da invasão árabe da Espanha. Em Baku, no Azerbaijão, o petróleo já era elaborado em escala comercial, para os padrões da época, quando Marco Polo viajou pelo norte da Pérsia, em 1271 (SPE, 2007).

Exploradores espanhóis descobriram vazamentos de petróleo no que hoje é Cuba, México, Bolívia e Peru. As infiltrações de óleo eram abundantes na América do Norte e também foram observadas pelos primeiros exploradores nas áreas das atuais de Nova York e da Pensilvânia, onde os índios americanos teriam usado o óleo para fins medicinais (ATWATER; RIVA; MCLEROY, 2018).

Ainda assim, antes da segunda metade do século XVIII, as aplicações dadas ao óleo eram muito poucas. Sua extração do subsolo só começou a ser feita na Alsácia, uma região da França, em 1742. Até o início do século XIX, a iluminação não melhorou muito comparado com o que era conhecido durante os tempos dos romanos, gregos e mesopotâmios. As fontes de luz frequentemente dependiam dos óleos produzidos por animais e plantas, assim como a madeira também foi usada para iluminação. Com o crescente desenvolvimento dos centros urbanos, surgiu a necessidade de uma melhor iluminação que acompanhasse esse processo, levando à busca por novas fontes de energia, especialmente porque as baleias, que há muito

forneciam combustível para as lâmpadas, estavam se tornando cada vez mais difíceis de encontrar (CHOW, 1987).

Segundo Atwater, Riva e McLeroy (2018), por volta do ano de 1850, o uso do querosene ou óleo de carvão se tornou comum na Europa e nos Estados Unidos. A Revolução Industrial, que como processo começou na Grã-Bretanha no século XVIII e de lá se espalhou para outras partes do mundo, trouxe uma demanda crescente por uma fonte de lubrificantes mais barata e conveniente, bem como pelo óleo de iluminação. Também exigiu melhores fontes de energia, incluindo combustíveis e energia motriz como o carvão, o motor a vapor, a eletricidade, o petróleo e o motor de combustão interna. A energia, tendo sido já fornecida pelo músculo humano e animal e, posteriormente, pela combustão de combustíveis sólidos como a madeira, a turfa e o carvão que eram recolhidos com esforço e transportados para o local onde a fonte de energia era precisa -, agora era o petróleo líquido, mais fácil de transportar, se comparado a qualquer coisa anteriormente disponível, o petróleo era uma forma de combustível muito mais concentrada e flexível, concluem os autores.

Segundo De Santa (2002) foi ainda no século XIX que a indústria do petróleo conheceu maior desenvolvimento, notadamente devido ao aumento das necessidades de combustível para iluminação. Em 1850, na Escócia, foram criados processos de refinação, por James Young, que descobriu que o petróleo podia ser extraído do carvão e do xisto betuminoso. Segundo Chow (1987), esse cenário foi favorável ao primeiro poço de perfuração industrial de petróleo, nos Estados Unidos, feito pelo maquinista aposentado americano Edwin Laurentine Drake, da *Pennsylvania Rock Oil Company*, em Titusville, no noroeste da Pensilvânia, onde a empresa esperava ganhar dinheiro vendendo o petróleo para a iluminação. O poço foi concluído em agosto de 1859, conseguindo extrair petróleo de uma profundidade de 21 metros, e estabeleceu as bases para a indústria petrolífera, introduzindo a era industrial moderna. Sua produção era de 19 barris (três metros cúbicos/dia).

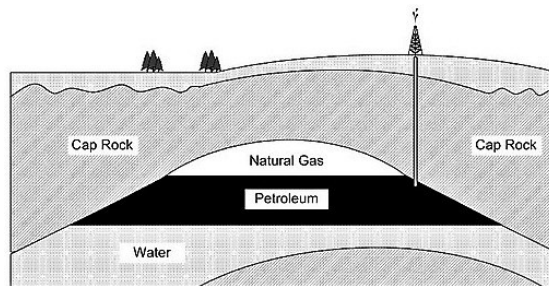
Figura 1 - Campo petrolífero pioneiro em 1859, em Titusville, Pensilvânia, USA



Fonte: Robinson (1859).

A produção de óleo cru nos Estados Unidos, de dois mil barris em 1859, aumentou para aproximadamente três milhões em 1863, e para dez milhões de barris em 1874. Rapidamente, petróleo barato de reservatórios subterrâneos estava sendo processado em refinarias de petróleo a carvão já existentes e, até por volta de 1900, campos de petróleo haviam sido descobertos em 14 estados, de Nova York à Califórnia e de Wyoming ao Texas. Durante o mesmo período, foram encontrados campos de petróleo na Europa e na Ásia também (CHOW, 1987).

Figura 2 - Reservatório de Petróleo



Fonte: Robinson 1859

Para Chow (1987), no início do século XX, a Revolução Industrial havia progredido até o ponto em que o uso de óleo refinado para iluminação deixou de ser de importância primordial. A indústria de petróleo e gás passou a ser a principal fornecedora de energia, em grande parte devido ao advento do motor de combustão interna, especialmente em automóveis, que surgiram por volta de 1895. O aparecimento dos transportes motorizados contribuiu para um forte impulso deste setor. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, antes de 1914, já existiam no mundo mais de um milhão de veículos que usavam gasolina. Aproximadamente 50 anos depois, em 1964, esse número chegava a 170 milhões de veículos. Evidentemente, o consumo de petróleo cru para atender a demanda de gasolina cresceu na mesma proporção. Estima-se que, entre 1957 e 1966, se usou quase a mesma quantidade de petróleo utilizada nos 100 anos anteriores. Em meados da década de 1950, o petróleo torna-se a fonte de energia mais importante do mundo. Para Kerr:

Apesar de ser utilizado para vedação de barcos ou mesmo como combustível para iluminação por diferentes povos há mais de cinco mil anos, o petróleo se torna um combustível somente sob o capitalismo. É sob o capitalismo do século XIX (1801-1900) que nasce a moderna indústria do petróleo, inicialmente usado como iluminante e depois como combustível em diferentes tipos de motores. Da mesma forma como o carvão substituiu a madeira no século XIX, o petróleo viria substituir o carvão de forma mais sistemática no século XX, principalmente com a difusão dos motores a explosão interna (KERR, 2007, p 44).

Durante as décadas de 1950 e 1960, o preço do petróleo caiu até se tornar muito barato, o que também contribuiu poderosamente para o aumento do consumo. Muitos governos encorajaram seu uso para impulsionar o crescimento econômico e a modernização industrial, bem como para alcançar objetivos sociais e ambientais. Houve um motivo final pelo qual o mercado de petróleo cresceu tão rapidamente. Cada país exportador de petróleo queria maiores volumes de seu petróleo vendido a fim de obter maiores receitas. Usando várias combinações de incentivos e ameaças, muitos desses países pressionaram continuamente seus concessionários a produzir mais, e isso, por sua vez, deu às empresas um poderoso ímpeto para produzir (YERGIN, 1991).

Os números - produção de petróleo, reservas, consumo - apontavam para uma coisa: maior e maior escala. Em todos os aspectos, a indústria do petróleo tornou-se colossal, sendo que todo esse crescimento da produção e do consumo não poderia ter sido realizado sem infraestrutura. Um grande número de novas refinarias foram construídas - cada vez maiores em tamanho, pois foram projetadas para atender mercados em rápido crescimento e para obter economias de escala. As novas tecnologias permitiram que algumas refinarias aumentassem o rendimento de produtos de alto valor - gasolina, diesel, combustível para jatos e óleo para aquecimento - de menos de 50% para 90% do barril de petróleo bruto. O resultado foi uma conversão radical para aviões a jato, locomotivas e caminhões a diesel e aquecimento de óleo em residências. As frotas petrolíferas se multiplicaram, e os petroleiros de tamanho convencional deram lugar às enormes máquinas marítimas chamadas de superpetroleiros. Postos de gasolina, cada vez mais elaborados, surgiam em cruzamentos e rodovias em todo o mundo industrial. Maior é melhor - esse era o tema dominante na indústria do petróleo. "Maior é melhor" também encantou os consumidores de petróleo. (YERGIN, 1991).

Embora o petróleo se constitua hoje em uma importante matéria-prima petroquímica, sua relevância expressa-se como a fonte de energia da qual depende a economia mundial. O petróleo é uma fonte de energia não renovável, de origem fóssil, sendo uma matéria-prima fundamental nas indústrias petrolíferas e petroquímicas. Desta forma, o significado do petróleo como recurso energético mundial é muito amplo, com repercussões diretas e indiretas na economia e na política global. O uso generalizado durante o último século do petróleo, o torna um recurso de imensa importância para compreender o Sistema Mundial, com suas características e distinções (KERR, 2017).

Para Chow (1987), cerca de 93% do petróleo e do gás natural são usados como combustível para produzir a energia que requerem os automóveis, aviões, trens, navios, barcos, caldeiras, termelétricas, trailers, dentre muitos outros, e somente 7% se emprega para obter

produtos petroquímicos, feitos a partir das matérias-primas do petróleo. Esses produtos químicos incluem o etileno, utilizado para fazer anestésicos, anticongelantes e detergentes; o propileno, para produzir acetona e fenol; o benzeno, para fazer outros produtos químicos e explosivos; o tolueno, usado como solvente e em gasolina refinada; e o xileno, utilizado como solvente e agente de limpeza. Os principais produtos que provêm da refinação do petróleo são o gás de petróleo liquefeito, a gasolina, a nafta, o querosene, o óleo diesel, os óleos lubrificantes, os óleos combustíveis, e as matérias-primas para asfaltos e parafinas, e também como combustível primário em máquinas de combustão interna, assumindo importância significativa na atualidade.

O crescimento da produção de energia durante o século XX foi sem precedentes, sendo que o principal contribuinte para esse crescimento é o aumento da produção de petróleo. No século XXI, uma imensa e intrincada cadeia de valores movimentará aproximadamente 100 milhões de barris de petróleo por dia dos produtores aos consumidores. Para as Relações Internacionais, a produção e o consumo de petróleo são fatores decisivos para a determinação da política externa dos países. A posição de um país nesse sistema complexo depende de sua capacidade de produção relacionada ao seu consumo. Na atualidade, muitas vezes o fator determinante entre um país rico e um país pobre é a posse de depósitos de petróleo, tendo grandes consequências econômicas para qualquer caso. Nessa ordem, a utilização do petróleo como uma importante fonte de energia será um assunto transitório que durará apenas alguns séculos. Entretanto, terá sido um assunto de profunda importância para a industrialização mundial. As reservas já conhecidas e as que poderão ser ainda descobertas dão ao petróleo uma extraordinária importância que se estenderá por todo século XXI.

De acordo com Reyes e Ronquillo (2005), o petróleo não é distribuído uniformemente em todo o mundo. As regiões onde o petróleo já era utilizado anteriormente também estão associadas a atuais áreas de exploração do produto. No Oriente Médio (incluindo o Irã, mas não o norte da África), estão localizadas mais da metade das reservas comprovadas de petróleo do mundo; ou seja, o Oriente Médio contém mais petróleo do que o resto do mundo reunido. Seguindo o Oriente Médio, estão o Canadá e os Estados Unidos, a América Latina, a África e a região formada pela Rússia, Cazaquistão e outros países que antes faziam parte da União Soviética, sendo que cada uma dessas regiões contém menos de 15% das reservas provadas do mundo. A quantidade de petróleo e gás natural produzida por uma determinada região nem sempre é diretamente proporcional ao tamanho de suas reservas comprovadas. O Oriente Médio, por exemplo, possui aproximadamente 50% das reservas comprovadas do mundo, mas representa apenas cerca de 30% da produção mundial de petróleo (apesar de esse número ser

ainda maior do que em qualquer outra região). Os Estados Unidos, por outro lado, reivindicam menos de 2% das reservas comprovadas do mundo, mas produzem aproximadamente 16% do petróleo mundial.

Segundo Reyes e Ronquillo, a localização das reservas (os campos de petróleo), apresenta dois cenários sobrepostos e podem ser aplicados à produção mundial desse recurso natural. O primeiro se refere que a maior parte do petróleo está compreendida em alguns campos grandes, mas a maioria dos campos é pequena. O segundo que, à medida que a exploração avança, o tamanho médio dos campos descobertos diminui, da mesma maneira a quantidade de petróleo encontrada por unidade de perfuração exploratória. Não importando a região, os grandes campos são geralmente descobertos primeiro. Desde a conclusão da escavação do primeiro poço de petróleo em 1859, nos Estados Unidos, é possível estimar que cerca de 50 mil campos de petróleo foram descobertos. Mais de 90% deles são insignificantes em seu impacto na produção mundial de petróleo. As duas maiores classes de campos são: os supergigantes, campos com cinco bilhões ou mais de barris de óleo recuperável; e os gigantes, campos contendo pelo menos 500 milhões de barris de volume de petróleo bruto recuperável. Menos de 40 campos de petróleo supergigantes foram encontrados em todo o mundo, mas esses campos originalmente continham cerca de metade de todo o petróleo descoberto até agora. A bacia sedimentar árabe-iraniana, na região do Golfo Pérsico, contém dois terços desses campos supergigantes. Os supergigantes restantes são distribuídos entre os Estados Unidos, Rússia, México, Líbia, Argélia, Venezuela, China e Brasil.

As bacias petrolíferas encontram-se em terra (*Onshore*) ou na plataforma continental (*Offshore*). Na atualidade se conhecem no mundo cerca de 250 bacias petrolíferas, as quais contém mais de 50 mil depósitos de petróleo e gás. Além disso, é possível estimar que cerca de 350 bacias se consideram com perspectivas de produção de hidrocarbonetos, destacando-se ainda que a distribuição dessas bacias é irregular. Esse fato está relacionado a causas geológicas e com o grau de pesquisas que são feitos em zonas terrestres e marinhas, com expectativa de produção. Cerca de 80% dos depósitos descobertos se localizam na América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México); aproximadamente 7,2% se encontra em bacias da Europa e 6,7% na Ásia. Dentro das fronteiras da Comunidade de Estados Independentes (formada por países da ex-URSS), que é uma das abastecedoras de petróleo mais importantes do mundo, se localizam mais de 20 bacias de depósitos petrolíferos nos quais se desenvolveram cerca de três mil depósitos de petróleo e gás. Nos Estados Unidos se tem 30 mil depósitos, enquanto que na Europa somente 3,6 mil, ainda que, em ambas as zonas, proliferem pequenos depósitos (REYES; RONQUILLO, 2005).

De acordo com Reyes e Ronquillo (2005), os recursos conhecidos de petróleo recuperável se encontram concentrados em várias regiões do mundo. As principais regiões geológicas de depósitos petrolíferos gigantes que atualmente estão em exploração e que apresentam recuperação estimada em mais de 10 bilhões de barris de petróleo, assim como aquelas que provavelmente alcançarão essa cifra, assim que tenham um maior desenvolvimento, descobrimentos adicionais e sistemas de recuperação secundários, são:

Tabela 1 - Principais Regiões Geológicas e Número de Depósitos Gigantes

Regiões	Nº de depósitos
Árabe-Irã (Oriente Médio)	79
Permian (EUA)	16
Sirte (Líbia)	15
Mar do Norte	14
Sibéria Ocidental (na ex-URSS)	14
Cáucaso Norte (na ex-URSS)	09
Volga-Ural (na ex-URSS)	08
Alberta (Canadá)	08
Maturín (Trinidad, na Venezuela)	08
San Joaquín (EUA)	07
Gulf Coast (EUA)	07
Mississippi Delta (EUA)	07
Maracaibo (Colômbia/Venezuela)	07
Delta do Níger (Nigéria)	06
Los Angeles (EUA)	05
Reforma (México)	04
Sonda de Campeche (México)	04
Erg Oriental (Argélia/Tunísia)	04
Sumatra Central (Indonésia)	04
East Texas (EUA)	03
Tamir (China)	03
North Slope (EUA)	01
Sungliao (China)	01

Fonte: Adaptado de Reyes e Ronquillo (2005).

Os recursos mundiais de petróleo se concentram no que é chamado de Anel do Petróleo, que é representada como uma faixa ovalada para mostrar a suposta posição das massas continentais formada há 180 milhões de anos (conhecida como Pangeia, que depois se dividiu em duas partes, Gondwana e Laurásia), que tem largura de aproximadamente dois quilômetros e contém quase 85% dos recursos mundiais conhecidos de petróleo (aproximadamente 845 do 1,012 bilhão de barris). Dentro deste anel se encontram 14 das 23 zonas principais, entre elas as sete maiores. Também aí estão localizados 210 dos 272 depósitos gigantes conhecidos, com 706,7 dos 776,1 bilhões de barris que ali se encontram (REYES; RONQUILLO, 2005).

Comprovadamente, no mundo inteiro os recursos petrolíferos não são distribuídos uniformemente. Segundo estimativas de 2015, publicadas pelo Departamento de Energia dos EUA, apenas 15 países, como observado na Tabela 2, respondem por mais de 75% da produção mundial de petróleo e detêm cerca de 93% de suas reservas. Estima-se que esses países tenham uma grande porcentagem correspondente dos recursos petrolíferos ainda não descobertos no globo, aferido pela extrapolação de dados conhecidos de produção e reserva para sedimentos não testados de geologia similar. Arábia Saudita possui a segunda maior reserva comprovada de petróleo do mundo, cerca de 268 bilhões de barris, aproximadamente 16% das reservas mundiais provadas, sem mencionar o potencial significativo de descobertas adicionais (REYES; RONQUILLO, 2005).

Tabela 2 - Produção e consumo de Petróleo e outros Hidrocarbonetos

País	Produção total de petróleo e outros líquidos Milhares de barris/dia Estimativa 2017	% da produção mundial de petróleo e outros líquidos Estimativa 2017	Consumo total de petróleo Milhares de barris / dia Estimativa 2015	Reservas comprovadas de petróleo bruto, NGPL e outros líquidos*** Bilhões de barris Estimativa 2018
Venezuela	2.74,3	2,23	676	302,25
Arábia Saudita	12.089,6	12,34	3.302	266,21
Canadá	4.986,1	5,09	2.378,83 *	170,54
Irã	4.668,6	4,76	1.850	157,2
Iraque	4.462,4	4,55	788	148,77
Kuwait	2.927,7	2,99	489	101,5
Emirados Árabes Unidos	3.720,5	3,80	849	97,8
Rússia	11.200,4	11,43	3.512	80
Nigéria	2.037,2	2,08	325	37,45
Estados Unidos	15.599,5	15,92	19.872,67 **	35,21 **
China	4.778,7	4,88	12.376,05	25,63
Catar	2.068,3	2,11	255	25,24
Brasil	3.363,1	3,43	3.087	12,63
México	2.260,5	2,31	2.026,75 *	6,63
Noruega	1,979	2,02	227,69 *	6,38

* Dados de 2016.

** Dados de 2017.

*** Líquidos de plantas de gás natural (incluindo etano, propano, butano normal, isobutano e pentanos).

Fonte: Administração de Informação de Energia. Departamento de Energia dos EUA. Estatísticas Internacionais de Energia (2018).

Conforme Reyes e Ronquillo (2005), a descoberta que transformou a Arábia Saudita em um país líder em petróleo foi a do campo de petróleo de Al-Ghawār. Descoberto em 1948, e colocado em produção em 1951, este campo provou ser o maior do mundo, gerando uma estimativa de 55 bilhões de barris de reserva, mesmo após 60 anos de produção. A Arábia Saudita tem oito outros campos de petróleo supergigantes. Os campos sauditas, assim como muitos outros do Oriente Médio, estão localizados na grande bacia árabe-iraniana. Estima-se que no Oriente Médio, o Iraque, o Kuwait e o Irã tenham uma dotação original de petróleo superior a 100 bilhões de barris. Juntos, eles representam mais de 23% de todas as reservas comprovadas do mundo.

A Rússia talvez possua o melhor potencial para novas descobertas. Tem reservas significativas comprovadas - cerca de 80 bilhões de barris, aproximadamente 6% do total mundial - e é um dos principais produtores de petróleo do mundo. As melhores perspectivas para novas descobertas russas parecem existir em áreas fronteiriças difíceis e caras, como a Ilha Sakhalin.

A África Subsaariana, principalmente a África Ocidental, possui uma rica base de recursos com múltiplos campos supergigantes e gigantes. A maioria das reservas recuperáveis da África Subsaariana e dos campos supergigantes ou gigantes estão na Nigéria, Angola, Guiné Equatorial e Gabão.

A América do Norte possui muitas bacias sedimentares que têm sido intensamente exploradas e seus recursos petrolíferos desenvolvidos. Mais de 33 mil campos de petróleo foram encontrados, mas existem apenas dois supergigantes (Prudhoe Bay, na região North Slope Borough, do Alasca, e no leste do Texas). Cumulativamente, os Estados Unidos produziram mais petróleo do que qualquer outro país. Suas reservas comprovadas de petróleo chegam a cerca de 40 bilhões de barris, representando aproximadamente 2% do total mundial, mas o país ainda é considerado como tendo um recurso petrolífero remanescente significativo ainda não descoberto. (REYES; RONQUILLO, 2005). No início do século XXI, depois de uma queda significativa na produção nacional, os avanços na recuperação não convencional do petróleo resultaram em uma produção vertiginosa e, em 2015, os EUA se tornaram o principal país produtor de petróleo do mundo.

O México possui mais de 10 bilhões de barris de reservas comprovadas de petróleo e é um dos dez maiores produtores mundiais de petróleo. Estima-se que o supergigante em potencial do México, o campo Chicontepec, que contém cerca de 40% das reservas do país, tenha capacidade para 17 bilhões de barris de óleo equivalente. No entanto, a maior parte do petróleo é extrapesado, e esta circunstância tem dificultado o desenvolvimento.

O Canadá, com menos de 10 bilhões de barris de reservas provadas de convencional líquido de petróleo, mas com enormes depósitos de areias betuminosas na região de Athabasca, em Alberta, no oeste do Canadá, trazem o total de reservas provadas de petróleo do país para mais de 170 bilhões de barris, atrás apenas dos gigantes do petróleo Venezuela e Arábia Saudita.

A Venezuela é o maior exportador de petróleo do Hemisfério Ocidental e há muito tempo é um país importante no mercado mundial de petróleo. Com aproximadamente 298 bilhões de barris de reservas comprovadas de petróleo, possui a maior doação de petróleo do mundo. A maioria dos estimados 500 bilhões de barris de reservas potenciais, no entanto, estão na forma de depósitos extrapesados de petróleo e betume localizados no cinturão do Orinoco, na parte central do país, que não foram explorados em grande parte.

O Brasil, desde o final do século XX, emergiu como um importante produtor de energia. Seus 15,5 bilhões de barris de reservas comprovadas de petróleo são o segundo maior da América do Sul. A maioria dessas reservas está localizada no Oceano Atlântico, nas bacias de Campos e Santos, ao largo das costas do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. O Pão de Açúcar Carioca, Lula (o antigo Tupi) e Júpiter formam os campos primários a serem desenvolvidos em águas muito profundas. Acredita-se que o campo Lula contenha entre cinco e oito bilhões de barris de reservas recuperáveis. O total de reservas potenciais estimadas é superior a 120 bilhões de barris de reservas para a área marítima.

O Reino Unido é um produtor importante do Mar do Norte, e suas reservas comprovadas de petróleo, de cerca de 3 bilhões de barris, são as maiores da União Europeia. Entretanto, a Grã-Bretanha, antes exportadora líquida de petróleo, é hoje uma importadora líquida. O Mar do Norte, no entanto, está sob rejuvenescimento potencial, semelhante aos ativos maduros em outras partes do mundo. Dos cinco países com interesses diferentes no Mar do Norte, a Noruega detém as reservas mais recuperáveis. Além disso, tem a mais recente descoberta de um campo gigante, o Johan Sverdrup, de 2010, com uma estimativa de reservas totais de 1,7 a 3,3 bilhões de barris.

Em todas as estimativas, é claro que a Terra tem uma quantidade finita de óleo e que é esperado o aumento da demanda global. Em 2007, o Conselho Nacional do Petróleo, um comitê consultivo da Secretaria de Energia dos EUA, projetou que a demanda mundial por óleo irá subir de 86 milhões de barris por dia para até 138 milhões de barris por dia, em 2030. Ainda assim, experts permanecem divididos sobre se o mundo será capaz de suprir essa quantidade de óleo. Alguns argumentam que o mundo já alcançou o "pico do óleo" – a sua taxa pico de produção. A teoria controversa por trás deste argumento baseia-se em estudos que mostram

como a produção em campos de petróleo individuais e de regiões produtoras de petróleo tem tendência a aumentar um ponto no tempo e depois diminuir.

A “teoria do pico do petróleo” sugere que, uma vez que o pico do petróleo global tenha sido atingido, a taxa de produção de petróleo no mundo declinará progressivamente, com graves consequências econômicas para os países importadores de petróleo. Uma visão mais amplamente aceita é a de que, pelo menos no início do século XXI, a capacidade de produção será limitada não pela quantidade de petróleo no solo, mas por outros fatores, como a geopolítica ou a economia.

Uma preocupação é que o crescente domínio das companhias petrolíferas nacionalizadas, em oposição às empresas petrolíferas independentes, pode levar a uma situação na qual os países com acesso às reservas de petróleo limitarão a produção para ganhos políticos ou econômicos. Outra inquietação à parte é que as fontes não convencionais de petróleo - como reservas de areia, depósitos de óleo de xisto ou reservas que são encontradas em águas muito profundas - serão significativamente mais caras do que o petróleo convencional, a menos que novas tecnologias sejam desenvolvidas para reduzir os custos de produção.

Frente a este contexto, a imensa dimensão do petróleo e do gás para as finanças, e as finanças internacionais para as relações de Estados é categórica. O valor total do petróleo produzido há seis anos foi de cerca de USD 3 trilhões, valor estimado com base nos dados da *U.S. Energy Information Administration* (EIA, 2015). Nesse aspecto também deve ser considerado o gás natural que é encontrado sobre essas plataformas de petróleo. Em termos de receita, seis das dez maiores empresas do mundo, publicamente listadas, estão no setor do petróleo, não estando incluída a maior empresa de produção de petróleo do mundo, a Saudi Aramco, já que não é negociada em nenhuma bolsa de valores.

Petróleo e gás são os sustentáculos das economias de muitos países exportadores de petróleo, sendo o pilar das políticas externas de países como Rússia, Arábia Saudita e Venezuela, conforme Overland (2015). Sob outra perspectiva, um fardo considerável de saldos comerciais e fiscais de muitos países importadores, deixando-os mais fracos do que teriam sido. Os recursos petrolíferos reúnem principalmente 12 países da América na OPEP; eles são uma das motivações para o envolvimento político e militar dos EUA no Oriente Médio, e um fator nas disputas territoriais em várias partes do mundo.

O fornecimento de energia é singularizado de acordo com diferentes regiões. Em distintas partes do mundo, usam determinados tipos de energia. Pode-se tomar como um dos extremos a região da Ásia-Pacífico, onde o carvão continua sendo, comprovadamente, a fonte de energia mais importante. Mais de 50% de energia nessa área é entregue pela queima de

carvão, podendo afirmar-se que permanecem na “Era do Carvão”. Noutra ponta, no Oriente Médio, quase não há carvão, sendo a região totalmente dependente de petróleo e gás, um modelo energético completamente diferente.

Na América do Sul e Central, em razão da Cordilheira dos Andes e dos longos rios disponíveis, muita eletricidade é gerada pelas instalações hidrelétricas. Na Europa, há uma mistura equilibrada de fontes de energia. Significativamente, a importância da energia nuclear distingue a Europa, pois muitos países dominam essa tecnologia. Este é o caso da França, da República Checa, da Bélgica, da Suíça e da Suécia. Há também promessas de países europeus de abandoná-la oficialmente. No cenário de transição evolutiva a China, a Índia e outros países asiáticos respondem por cerca de dois terços do crescimento da demanda energética, sendo que a Ásia é consumidora da maior parte desse aumento. Já a demanda de energia nas economias desenvolvidas, como na Europa, na América do Norte e no Japão, é plana, estabilizada. Nesse cenário prospecta-se que a China e a Índia representem, cada uma, cerca de um quarto do aumento da energia mundial. Analisa-se que em 2030, a Índia eleve-se como o maior mercado em crescimento para energia do mundo, e a África tenha um papel cada vez maior em na demanda energética.

O crescimento da atividade econômica está localizado nos países em desenvolvimento, com o aumento futuro da demanda energética. Portanto, para que ocorra ajuda dos países industrializados para os países em desenvolvimento. Gradualmente, até mesmo a China, que no passado estava relutante em fazer e se comprometer, agora está menos relutante e é mais proativa. Ocorre que enfrentam problemas muito fortes de poluição local; na parte oriental da China as pessoas têm dificuldade para respirar devido ao enorme aumento do uso do carvão e das cinzas que são liberadas na atmosfera. A demanda de carvão aumentou tremendamente nos últimos 10 ou 15 anos, e 80% desse aumento foi devido à China. Os chineses são responsáveis por 50% da demanda total de carvão no mundo. Porém, querem reduzir esse status substituindo-o por gás, por exemplo. Mesmo sentindo-se sem apoio localmente, é o país que mais aumenta a energia eólica mundial a cada ano. Os chineses perceberam que, por serem um país muito importante em todo o mundo e, se querem continuar a sê-lo, precisam assumir mais responsabilidades.

De acordo com o boletim de análise de 2015 da *International Energy Agency* (EIA) sobre o panorama energético da China, o país tornou-se o maior produtor, consumidor e importador de quase metade do consumo global de carvão, um fator importante nas emissões mundiais de dióxido de carbono relacionadas à energia. O crescimento da produção de carvão chinês foi a chave para tornar a China o maior produtor energético do mundo em 2009. Houve

industrialização considerável da China e modernização rápida, levando o país a se tornar o maior gerador de energia do mundo em 2011.

A Ásia tem enormes reservas de carvão, equivalentes a quase três quintos do total mundial, mas elas são distribuídas de forma desigual. As maiores reservas são encontradas na Sibéria, nas repúblicas da Ásia Central, na Índia e especialmente na China; A Indonésia, o Japão e a Coreia do Norte têm reservas menores, mas, no entanto, economicamente importantes. A China tem principalmente reservas de carvão de alta qualidade. Cada província tem pelo menos um campo de carvão, mas as maiores reservas estão em Shanxi e Shaanxi, na bacia do rio Ordos, no norte do país (ATWATER; RIVA; MCLEROY, 2018).

2.2 PETRÓLEO E DISTRIBUIÇÃO DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL

O real potencial do petróleo, como combustível energético para produção e locomoção, surge após a Revolução Industrial no século XVIII e início do século XIX. Posteriormente, é intensificado devido à revolução nos meios de transportes, durante a segunda metade do século XIX, quando o petróleo e os outros recursos energéticos assumem um papel central para a nova economia mundial.

Em uma sociedade industrial o uso intensivo de recursos energéticos para a produção de bens de consumo através da indústria, produzindo cada vez em maiores quantidades e em maior velocidade, além do uso industrial dos meios de transporte, responsáveis pela distribuição da matéria-prima até a indústria e ao consumidor (KERR, 2007). Através dos processos de produção, comercialização e acumulação capitalista, os recursos energéticos se tornam ainda mais importantes, pois se tornam alvo de disputas pelo seu controle e uso.

Essas disputas por matérias-primas para a indústria e como fonte de energia para a produção e transporte, levaram a conflitos e guerras durante a Era Industrial. Kerr (2007) agrupa esses conflitos em dois grandes conjuntos: as guerras que ocorreram diretamente entre os Estados dos países industrializados e as guerras entre as nações não industrializadas, mas ricas em recursos naturais estratégicos. Kerr (2007) relata que foram essas guerras da Era Industrial que acabaram por moldar, direta e indiretamente, o Sistema Mundial contemporâneo, definindo as relações de poder entre os Estados, entre dominantes e dominados.

Essas guerras ajudaram a traçar a hierarquia e as relações interestatais que definem o mundo contemporâneo, seja entre os Estados centrais ou entre os periféricos, mas principalmente para engendrar o relacionamento entre o Centro e a Periferia do Sistema-Mundo. O petróleo, como matéria-prima estratégica, é vital para os interesses e a segurança dos

Estados, pois desempenha funções essenciais nos países, tais como o funcionamento da economia, da máquina militar, do bem-estar da população e como combustível para a produção industrial e alimentícia. Sendo assim, o petróleo adquire uma importância ainda maior que qualquer outra riqueza e valor, já que sem ele, ou tendo o seu acesso à sua extração ou compra negado, o Estado em questão pode vir a se deteriorar.

Dessa maneira, a competição pelas matérias-primas energéticas se acirra, sendo o petróleo tanto necessário para a sobrevivência dos Estados, quanto como ferramenta de pressão e de política externa. Esta última característica, a do sistema para a aquisição de petróleo como política internacional e forma de exercer poder, é a que será explorada com prioridade nesta pesquisa, principalmente devido ao advento em larga escala de novos instrumentos financeiros – chamados “contratos futuros” (ENGDAHL, 2012). A seguir, na figura 3, um exemplo de Contrato Futuro da New York Merchantile Exchange (NYMEX).

Figura 3 – Modelo de Contrato Futuro de Petróleo

Crude Oil WTI 1st Front Month (CL*1)	
32.66	▲+2.78 (+9.30%) 3:13P CST (NYMEX)
Commodity Price Quote as of Wed, Feb 3rd, 2016	
Contract Specifications	
Symbol	CL
Name	Crude Oil West Texas Intermediate (CL)
Exchange	NYMEX
Trading Months	January, February, March, April, May, June, July, August, September, October, November, December (F, G, H, J, K, M, N, Q, U, V, X, Z)
Contract Size	1,000 U.S. barrels (42,000 gallons)
Tick Size	1 cent per barrel (\$10.00 per contract)
Daily Limit	\$10.00 per barrel (\$10,000 per contract)
Trading Hours	5:00p.m. - 4:00p.m. (Sun-Fri) (RTH 8:00a.m. - 1:30p.m.) CST
Last Trading Day	Trading terminates at the close of business on the third business day prior to the 25th calendar day of the month preceding the delivery month
Value of One Futures Unit	\$1,000
Value of One Options Unit	\$1,000

Fonte: Mercado Mundial New York Mercantile Exchange (NYMEX). Investidor Internacional. Mercado Futuro. 2015. Disponível em: <https://www.investidorinternacional.com/mercado-futuro/>

Em 1976, o *International Monetary Market* (IMM) adicionou os Contratos Futuros de taxa de juros sobre os títulos do Tesouro dos Estados Unidos e, em 1982, eles adicionaram Futuros sobre índices do mercado de ações. Isso permitiu ampliar os meios de monitoramento anglo-americanos para o controle do óleo, criando um mecanismo para o controle do preço da *commodity* mais valiosa em períodos-chaves sem considerar as leis tradicionais de oferta e demanda, abrindo um grande potencial do uso do óleo como arma de guerra econômica. O conflito pelo óleo e seu mercado teve papel fundamental nas duas grandes Guerras Mundiais, assim como em infindáveis conflitos internacionais – desde a Guerra Fria às guerras regionais na África, Oriente Médio e além, para manter a supremacia do óleo e, acima de tudo, controlar o seu fluxo e dos dólares atrelados a ele.

Esse controle foi firmemente monopolizado por um conjunto de companhias americanas e britânicas gigantes – antigamente chamadas de “Sete Irmãs”, mas que, atualmente, somam apenas quatro delas: ExxonMobil, Chevron, BP e Shell (ENGDAHL, 2012). De acordo com o autor (2012), essas empresas tornaram-se detentoras das ações mais valiosas do mundo, com lucros anuais superiores ao PIB de muitas nações. É importante ressaltar que a escolha da moeda nos mercados internacionais energéticos é enquadrada tanto quanto pelas forças políticas - em particular, pela grande competição de poder, como pelas considerações econômicas.

O estabelecimento de Contratos Futuros negociados em *renminbi* (a moeda chinesa, também conhecida como yuan), para a principal *commodity* energética possui ramificações potencialmente profundas, tanto para a prática transacional nos mercados mundiais de energia quanto para o futuro do sistema monetário internacional, pois o dólar tem sido há quatro décadas a moeda dominante na negociação e precificação dos volumes de petróleo e gás, e é nesse sistema que as suas vendas internacionais são faturadas e liquidadas no mercado à vista. Devido ao peso do dólar no comércio internacional de energia, este mantém a posição principal de moeda transacional e de reserva do mundo. A seguir, a Figura 4 apresenta a quantidade negociada internacionalmente de petróleo em bilhões de dólares nos últimos 41 anos.

Figura 4 - Balanço do Comércio do Óleo Internacional em bilhões de dólares (1980-2011)

	1980	1990	2000	2010	2011
Saudi Arabia	101	40	71	215	318
Russia	n.a.	n.a.	36	206	278
Iran	n.a.	n.a.	n.a.	85	120
United Arab Emirates	19	17	27	75	112
Qatar	5	3	11	73	105
Kuwait	19	6	18	62	97
Venezuela	n.a.	n.a.	27	61	87
Iraq	n.a.	n.a.	n.a.	48	74
Algeria	13	12	21	56	72
Brazil	n.a.	3	7	22	32
Indonesia	-13	-4	-2	9	18
India	-7	-5	-14	-63	-85
Germany	-24	-16	-29	-79	-88
Rep. of Korea	-6	-6	-25	-69	-101
Japan	-61	-44	-58	-134	-182
China	3	-2	-14	-143	-211
USA	-72	-55	-108	-283	-349

Fonte: Sebastián Laffaye, Federico Lavopa, Cecilia Pérez Llana. *Changes in the global economic power structure: towards a multipolar world?* Argentine Journal of International Economics. Fev. 2013. p. 18.

O Petroyuan pode ser um desafio significativo para o prolongamento indefinido do domínio do dólar nas transações internacionais de petróleo e gás e, portanto, à primazia global do dólar. Nessa conjuntura, poderosos atores estatais trabalham através das estruturas políticas e econômicas internacionais para limitar e influenciar as opções dos participantes do mercado

para a escolha das moedas nas vendas transfronteiriças de hidrocarbonetos, e as razões são categoricamente estratégicas, estabelecendo a configuração do ambiente institucional para as relações monetárias internacionais.

O papel do petróleo como recurso de poder para as grandes potências durante o século XX e o funcionamento do seu sistema de comércio, são fundamentais para entender suas funções no século XXI e no reordenamento da balança de poder mundial. Para Engdahl (2012, p.12), “assim como as guerras pelas especiarias oito séculos antes, a questão de quem controla os recursos estratégicos é o que conta, e nisso, o óleo é o que tem maior valor nesse jogo geopolítico”. Esse sistema mundial atual é caracterizado pela existência de vários polos de poder econômico e ao mesmo tempo, militarmente polarizado por uma única superpotência, os Estados Unidos. Suas ações e decisões estratégicas afetam toda a dinâmica do sistema internacional, reforçando a tese de Ceceña de que o petróleo é fundamental não apenas para manter o nível de desenvolvimento e bem-estar econômico das sociedades, mas também continua determinante para a manutenção da estabilidade do atual Sistema Internacional (KERR, 2007).

Para Klare (2001, p. 11-15¹), o petróleo – como motivo de disputa por empresas ou para guerras entre Estados – destaca-se entre os recursos energéticos por estar relacionado a uma grande quantidade de conflitos, levando alguns autores a considerá-lo como a maior fonte de problemas de Segurança Internacional, inclusive na atualidade. Podemos observar isso atualmente através da atuação da superpotência mundial, os Estados Unidos, que procuram controlar as principais reservas ou regiões produtoras de petróleo, ou simplesmente tentam garantir a segurança dos fluxos regulares de petróleo para si e seus aliados. Dentre os diversos recursos naturais energéticos, o de uso mais intenso e generalizado durante o último século tem sido o petróleo, tornando-o de especial importância para o entendimento do atual Sistema-Mundo.

A seguir, no segundo capítulo, evidencia-se o encadeamento desse controle do petróleo e a hegemonia norte-americana, salientando sua dominação e exploração junto ao sistema financeiro internacional. Para tanto, vai referir o surgimento do sistema petrodólar pelos Estados Unidos, e a criação dos contratos futuros do óleo como fator geopolítico-econômico.

¹ KLARE, Michael T. **The geopolitics of War**. The Nation, vol. 273, 5 Nov. 2001. p. 11-15. 2001. Disponível em: <http://www.thenation.com/doc/20011105>.

3 DO PETRÓLEO AO PETRODÓLAR

O capítulo a seguir versa sobre as interpretações de Arrighi a respeito dos ciclos sistêmicos de acumulação e a sua relação com conflitos e a competição pelo controle e acesso a esses recursos, e como os eventos conhecidos como “choques do petróleo” alteraram a organização do comércio do petróleo internacional, quando o dólar tornou-se a principal moeda para a aquisição desses recursos, salientando a sua primazia. O petrodólar é qualquer dólar americano pago para países exportadores em troca de óleo, o que atrela as moedas as economias nacionais à americana, tornando-as dependentes do valor do dólar e, ainda, convertendo esse sistema de aquisição em mais uma ferramenta de dominação centro-periférica no Sistema-Mundo. A novidade desse sistema é o início dos contratos futuros dos derivativos energéticos proposto pelos chineses em 26 de março de 2018 e negociados na Bolsa de Valores de Shanghai, o petroyuan.

3.1 CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO DE ARRIGHI

Arrighi (1994) parte de uma matriz braudeliana¹ da história para analisar e compor a sua teoria sobre os ciclos sistêmicos de acumulação. Essa matriz se constitui da análise da vida material cotidiana, que Arrighi (1994) utiliza para investigar os desdobramentos da formação do sistema mundial de poder e os acontecimentos do mundo contemporâneo, buscando conferir um olhar sistêmico sobre os fatos, e que dotado de um grande espírito crítico, revela o caráter competitivo da relação entre os Estados. Para Arrighi (1994), essa competição interestatal não se degenera em caos político e econômico devido à imposição do comando do agente hegemônico, que organiza o funcionamento hierárquico após uma crise sistêmica, onde o novo hegemônio² estabelece e dita as regras da conformação hierárquica dos atores dispostos nessa estrutura. Essa supremacia seria, então, cíclica, onde se alternam momentos de auge e de

¹ Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi são coautores de um arquétipo histórico do capitalismo, construído a partir de análises do processo histórico de desenvolvimento capitalista na longa duração. Seus conceitos de economia-mundo, de sistema-mundo e de ciclos sistêmicos de acumulação de capital, respectivamente, demonstram o ordenamento econômico do mundo em centro, periferia e semiperiferia, cuja posição pode se modificar ao longo do tempo, mas não de forma brusca ou radical. Essa constatação é primordial para uma compreensão ampla do mundo contemporâneo e sobretudo da realidade do ponto de vista da periferia. (Disponível em: http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_arquetipo_do_capitalismo_%20uma_construcao.pdf)

² 1. *Supremacia, preeminência de um povo nas federações da Grécia antiga. Do gr. hegemonía, pelo fr. hégémonie.* (Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa – Caldas Aulete Digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/hegemo>)

decadência, cuja principal característica da decadência apontada é a desmedida expansão financeira e a conseqüente crise de superprodução. No entanto, essa supremacia não decorre apenas da força militar, mas também do poderio econômico, dos valores e da riqueza cultural de um país ou de uma classe, possibilitando o exercício da liderança, antes pela força do seu prestígio do que pela intimidação e coerção através da violência.

Em relação ao Sistema Internacional, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.732) destacam:

O conceito de Hegemonia não é, portanto, um conceito jurídico, de direito público ou de direito internacional; implica antes uma relação interestatal de potência, que prescinde de uma clara regulamentação jurídica. Segundo este critério, poder-se-ia definir a Hegemonia como uma forma de poder de fato que, no *continuum* influência-domínio, ocupa uma posição intermédia, oscilando ora para um, ora para outro polo.

De acordo com Arrighi (1997), o desenvolvimento do capitalismo é estruturado em ciclos sistêmicos, em que estes são caracterizados pelo predomínio do processo de acumulação de capital, desenvolvido especialmente por uma região ou Estado que exerce uma forma de hegemonia, domínio ou primazia política sobre todo o sistema. Esses ciclos são progressivos, em que o novo supera o anterior em termos de produtividade, eficiência da acumulação de capital e através da dominação em uma unidade político-territorial, Estado ou Proto-Estado (como no caso de Gênova e Veneza nos séculos XV e XVI), na qual se desenvolve uma forma específica e mais eficiente de acumulação de capital e dominação, tornando-se um centro territorial ou geopolítico de uma estrutura hegemônica.

Segundo Arrighi (1994), a trajetória da conjuntura mundial atual sendo consequência do desenvolvimento histórico do sistema mundial moderno, nascido no século XVI na Europa, foi a grande responsável pelo milagre capitalista europeu. Esse sistema combinou de forma contraditória e dinâmica uma economia-mundo capitalista, que foi ganhando cada vez mais contornos mundiais devido à formação e expansão de uma superestrutura política, formada por Estados nacionais independentes e competitivos, buscando constantemente acumular capital. Essa competição pela acumulação de riqueza intensificou o conflito e a competição entre as unidades estatais, levando o Sistema-Mundo a ser caracterizado por um estado de guerra permanente, já que o movimento de capitais é mal distribuído, desigual e combinado, e cada vez mais concentrado nas mãos de poucos indivíduos. O que dá coesão a esses sistemas impedindo-os de se deteriorarem politicamente e economicamente, é a atuação do *hegêmona* em ascensão, que organiza o funcionamento hierárquico desse sistema durante um período de caos sistêmico. Ao longo dos últimos séculos (começando com Gênova no século XVI, as

províncias unidas no século XVII, a Grã-Bretanha no século XIX e os Estados Unidos no século XX), essas hegemonias, mesmo tendo um papel estabilizador, não tiveram êxito em eliminar os processos de competição e conflito entre os Estados e o capital, na competição pelo poder e pela riqueza.

Com isso, gerou-se os ciclos sistêmicos de acumulação, onde durante momentos de crise sistêmica e períodos de transição, a nova hegemonia ascendente vem para resolver a crise sistêmica, reorganizando a base produtiva, substituindo a liderança política no sistema capitalista e reformulando a hierarquia das trocas e da divisão internacional do trabalho. Como elaborado por Arrighi e Silver (2001³), cada ciclo recebe o nome específico dos agentes governamentais e empresariais que definem e conduzem o sistema capitalista mundial rumo à expansão material e, em seguida, à financeira, que em conjunto constituem o ciclo. Sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação sobrepõem-se uns aos outros, no início e no fim, porque as fases de expansão financeira foram não apenas o outono de evoluções importantes do capitalismo mundial, mas, também, períodos em que um novo complexo governamental e empresarial surgiu e, com o tempo, reorganizou o sistema, tornando possível essa nova expansão. Também é importante lembrar que o centro hegemônico decadente ainda detém a superioridade militar, que gera e continua gerando instabilidade e conflito por períodos de duração praticamente imprevisíveis. Essas crises são identificadas por Arrighi e Silver(2001) como apresentando três sintomas distintos e relacionados, em que ele defende que (1) a intensificação da competição interestatal e interempresarial, (2) a escalada global dos conflitos sociais e (3) o surgimento intersticial de novas configurações de poder seriam, então, capazes de desafiar e vencer o antigo Estado hegemônico, que já estaria fragilizado.

Os sintomas de decadência da potência mundial estão diretamente associados às grandes expansões financeiras sistêmicas, em que desempenham um papel contraditório, pois, se por um lado conferem uma efêmera sobrevivência à hegemonia decadente, por outro lado, nesses períodos econômicos em que há abundância de capital barato, ocorre a migração da produção e do comércio em direção aos empréstimos especulativos, levando a uma crise de superprodução somada ao acirramento da disputa interestatal.

Nesse contexto, Kerr (2007) argumenta que o aumento do número de conflitos também pode ser resultado das contradições geradas pela existência de um novo polo econômico-financeiro mais dinâmico no Sistema-Mundo, convivendo com a existência de um velho polo

³ ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governança no moderno sistema mundial**. UFRJ-Contraponto, Rio de Janeiro, RJ. 2001.

ou centro hegemônico decadente que ainda detém o poder militar. O autor (2007) ilustra o caso do Reino Unido que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, ainda detinha o maior poder militar, principalmente o naval, mas os novos polos dinâmicos, a Alemanha e os EUA, o superavam em capacidade produtiva e econômica; ou, o exemplo da situação mundial da atualidade, em que os EUA são a única superpotência militar, mas, o Leste Asiático já é o novo polo financeiro-econômico.

Arrighi e Silver (2001⁴) identificam que a expansão financeira dos últimos 30 anos do século XX seria, então, um claro sinal de crise hegemônica, caracterizando o período dos choques do petróleo e da imposição do petrodólar nos anos 1970, como “crise sinalizadora”, e o período pós-2001, como “crise terminal” da hegemonia americana, devido à grande deterioração financeira do poder americano durante essa época. Esse enfraquecimento do poder americano deve-se ao crescimento da sua dívida externa, tornando-se o maior devedor mundial, em conjunto com a migração do capital financeiro priorizando o Leste Asiático, onde empresas transnacionais – apoiadas pelos EUA – se expandiram e afetaram a distribuição de poder e capacidades produtivas dos Estados nacionais em geral.

Kerr, citado anteriormente, tece uma ponderação à obra de Arrighi e Silver (2001⁴), sobre a necessidade de se ultrapassar a barreira dos indicadores econômicos e financeiros para analisar a crise da hegemonia dos Estados Unidos. Para o autor, isso significa incluir elementos mais básicos, como o uso dos recursos naturais na base produtiva e na matriz energética, ou questões estratégicas, como o controle sobre os recursos pela via militar, enfatizando que o elemento estratégico-militar é tão fundamental quanto a economia, o qual mantém uma relação complexa não apenas determinando a última ou sendo determinado por ela, mas constantemente interagindo. Essa interação quase dialética entre a estratégia militar e a economia é determinante, e seu resultado pode ser o equilíbrio que mantém a hegemonia ou pode desestruturá-la definitivamente.

Não somente a atual crise de expansão financeira, mas outra crise, estrutural, pode ser percebida e que também tem seu marco inicial na década de 1970. Essa crise, ao que tudo indica, é irreversível e vem se tornando cada vez mais nítida, é a crise do modelo energético baseado no petróleo. Suas implicações junto ao cenário energético internacional e a sua grande importância como recurso natural estratégico para os interesses dos Estados – tanto no âmbito econômico quanto no securitário.

⁴ ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governança no moderno sistema mundial**. UFRJ-Contraponto, Rio de Janeiro, RJ. 2001.

O autor argumenta que, para Arrighi, os Estados Unidos estão perdendo sua hegemonia devido ao processo de dissolução estrutural do controle que tinham do sistema financeiro mundial. Por isso, é de se esperar que, para manter sua hegemonia, os EUA procurem aumentar o controle que tem sobre os demais meios que lhes garantam a superioridade em relação às grandes potenciais, dentre eles os meios tecnológicos, militares e o controle dos recursos naturais e energéticos.

Como evidenciado pelo mesmo (KERR, 2007), essa crise já estava anunciada desde o início do amplo uso do petróleo como combustível pela indústria sob o capitalismo do século XIX, onde se apresentava como sendo um recurso mineral finito e não renovável, no qual o seu esgotamento pode vir a gerar problemas para as sociedades como um todo, se o seu funcionamento e modo de produção for dependente excessivamente do uso do óleo. Não é a primeira vez, argumenta o autor, que a sociedade enfrenta uma crise energética e cita o exemplo de Roma, que enfrentou uma grave crise de escassez de combustíveis, ao mesmo tempo em que passava pela convulsão do sistema escravista, no período de decadência dos séculos III ao V.

De acordo com NOGUEIRA, (1985, p.952)⁵, essa crise aconteceu semelhantemente à crise geral do feudalismo na Europa nos séculos XIV e XV, que foi acelerada por uma crônica falta da então principal fonte de energia, a madeira, que se estenderia até o século XVIII. E que foi justamente durante uma das grandes crises de escassez de lenha que se deu início ao uso do carvão mineral como alternativa à madeira, e em Newcastle, Inglaterra, no século XIII, o rei Henrique II autoriza a mineração do carvão como opção.

A madeira é considerada uma forma de energia naturalmente renovável, porém não necessariamente sustentável. A capacidade de reposição natural das florestas depende de condições climáticas e também da velocidade com que é extraída. Se esta for excessiva e a reposição vegetal não conseguir acompanhar o ritmo de extração, ela se torna finita rapidamente. Kerr (2007) ilustra que, então, na tentativa de conter a derrubada indiscriminada de árvores, vários decretos reais proibiam ou restringiam seu corte na Inglaterra do século XVII, como tentativa de preservar as reservas energéticas existentes. Outro exemplo fornecido é o da Ilha de Páscoa, da civilização *Rapa Nui*, que devastou seus bosques além dos limites da sustentabilidade, onde os nativos cortaram todas as suas grandes árvores e quando estas acabaram, cortaram as menores e mais novas, depois os arbustos, até que finalmente as árvores desapareceram. O fim da disponibilidade de madeira levou a uma grande crise entre os *Rapa Nui*, e a estrutura social existente na ilha colapsou. Este é um dos melhores exemplos para

⁵ NOGUEIRA, L. A. H. A crise Energética atual e sua antecessora. **Revista SBPC Ciência e Cultura**. São Paulo, SP, v. 37, n. 6, pg. 952. 1985.

ilustrar o fato de que, apesar de alguns recursos naturais serem renováveis, como a madeira, o ritmo do consumo pode ser insustentável, e torná-lo um recurso finito muito rapidamente.

Nogueira (1985) argumenta que o modelo de consumo excessivo ou insustentável da madeira só continuou viável para a sociedade europeia devido à descoberta de novas terras, ricas e relativamente inexploradas na América, cujas grandes florestas levariam mais alguns séculos para serem consumidas. Também o consumo de energia continuou se ampliando devido ao carvão mineral como nova fonte de energia, e que veio a substituir lentamente a madeira na Europa, já a partir dos séculos XV e XVI.

Alguns séculos depois, a Revolução Industrial transformou o carvão em um recurso energético fundamental. Este era usado para alimentar as novas indústrias, gerando o calor que fazia funcionar os teares e outras máquinas à vapor, além das caldeiras nas indústrias siderúrgicas nas quais vapor viria a se tornar rapidamente o símbolo desta nova modernidade, movimentando de teares mecânicos a navios e locomotivas. O carvão se tornaria, assim, a fonte de energia predominante nos países industriais, ainda durante o longo século XIX, sob a hegemonia britânica (KERR, 2007).

O óleo foi primeiramente utilizado, como exposto no primeiro capítulo, como vedação para barcos e como combustível para a iluminação de lâmpões e lamparinas por diferentes povos há pelo menos cinco mil anos. Alguns relatos chegam a até 7000 anos. Porém, é somente sob o capitalismo do século XIX, que o petróleo torna-se um combustível, fazendo nascer a moderna indústria do petróleo, primeiramente como iluminante e depois como combustível para diversos tipos de motores.

Kerr (2007) formula que, assim como o carvão substituiu a madeira, o petróleo viria para substituir o carvão sistematicamente no século XX, principalmente devido à difusão dos motores de explosão interna, fortemente impulsionado pelo modelo industrial fordista nascido nos Estados Unidos em conjunto com a revolução dos meios de transporte. Isso aconteceu na época em que o principal combustível de países como Estados Unidos e Rússia, que estavam ainda em processo de industrialização, era a lenha. Mesmo antes do fim do século XIX, estes dois países já eram os principais responsáveis por quase toda a produção petrolífera mundial, como relata Aliyev (1994), que afirma que, em 1850, a extração total de óleo do mundo tinha alcançado cerca de 300 toneladas. Em 1881, esse número cresceu para 4,4 milhões de toneladas. Dez anos depois, em 1891, a produção chegava a 22,5 milhões de toneladas, dos quais 9,5 milhões de toneladas vinham dos Estados Unidos e 11,4 milhões de toneladas vinham da Rússia, sendo que, desta última, aproximadamente 95% eram extraídos do Azerbaijão.

Entretanto, o petróleo só viria a se tornar a base da matriz energética dos Estados Unidos, ultrapassando o carvão mineral em porcentagem da energia produzida, entre os anos 1930 e 1940, praticamente substituindo-o até 1950. Isto em um contexto no qual, nos anos 1940, os EUA produziam 63% do petróleo no mundo, contra 5% do Golfo Pérsico (YERGIN, 1991).

Porém, devido ao crescimento explosivo da demanda energética com a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial e a queda no ritmo das novas descobertas, os Estados Unidos já sinalizavam a dificuldade de manter este padrão de produção, e a reestruturação da economia no pós-Guerra provocou um novo *boom* do consumo de gasolina, quando o número de automóveis no país passou de 26 milhões em 1945, para 40 milhões em 1950. É interessante notar que a expansão e a consolidação da hegemonia estadunidense ocorreram especialmente entre os anos 1950 e 1960 (TORRES FILHO, 2004⁶), concomitante ao período de maior expansão da indústria petrolífera mundial, após a Segunda Guerra Mundial e até os anos 1960 (CAMPBELL, 2005, p.83)⁷

Como apontado por Yergin:

A despeito de crises geradas pelo nacionalismo e pelo comunismo, a influência americana era difundida, suplantando a dos antigos impérios colonialistas. O poderio militar americano era amplamente respeitado e seu sucesso econômico alvo de admiração e inveja. O dólar dominava com supremacia e os Estados Unidos estavam no centro de uma ordem econômica que encorajou entre outras coisas o escoamento do capital americano, da tecnologia e da excelência administrativa na indústria petrolífera, assim como em outras indústrias (YERGIN, 1991, p. 531).

Assim como a abundância do carvão se tornou um dos símbolos do sucesso da sociedade industrial sob a hegemonia dos britânicos, o petróleo passou a simbolizar e a literalmente impulsionar o movimento da riqueza e a expansão do capitalismo, agora sob a hegemonia americana (KERR, 2007), tornando, desta forma, de crucial importância aprofundar a relação entre os ciclos sistêmicos de acumulação e os ciclos de produção energética no contexto global.

3.2 COMPETIÇÃO POR RECURSOS ENERGÉTICOS

De acordo com o relatório da *International Energy Agency* (EIA), publicado na sua conferência anual *World Energy Outlook*, ocorrida em 13/11/2018, em Londres, “os elos entre energia e geopolítica estão se fortalecendo e tornando-se mais complexos, um dos principais

⁶TORRES FILHO, Ernani T. **O papel do Petróleo na Geopolítica Americana**. [S.l., s.n.], pp. 313-321. 2004.

⁷CAMPBELL, Colin J. *Oil Crisis*. **Multi-Science Publishing**. pp. 83-90. Bretwood, Essex, Reino Unido. 2005.

fatores do panorama da segurança energética” (Tradução nossa)⁸ –, de onde decorre que o abastecimento de recursos energéticos tornou-se algo essencial para o desempenho econômico.

Nessa perspectiva, o petróleo tem sido historicamente o mais importante desses recursos, pois, devido à expansão do seu consumo, e somado ao fato das suas principais reservas de extração estarem localizadas em áreas politicamente instáveis, marcadas pelas disputas entre Estados em relação à sua exploração e comercialização, resulta que o petróleo e os controles do seu fluxo e do processo de comercialização convertem-se em um fator central para a geoeconomia e a geopolítica do capitalismo.

Sendo assim, percebe-se que, mais do que nunca, o Estado, o capitalismo e a energia estão fortemente interligados na contemporaneidade, onde a conexão entre os recursos energéticos para a acumulação de capital e a importância do óleo como matriz energética global atribuem à essa *commodity* estratégica, um papel relevante no sistema capitalista.

De acordo com Engdahl (2012), no final do século XIX, o engenheiro alemão Rudolf Diesel transformou a política e a economia mundial ao inventar um motor de combustão interna que era até 500% mais eficiente que o motor tradicional a vapor, movido a carvão dos navios. Dentro de duas décadas, a motorização abastecida pelo petróleo das marinhas e dos exércitos se tornou a mais profunda transformação do poder mundial desde o motor a vapor dois séculos antes.

Engdahl (2012) enfatiza que, assim como foi sangrenta a história das valiosas especiarias no Oriente séculos atrás, a história do óleo é escrita em sangue, lutada em guerras, camuflada em mentiras e permeadas por tentativas desesperadas de esconder o segredo das suas origens para assegurar um aparente monopólio do controle do óleo mundial. E, por conseguinte, garantir a maior concentração de poder político que o mundo já viu por um pequeno grupo de companhias britânicas e americanas, apoiadas secretamente por seus respectivos governos, criando alguns dos maiores mitos científicos modernos, tais como o de que o óleo é um recurso energético escasso e que rapidamente acabará, de que foi de alguma maneira criado por detritos biológicos ao longo de centenas de milhões de anos e que, através dos textos e livros de geologia ocidentais, mesmo que vagamente explicados, afirmava que esses processos eram infalíveis fatos científicos.

⁸ INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2018**. Gold standard of long-term energy analysis. London. 2018. Disponível em: <https://www.iea.org/media/presentations/WEO2018-Presentation.pdf?fbclid=IwAR2CKwNBM1-pOkBIJGDztpJqS0ZifLJ18DP4OgSGODC00q7PSmeKe0Iz7A>.

Engdahl – que já foi um ferrenho defensor da teoria do Pico do Petróleo em sua juventude – apresenta a hipótese desenvolvida pelo cientista ucraniano Vladilen A. Krayushkin que mostra, de acordo com as evidências de mais de quatro décadas de pesquisa soviética, e que estavam amplamente indisponíveis durante a Guerra Fria, que o petróleo se origina nas profundezas do manto da terra e é puxado gradualmente para a superfície – exatamente o oposto da ortodoxia do pensamento ocidental (ENGDAHL, 2012, p.138, Cf. KUTCHEROV, 2010).

Se o petróleo foi de fato criado nas profundezas do manto da terra mais extraordinariamente do que qualquer outro resíduo biológico que possa ter existido até 500 milhões de anos atrás, implica que o óleo e o gás natural, em conjunto com o correto entendimento da física e estruturas da terra, podem ser encontrados em abundância mesmo onde não se espera a existência de óleo ou gás natural (ENGDAHL, 2012).

A hipótese da criação abiótica de Krayushkin sobre a origem profunda do petróleo, de acordo com Engdahl, foi recebida com um silêncio ensurdecido após a sua apresentação à comunidade científica, na qual deveria ter surgido e desencadeado um debate e levado à maiores investigações científicas sobre a origem do recurso energético mais importante do mundo. Mas acabou resultando em um afastamento profissional de Krayushkin pelos cientistas americanos.

As petrolíferas anglo-americanas viriam, então, a formular uma massiva campanha de propaganda chamada de Pico do Petróleo (*Peak Oil*), através de apoio e sustentação a geólogos do setor, com acesso a dados de propriedade de empresas petrolíferas, para provar que os principais poços ao redor do mundo tinham atingido ou estavam próximos a atingir essa dimensão e que o petróleo estava prestes a acabar. Os geólogos asseguraram que a séria discussão científica das implicações das evidências científicas russas e ucranianas sobre as origens do petróleo seria recebida com silêncio ou seria ridicularizada. As petrolíferas, ao mesmo tempo, lançavam uma escalada dramática de ações militares dos EUA para garantir recursos petrolíferos conhecidos globalmente, dramatizando ainda mais a ideia de "escassez" (ENGDAHL, 2012).

Desde o nascimento da chamada Era do Petróleo há mais de um século, o mundo largamente acreditou no mito cuidadosamente cultivado da escassez do óleo, tendo essa narrativa papel nas duas Guerras Mundiais, assim como em infindáveis conflitos internacionais – tais como a Guerra Fria, as guerras na África, no Oriente Médio e além – para manter a supremacia do óleo, e, acima de tudo, o controle do fluxo do petróleo e o atrelamento do dólar. Esse controle foi firmemente monopolizado por um conjunto de companhias americanas e britânicas, as gigantes do óleo – conhecidas como as “Sete Irmãs” – hoje quatro em número –, a ExxonMobil, a Chevron, a BP e a Shell.

O plano da elite anglo-americana para manter o mito da escassez do óleo é um pilar para o seu poder global, pois a crença na escassez é essencial para a manutenção do controle energético da elite ocidental, pois, assim como nas guerras das especiarias séculos antes, a questão de quem controlava o recurso estratégico mais essencial é o que conta, e nisso, o óleo é o de maior valor no jogo geopolítico (ENGDAHL, 2012).

De acordo com Castro (2015), nesse cenário de escassez e controle do acesso aos recursos naturais, estratégicos ou mesmo valiosos, não há apenas a guerra por óleo, mas também guerra por água, drogas ou diamantes, ilustrando a proliferação da guerra por recursos em uma era de exiguidades. A autora aponta que, agora, expressões como mudança climática, desmatamento ou poluição são usadas amplamente nas relações internacionais, salientando o meio ambiente, em geral, e os recursos naturais, em particular, como profundamente ligados à segurança, e como um dos conceitos mais controversos da política internacional.

Em termos gerais, para Pereira (2015), o conceito de segurança pode ser definido como a garantia que as pessoas têm de que continuarão a aproveitar as coisas que são mais importantes para a sua sobrevivência e bem-estar. De acordo com Greaves (2015), em um mundo em mutação, questões ambientais agora são enquadradas no conceito de segurança, porque suas noções tradicionais, anteriormente focadas na segurança militar, são irrelevantes em um mundo de fenômenos transnacionais capazes de afetar uma ampla variedade de objetos de referência humana. De acordo com a autora, a segurança ambiental expande de conceito ao considerar riscos impostos pela mudança ambiental às coisas a que as pessoas dão valor. Tais riscos incluem mudança climática, desmatamento, erosão do solo e desertificação, perda da biodiversidade, poluição do ar, terra e água, acidificação dos oceanos, depleção da camada de ozônio, perturbação do ciclos de nitrogênio e fósforo, dentre outros.

Segundo Pereira (2015), proteger o meio ambiente envolve uma nova percepção do relacionamento entre os Estados, os mercados e a sociedade. Além do mais, no longo prazo, a extensão e a natureza das incertezas, a distribuição desigual de impactos e custos, os benefícios políticos ao longo do tempo, e o espaço associado à proteção ambiental, dificultam a análise e a solução dos problemas ambientais. Estes são inseparáveis da segurança humana, como são as questões de injustiça sociais e ambientais, que envolvem relações de poderes desiguais e possíveis caminhos para a emancipação, algo que não é associado a países em desenvolvimento. Para Greaves (2012) a verdade é que as ameaças à segurança da humanidade ultrapassam as fronteiras dos Estados. Toma-se como exemplo a agricultura, que é um setor chave para a humanidade, sendo parte de um alto padrão de vida. Em países em desenvolvimento, a agricultura é particularmente importante, já que ela provê emprego e estabilidade em diversos

países, o que significa que esses países são extremamente vulneráveis à degradação do meio ambiente e à mudança climática. A proteção ambiental e a pobreza são provavelmente os dois maiores desafios deste século, portanto, o fracasso na solução de um deles prejudicará os esforços para resolver o outro.

No que diz respeito às questões energéticas, que também são inseparáveis do ambiente e da proteção dos recursos naturais, Pereira ressalta o pensamento de Jeremy Leggett sobre a possibilidade de ocorrer uma crise do petróleo em alguns poucos anos, onde, conseqüentemente, argumenta que essa crise levará a uma crise financeira:

A história aponta que, após uma crise financeira, quando ocorre uma desaceleração econômica global, a demanda por petróleo cai, pressionando os mercados. Porém, na atual recessão, ou mesmo em uma depressão global, em quanto tempo essa pressão pela demanda desapareceria? É provável que a demanda por petróleo na China, na Índia e nos principais países produtores de petróleo seja duradoura (LEGGETT, 2013⁹, p.198. Tradução nossa).

Mulligan (2012¹⁰), afirma que há três grandes ameaças de crises à ordem internacional: o início de guerras por recursos energéticos, uma quase certeza sobre as mudanças climáticas contínuas e uma crise econômica que não tem solução evidente. De acordo com Pereira (2015), essas crises são intrinsicamente ligadas, pois a mudança climática afeta os recursos naturais e exacerba o potencial de conflitos, enquanto põe em risco o crescimento e o desenvolvimento econômico, em que esse crescimento é uma condição fundamental para poder enfrentar os efeitos da mudança climática e, conseqüentemente, para poder proteger esses recursos naturais. E em um contexto de depressão global, refere Pereira (2015), há um enorme potencial para a ascensão do autoritarismo e regimes semidemocráticos plebiscitários ao redor do mundo, que vão buscar prosperidade econômica para as suas nações não importando a que preço, constituindo um enorme risco à segurança global. De fato, devido às crises financeiras, a Europa já começou a testemunhar um aumento da popularidade das forças políticas autoritárias.

Em 2014, o mundo teve uma queda abrupta do preço do petróleo, de acordo com Pereira (2015), devido à desaceleração da demanda dos países emergentes e da Europa, principalmente em virtude do grande aumento da produção americana do óleo não convencional, o de xisto. A Arábia Saudita reagiu com uma abordagem estratégica de longo prazo para evitar a depleção dos seus ativos de reservas de óleo, face ao rápido desenvolvimento do óleo não convencional

⁹ LEGGETT, Jeremy. *The Energy of Nations: Risk Blindness and the Road to Renaissance*. Routledge: New York, 2013.

¹⁰ MULLIGAN, Shane. Official secrets and popular delusions: security at the end of the fossil fuel age? In: **Natural Resources and Social Conflict**. Towards Critical Environmental Security. pp. 152-169. London: Palgrave Macmillan, 2012.

e das energias renováveis. No contexto, a aposta saudita é a de manter o preço do óleo abaixo do custo de produção de uma significativa parte dos produtores de óleo de xisto nos EUA. Essa redução do preço do óleo produz grandes efeitos em países exportadores de petróleo e que dependem da alta do preço para manter o equilíbrio do seu orçamento, tais como a Rússia, Venezuela, Irã, Iraque, Nigéria, Equador e outros. Sendo assim, na maioria desses países a agitação nacional é uma ameaça significativa, mas, por outro lado, os EUA parecem estar se beneficiando muito, já que o país goza de um grande aumento na sua produção, é o segundo maior consumidor e prossegue importando óleo barato.

Dado que é necessário estudar os potenciais conflitos por recursos à luz da geografia da vulnerabilidade, da ameaça e da insegurança, é importante ter cuidado ao analisarem-se as narrativas geopolíticas sobre as ameaças interestatais da guerra por recursos, devido ao crescimento das economias da Ásia, por exemplo, já que elas podem promovê-las ao invés de evitá-las, simplesmente porque isso é uma visão simplista da questão, que negligencia a natureza multidimensional do tema ambiental e a necessidade da cooperação global. Frerks, Dietz e Van Der Zaag (2014)¹¹ argumentam que abordagens monocausais predominam no meio ambiente como razões para a guerra no século XXI, e abriram caminho para uma abordagem mais modesta, em que os fatores ambientais não são descartados como fatores de conflito, mas posicionados em um framework amplo e mais complexo, superando as abordagens neomalthusianas simplistas, onde a escassez leva diretamente ao conflito.

Também Klare (2013)¹² alega que há muitas narrativas sobre a competição por recursos entre os EUA e a China, mencionando os efeitos dessa competição para o relacionamento entre esses dois Estados, assim como das possíveis tensões entre a China e países como o Japão, Índia e países do sudeste asiático. Conforme Reed (2014)¹³ “as economias chinesas e americanas estão intimamente conectadas, enquanto os dois países também competem por influência geoestratégica em níveis regionais e globais”. Dado seu crescimento econômico, político e militar chinês, a China pode exercer influência crítica em países ricos em valiosos recursos naturais. Pereira (2015), assim como Kerr (2007), destacam que a influência chinesa na África já é uma realidade, pois a China já ultrapassou os Estados Unidos como a maior provedora de

¹¹ FRERKS, Georg; DIETZ, Ton; VAN DER ZAAG, Pieter. Conflict and cooperation on natural resources: justifying the CoCooN programme. In: **Conflicts Over Natural Resources in the Global South**. Conceptual Approaches. Edited by Maarten Bavinck and Lorenzo Pellegrini. pp. 13-34. London: CRC Press, Taylor & Francis Group. 2014.

¹² Klare, M. T. **The Race for What's Left**. The Global Scramble for the World's Last Resources. New York: Picador, 2013.

¹³ REED, David. **In Pursuit of Prosperity**: U.S. Foreign Policy in an Era of Natural Resources Scarcity. Routledge: New York, 2014.

ajuda ao continente africano, sendo o investimento estrangeiro direto chinês profundamente focado no setor extrativo. Esse *boom* dos recursos pode ocasionar uma confrontação geopolítica entre os EUA e a China, de acordo com Hendrix e Noland (2014). A questão é: Pode a China ascender pacificamente? Pois a ascensão chinesa é uma das razões pelas quais o meio ambiente e os recursos naturais estão se tornando mais e mais importantes nas relações internacionais. Outras razões envolvem, por exemplo, a Índia, que é o país mais populoso do mundo, tendo uma economia emergente e sendo uma força política estabilizadora do sul e sudeste do continente asiático.

O Brasil, de acordo com Pereira (2015), é citado como um grande provedor de *commodities* para os mercados mundiais e um *player* extremamente importante nas questões de segurança alimentar global; e a região do Ártico, na Rússia, destinada a ser o coração de uma enorme luta das indústrias extrativas e de centros comerciais e marítimos. A autora cita ainda que essas regiões são de alta prioridade para os norte-americanos, pois todas são vulneráveis a choques de recursos naturais e aos efeitos da mudança climática, apontando que mesmo “pequenos” eventos podem ter efeitos muito significantes através de diversas regiões e no mundo inteiro. Reed (2014) ainda aponta que o tráfico ilegal de recursos naturais movimentava centenas de bilhões de dólares anualmente, sendo que essas transações ilegais distorcem o comércio internacional, enfraquecendo as regras da governança internacional do comércio e causa perda econômica aos produtores e consumidores.

Hendrix e Noland (2014), argumentam que, além disso, como o óleo é um recurso estratégico, as grandes potências investem recursos significativos para assegurar linhas globais de suprimentos, e têm incentivos para prever e tentar conter conflitos em grande escala em países produtores de óleo que possam resultar em picos de preços globais. Como resultado dos gastos domésticos em defesa nos países exportadores energéticos e a sua significância estratégica para as grandes potências, os produtores de óleo tem menos probabilidade de entrarem em guerra. Desta forma, recursos naturais, tanto em escassez quanto em abundância, são fontes de conflito ao mesmo tempo em que são fontes de cooperação. Poder e riqueza sempre foram associados à guerra e à cooperação, mas, como o meio ambiente pertence à toda a humanidade e a globalização deu origem a uma série de desafios ambientais globais, que só podem ser enfrentados por todos, a cooperação terá de prevalecer em um esforço para manter a ordem no sistema internacional (PEREIRA, 2015). De fato, como ressalta a autora, a escassez de recursos obrigou os governos de muitos países a desenvolver sistemas de gestão de recursos bilaterais e regionais para prevenir conflitos entre vizinhos e fornecer aos cidadãos acesso aos

recursos necessários, o que prova que as questões ambientais têm a capacidade de promover a cooperação. De acordo com Frerks, Dietz e Van Der Zaag

The emergence of conflicts is now often seen as related to the management of natural resources or more widely to the nature of resource governance regimes [...]. When managed properly, resource issues may help to foster a culture of environmental cooperation [...]. Proper resource governance could not only help resolve resource conflicts, but also prevent them and lead to peaceful mutual relations (FRERKS, 2014 p.14).

Desse modo, de acordo com Pereira (2015), a globalização e a geopolítica não são conceitos incompatíveis, na medida em que a globalização abre muitas portas para conflitos internacionais, que devem ser considerados sob a luz da geopolítica, mas também ela clama por cooperação sem precedentes. Logo, o mundo pode estar rumando para uma nova ordem ou desordem, em que a crescente interdependência entre os Estados e o sistema da governança global “deram frutos”, mas a comunidade internacional não está livre do desencadeamento dos conflitos e guerras, e é aqui que as relações internacionais entram. A autora destaca que isso é o que Klare (2013) chama de “corrida para se adaptar”, a qual é “competição para se tornarem os primeiros a se adaptarem a novos materiais, métodos e dispositivos que irá livrar o mundo da sua dependência de suprimentos finitos de recursos”, em que o poder e a riqueza virão do domínio de novas tecnologias. Nela, estará a capacidade das relações internacionais de fazerem uso de uma abundância de dados e conhecimentos de outras disciplinas tornando-a a área certa para estudar as perspectivas globais, internacionais e nacionais, com o objetivo de revelar a complexidade por trás da insegurança ambiental, prevenir guerras no sistema internacional e criar uma nova ordem global baseada na cooperação multilateral, promovida pela necessidade de preservar o meio ambiente.

Considerando então, o acesso e o controle do petróleo como recurso de poder para os Estados, dentro de um sistema caracterizado pela existência de vários polos de poder econômico e ao mesmo tempo militarmente polarizado por uma única superpotência, os EUA, Kerr (2007) afirma que as ações e decisões estratégicas deste país afetam toda a dinâmica securitária do Sistema. O resultado das estratégias desta superpotência para manter ou estender por mais tempo esta forma de polaridade, dependem não apenas do seu próprio esforço pela manutenção das estruturas de poder que conquistou ao longo do século XX, mas também da posição que mantém em relação às demais grandes potências. Mesmo com atuação global secundária, essas potências, como China, Rússia, Japão, Inglaterra, França e Alemanha procuram não apenas assegurar seu espaço e autonomia relativa, mas ascender na hierarquia geral entre os Estados

no Sistema Internacional, mesmo que tenham um papel e poderio predominantemente regional. Kerr (2007) afirma que a China, dentre todas essas potências, é a que tem passado por um crescimento mais acelerado, e dadas suas condições materiais, políticas e mesmo humanas parece indicar ter maiores possibilidades de contrapor ou liderar um bloco de países desafiantes à hegemonia estadunidense.

A segurança energética, argumenta Kerr (2007), poderá se tornar prioridade na agenda de um grande número de países, onde os insumos energéticos, principalmente os hidrocarbonetos como o petróleo e o gás natural, são essenciais para a economia capitalista contemporânea, caracterizada, dentre outras coisas, pelo uso intensivo de energia. Isso torna os recursos energéticos altamente estratégicos em termos globais, podendo ser usados para manter ou ampliar o poderio econômico de um país, mas também politicamente importantes no plano doméstico ou nacional, dado que permitem manter a economia e o padrão de vida de sua população. No caso dos Estados Unidos, o controle de recursos como o petróleo pode ser considerado um dos fatores determinantes para a sua ascensão ao posto de superpotência mundial e até mesmo é considerado vital para a manutenção da estabilidade da atual ordem, a da hegemonia americana.

Kerr (2007) ressalta que desde antes do fim da Segunda Guerra Mundial, a segurança das rotas de fornecimento de petróleo era considerada fundamental para a vitória militar, e que mesmo durante a Guerra Fria, grande parte da estratégia estadunidense era direcionada para garantir a segurança das zonas produtoras de petróleo, especialmente no Oriente Médio, em um quadro que se agrava com as crises petrolíferas dos anos 1970 e as novas guerras por petróleo que se desenvolveram desde então. A securitização do acesso ao petróleo tornou-se mais intensa em uma conjuntura de rápido aumento do consumo mundial de energia, ressalta Kerr (2007), em que o atual ciclo de aumento nos preços do barril de petróleo, relativamente contínuo desde o início do século XXI, se projeta à sombra da perspectiva de que a demanda futura possa superar a produção, provocando altas ainda maiores nos preços do barril e aumentando inclusive a probabilidade de cortes ou colapsos de produção e fornecimento. A intensificação da competição entre as grandes corporações petrolíferas por novas áreas produtoras vem acompanhada da disputa entre as grandes potências, especialmente as que são grandes consumidoras de petróleo, como Estados Unidos e China, que procuram manter seu fornecimento e garantir sua segurança energética. Nesse contexto, a necessidade de garantir o acesso a esse recurso, ou mesmo manter a estabilidade do fluxo do seu transporte, visando à manutenção da segurança energética e econômica dos países importadores, é apenas um dos

elementos que alimenta esse processo específico de securitização e sua consequência principal, a militarização.

Outro aspecto desse problema apontado por Kerr (2007) pode ser observado pela relevância que o petróleo adquire para os países exportadores, especialmente para os mais pobres, que precisam da renda obtida pelas exportações para sustentar seus gastos governamentais ou para manter a estabilidade política, muitas vezes financiando a luta contra guerrilhas, movimentos insurgentes, revolucionários ou separatistas. Kerr (2007) também ressalta que é apenas devido à esta função mista, enquanto elemento importante em termos estratégico-militares e econômicos, é que o petróleo se tornou o centro de uma série de contendas globais. Essas disputas cresceram não somente diante da percepção de que o controle desse recurso era determinante para manter ou ampliar o poder das grandes potências. No decorrer da Guerra Fria, quando as disputas por petróleo foram relegadas a um segundo plano, visto que esse tipo de recurso não era alvo direto de confronto entre as superpotências, ambas detentoras de grandes produções petrolíferas. Além disso, a preocupação estratégica dominante era militar, especialmente com a corrida armamentista e a disputa por áreas de influência. O fim do confronto bipolar, de acordo com o autor, tornou mais clara a função estratégica do controle sobre o petróleo, principalmente em um contexto de transição no sistema internacional, caracterizada por diversas transformações que incluem mudanças nas relações entre os grandes centros de poder econômico e político mundial ou entre os centros de poder e as áreas periféricas. Citando a teoria de Arrighi, Kerr argumenta que essa transição inclui mudanças estruturais, como o declínio do atual ciclo de acumulação de capitais, baseado no modelo de acumulação americano e nas estruturas de poder que os Estados Unidos moldaram durante o século XX, destacando que o principal sinal que indicava o início da decadência de um ciclo sistêmico e de acumulação de capital em séculos anteriores foi um amplo processo de financeirização da economia, ou expansão financeira sistêmica. Estas expansões financeiras resultaram em dois processos complementares, a hiperacumulação de capital e a intensa competição entre os Estados pelo capital circulante. Para Arrighi e Silver (2001 p.283), a crise sistêmica da expansão financeira dos anos 1970 seria o indicador mais importante do “outono” da hegemonia americana. Kerr sublinha que a própria capacidade dos Estados Unidos de continuar consumindo um quarto do petróleo mundial, ao mesmo tempo em que mantém uma produção doméstica de mais de 6,5 milhões de barris diários, superior a todo o consumo japonês ou a quase o dobro da produção nacional chinesa, parece indicar que as bases materiais de sua hegemonia, apesar de decadentes, ainda são muito importantes, pois entender as disputas pelo

acesso ao petróleo e gás natural e possíveis crises energéticas é de vital importância para a área das relações internacionais, da segurança internacional e para a economia política internacional.

Por conseguinte, para Klare (2003) as disputas por petróleo possuem grande potencial para geração de novos conflitos e crises internacionais, com potencial para o envolvimento das principais potências mundiais. Não só pela questão da segurança e da economia, mas também é importante ressaltar as ameaças ambientais derivadas do aumento do consumo energético e a relação com a poluição e o aquecimento global, que, especialmente a partir de 2007, começaram a ter um papel importante na agenda política internacional. Pereira (2015) cita como exemplo dessa agenda a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2007, em que pela primeira vez a mudança climática foi tratada; outro exemplo disso tem sido o recorrente tema das reuniões do G20 dos últimos anos, nas quais os maiores painéis foram dedicados à discussão da extração futura de recursos naturais em um mundo sustentável, a segurança alimentar global, a resiliência a desastres naturais e a mudança climática, etc. Outros exemplos dessa pauta incluem a reunião do Fórum Econômico de Davos em 2014, e o acordo climático China-EUA de novembro de 2014.

3.3 CHOQUES DO PETRÓLEO E FINANÇAS INTERNACIONAIS

Em 1944, dois meses antes do final da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente entre os dias 1º a 22 de julho, 730 delegados de 44 países reuniram-se em uma conferência monetária internacional na pequena cidade de Bretton Woods, no norte dos Estados Unidos, e estabeleceram diretrizes da nova ordem econômica mundial sob a hegemonia do dólar. Transcorrido no Hotel Mount Washington, o Acordo de Bretton Woods foi negociado entre os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e os países da Europa Ocidental, sendo o primeiro exemplo de uma ordem monetária plenamente negociada, destinada a governar as relações monetárias entre diferentes Estados. Assim, no último dia do encontro, decidiu-se que o dólar passaria a ser a moeda forte no mundo.

Desta maneira, foi instituído um conjunto de regras para regular a política econômica dos países, e uma das principais características desse sistema foi a obrigação de cada país em adotar uma política monetária que mantivesse a variação de suas taxas de câmbio dentro de 1% ao vincular sua moeda ao dólar e à capacidade do Fundo Monetário Internacional (FMI), em corrigir desequilíbrios temporários de pagamentos, e também para dotar condições necessárias para tolher a falta de cooperação entre países para prevenir a desvalorização competitiva de moedas.

Nesse acordo foram organizadas as regras do sistema, as instituições e os procedimentos para regular o sistema monetário internacional, dando origem ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que atualmente é parte do Banco Mundial.

De acordo com Oatley (2011), o FMI foi criado originalmente para atender as seguintes funções: gerenciar o fundo de estabilização, e monitorar as políticas macroeconômicas dos seus países membros e o saldo de sua balanços de pagamentos para poder decidir quando a desvalorização cambial seria permitida. Esse sistema tinha como objetivo a estabilidade das taxas de câmbio, atrelando o preço do dólar ao ouro, pois os Estados Unidos possuíam dois terços da reserva de ouro do mundo. A moeda americana, nova referência internacional, estava atrelada ao ouro.

A instauração desse sistema representa um marco na história dos Sistemas Financeiros e Monetários Internacionais, pois, foi a primeira vez que os governos explicitamente usaram as taxas de câmbio para promover a cooperação internacional. Porém, como relata Oatley (2011), foi o último caso de um sistema monetário internacional respeitado pelos principais Estados a ser regido por taxas de câmbio fixas. Em um sistema de câmbio fixo, são os governos que estabelecem o preço determinado para suas moedas em relação ao padrão externo. No tratado que estabeleceu Bretton Woods, que dava primazia ao dólar, o preço da moeda foi atrelado ao ouro, estabelecendo o valor a USD 35 por onça¹⁴.

Para Clark (2005) é importante lembrar que, ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos despontaram como superpotência única, dotada de uma base industrial ampla e moderna, além da maior reserva de ouro entre todos os Estados. Enquanto os Estados Unidos tivessem as maiores reservas de ouro, e tivessem a economia mais produtiva, toda a estrutura monetária de Bretton Woods seria estável. Entretanto, esse sistema começou a ser negociado no início dos anos 1940, e foi abertamente um produto das negociações entre os oficiais do Reino Unido e dos Estados Unidos, liderados respectivamente por Sir John Maynard Keynes e Harry Dexter White. O desenho desse sistema, especialmente o do FMI, reflete o plano americano mais do que o britânico, e o resultado das suas negociações veio não só da posição econômica dos Estados Unidos, mas também das diferentes visões entre Keynes e White em questões cruciais, em que White era mais multilateral que Keynes e priorizava a disciplina monetária (BOUGHTON, 2002).

¹⁴ Uma onça pesa 28.3495 gramas.

No período de negociação do acordo que veio a fundar esse sistema, após consultas bilaterais, uma “declaração conjunta” foi apresentada e serviu de base para os “Artigos do Acordo”; tais artigos criaram o código de conduta para as relações monetárias internacionais, além da estrutura institucional centrada no FMI. Para o Oatley (2011, p. 213), “se há algo que a experiência do entre guerras demonstra, é que as moedas não podem ser deixadas flutuando livremente, sob a influência das forças de mercado de oferta e demanda”. Sendo assim, ao organizar esse sistema, os governos buscaram promover taxas de câmbio fixas e, simultaneamente, a sua autonomia econômica doméstica, com o objetivo de que cada Estado soberano pudesse utilizar suas políticas monetárias da maneira que melhor achasse necessário. Para atingir esses objetivos introduziram quatro inovações que são, como apontado por Oatley (2011), a maior flexibilidade das taxas de câmbio, o controle do fluxo de capitais, um fundo de estabilização e a criação do FMI.

Esse sistema buscou incorporar flexibilidade ao estabelecer taxas de câmbio fixas, porém controladas. No acordo, cada governo estabelecia a paridade central da sua moeda em relação ao dólar, podendo alterar esse preço se encontrada uma situação de “desequilíbrio fundamental”. Nesses casos, se necessário, os governos poderiam desvalorizar suas moedas. Era esperado que esse elemento de flexibilidade reduzisse a necessidade de ajustes domésticos mas ainda serviria como taxas de câmbio fixas. Já na limitação dos fluxos de capitais através das restrições cambiais, os bancos centrais teriam o monopólio da conversão da moeda doméstica em divisas e vice-versa, havendo clara distinção entre os anseios americanos e britânicos, em que os americanos queriam a restauração dos mercados de capitais liberais internacionais, enquanto o britânico Keynes acreditava que o vital era possuir os meios de controle dos movimentos especulativos de curto prazo, a “fuga de capitais”¹⁵. Keynes argumentava que, sem esse controle, os Estados poderiam sofrer ataques especulativos que os forçariam a flutuar suas moedas (OATLEY, 2011).

Os fluxos de capitais são um dos componentes mais importantes da economia internacional, pois permitem aos países financiar seus desequilíbrios em conta corrente e utilizar a poupança externa para financiar investimentos produtivos. Porém, muitos Estados acreditavam que os fluxos de capitais foram um fator desestabilizador das taxas de câmbio no período entreguerras (1918-1939), quando grandes volumes de capitais cruzavam as fronteiras e ao menor sinal de perigo voltavam aos seus países de origem, causando assim grandes

¹⁵ Fuga súbita de capitais de um país para outro (OATLEY, 2011, p. 214).

desequilíbrios financeiros internacionais, uma vez em que países com déficit em conta corrente enviavam capital para os países superavitários, ao invés do oposto (OATLEY, 2011).

O arranjo organizado por Bretton Woods demandava que os governos permitissem que a sua população pudesse converter sua moeda doméstica em moeda estrangeira para realizar transações em conta corrente. Havia a permissão, mas não a obrigação, para que os governos delimitassem a conversibilidade das suas moedas para transações na conta de capitais. A utilização dessa regra, a limitação de fluxos cambiais através de restrições cambiais, de acordo com Oatley (2011), foi usada a tal ponto que, ao final dos anos 1970, o fluxo de capitais estava largamente restrito.

Do sistema Bretton Woods advém a criação de um fundo de estabilização, um mecanismo de crédito que consistia em uma reserva de moedas compostas por contribuições de seus países membros. Oatley (2011) ressalta que, cada país participante de Bretton Woods, possuía uma cota que representava o seu tamanho relativo na economia global. Os governos poderiam buscar fundos junto à instituição quando possuíssem um déficit em sua balança de pagamentos. Devido, então, aos mecanismos de ajustes na balança de pagamentos dos países serem coordenados pelo FMI, restava pouca atividade aos mercados, e por não haver outro mecanismo para o ajuste da balança de pagamentos, exceto assistências sociais para o desenvolvimento, conhecidas como “*Foreign Aid*” e empréstimos de bancos internacionais a suas filiais domésticas, Spiro (1999) ressalta que, nenhuma dessas opções é confiável em caso de choque inesperado na economia – que é exatamente o momento em que um mecanismo de ajuste de balança de pagamentos se faz mais necessário.

A formação da estrutura do sistema financeiro internacional de Bretton Woods, originada a partir das concepções desenvolvidas pelos governos, principalmente o americano e o britânico, durante o período entreguerras, influenciou o acordo a ponto de ser interpretado como um regime econômico estável e conservador, sem dar muito espaço para grandes financiamentos e expansões produtivas e financeiras. Porém, essas circunstâncias políticas e financeiras se mostraram instáveis ao longo do tempo, gerando contradições que, não só mas também, vieram a influenciar os choques do petróleo na década de 1970, levando ao fim desse sistema, em que devido ao imenso volume de reivindicações do ouro americano pelos outros países, resultou em um contexto ao qual havia mais agentes portando dólares do que a parte equivalente em ouro admitia.

Sendo assim, devido à falta de credibilidade por parte dos americanos em relação à sua capacidade em honrar o lastro em ouro que correspondia ao imenso volume de dólares circulando no sistema econômico, foi posto em evidência um dos principais pilares do sistema

Bretton Woods, a convertibilidade do padrão dólar-ouro. Um dilema fundamental no funcionamento desse sistema foi apontado por Robert Triffin, um economista belga, pelo qual aquele país cuja moeda - sendo a moeda de reserva global - as nações estrangeiras desejam manter, deve estar disposto a suprir o mundo com um fornecimento extra de sua moeda para atender a demanda mundial por essas reservas de moeda estrangeira, levando a um déficit comercial.

Logo, acumular dólares era mais valioso do que o ouro porque o constante déficit da balança de pagamentos americana ajudava a manter a liquidez do sistema e incentivava o crescimento econômico. Porém, se os Estados Unidos falhassem em continuar mantendo o déficit, o sistema perderia liquidez, não sendo capaz de manter o crescimento econômico do mundo, e sendo assim, fazendo o sistema parar. De acordo com Eichengreen (1996), o acúmulo de reservas de dólares só é atrativo enquanto se manter a conversibilidade entre o dólar e o ouro. A partir do momento em que a quantidade de dólares eleva-se em relação ao estoque de ouro, a credibilidade desse compromisso corre perigo (EICHENGREEN, 1996). Mas, incorrer em tais déficits de pagamentos também significava que, ao longo do tempo, esses déficits viriam a corroer a confiança no dólar.

Acontece que esse sistema de acumulação estava no cerne de Bretton Woods, pois ao término da Segunda Guerra, os americanos financiaram a reconstrução do Japão e da Europa. Na medida em que esses países se recuperaram, passaram a aumentar suas exportações, sendo os Estados Unidos o principal destino dos seus produtos, levando assim à importação de bens para os Estados Unidos e à sua exportação de dólares. Devido, então, ao aumento da posse de dólares por parte de outros países, gradativamente os Estados Unidos perdem a capacidade de manter o lastro do dólar em ouro.

Em 1948, os americanos possuíam o equivalente a USD 24,8 bilhões em ouro no seu estoque, e um total de USD 7,3 bilhões fora de seu país. Onze anos depois, em 1959, esses números chegaram a USD 19,4 bilhões fora do país e um estoque de ouro equivalente a USD 19,5 bilhões. Em 1970, o estoque de ouro declinou para USD 1 bilhão de dólares, enquanto a posse de dólares por estrangeiros alcançou USD 47 bilhões. Sendo assim, os contínuos déficits da balança de pagamentos reduziram a capacidade dos americanos em quitar o compromisso de equiparar USD 35 a uma onça de ouro (OATLEY, 2011). Por conseguinte, conforme os Estados realizassem seus cálculos e optassem por não mais confiar no dólar como moeda internacional, ocorreria o correspondente a uma corrida aos bancos, uma corrida ao ouro do *Federal Reserve Bank* (FED), como receava Triffin. Ao efetivá-lo, as nações estrangeiras apostariam contra o dólar, negociando-o abundantemente e, conseqüentemente, impelindo à

desvalorização da moeda. Esses sucessivos ataques eventualmente levaram ao colapso que terminaria com o sistema Bretton Woods.

A solução para reverter essa lógica seria inverter a posição dos EUA no balanço de pagamentos. Ao invés de incorrer em déficits para a expedição de dólares na economia internacional, os EUA buscariam superávits que retornassem seus dólares para a economia doméstica. Porém, já que o dólar representava a moeda de reserva internacional, isso faria com que diminuísse o volume de dólares na economia mundial, levando à diminuição da liquidez que financiava o comércio internacional. Por isso, o sistema Bretton Woods encarava um dilema: a incapacidade americana em honrar a paridade entre o dólar e o ouro levaria à crises que prejudicariam o sistema de taxas a câmbio fixo; por outro lado, como aponta Oatley (2011), medidas que fortalecessem o dólar levariam a uma deflação mundial, destruindo o sistema.

Devido a esse problema de liquidez, o governo da França, administrado pelo General De Gaulle, não estava satisfeito com as vantagens que os americanos obteriam através da lógica organizada em Bretton Woods, em que os Estados Unidos eram os únicos que poderiam incorrer em déficits persistentes na sua balança de pagamentos, contanto que os demais Estados estivessem a favor de acumular dólares. Como alternativa, os franceses defenderam a criação de um ativo alternativo de reserva, capaz de prover liquidez internacional. E os países efetivamente atenderam ao problema da liquidez ao criar um novo ativo para suplementar o dólar. Em conjunto com o FMI, os países criaram os *Special Drawing Rights* (SDR), ou Direitos Especiais de Saque, um ativo de reserva a ser gerenciado pelo próprio FMI e destinado aos Estados membros na proporção do tamanho das suas economias. Os SDR não possuem paridade com o ouro ou outro padrão, e não podem ser utilizados por indivíduos privados, nem ser negociados em mercados financeiros privados. O objetivo único dos SDR é, de acordo com Oatley (2011), prover liquidez para os governos quitarem suas dívidas uns com os outros. Apesar dessa tentativa conjunta, o SDR nunca possuiu um papel importante no sistema financeiro internacional, no FMI ou nas reservas internacionais estatais. Oatley (2011) salienta que, inclusive, os franceses defenderam a volta do padrão ouro como alternativa para eliminar os benefícios que os americanos gozavam devido ao papel prioritário do dólar nesse sistema. Desse modo, os esforços para resolver o problema da liquidez estavam intrinsicamente ligados ao poder americano no sistema monetário internacional.

O problema que Triffin apontou e as preocupações de De Gaulle estão relacionados. Como aponta Eichengreen (1996), a França era uma grande credora do Tesouro americano, e poderia ameaçar liquidar seu balanço. Esse seria exatamente o movimento que poderia desestabilizar o dólar. Sendo assim, para Oatley (2011), o ajuste necessário para o dólar poderia

ocorrer através de três diferentes maneiras: desvalorizar o dólar em relação ao ouro, diminuir as importações americanas ou expandir as exportações do país para o resto do mundo. A primeira opção, apesar de ser a solução mais simples, se enquadra no contexto de temor apresentado por Eichengreen (1996), a de uma espiral deflacionária, onde no momento em que houvesse a desvalorização do dólar, a Europa e o Japão responderiam desvalorizando suas próprias moedas (OATLEY, 2011). Assim, restavam as opções de conter a atividade econômica nos Estados Unidos para reduzir as importações do país ou expandir a atividade econômica no resto do globo para aumentar as exportações americanas.

Eichengreen (1996) aponta que os americanos se portaram *like a bull in a china shop*¹⁶ se atendo à ameaça de perturbar o sistema monetário e de comércio, caso os bancos centrais de outros Estados do Sistema Internacional descumprissem o acordo de dar suporte ao dólar e caso os governos estrangeiros não obtivessem êxito em estimular a importação dos produtos americanos. Contudo, pairavam dúvidas sobre os limites dos sacrifícios que outras nações e seus bancos centrais estariam dispostos a arcar, pois havia diversos custos envolvidos nos ajustes (EICHENGREEN, 1996). Na medida em que se perdia a confiança no dólar, ataques especulativos, devido à antecipação iminente da desvalorização da moeda, começaram a ocorrer com maior frequência e intensidade, levando a um imenso volume de venda de dólares. Engdahl (1992) ressalta que, ao final do primeiro ano de presidência de Richard Nixon, em 1969, a economia dos EUA entrara novamente em recessão. Em 1970, a fim de combater a desaceleração, as taxas de juros dos EUA haviam sido reduzidas drasticamente. Como consequência, o "dinheiro quente" especulativo começou novamente a deixar o dólar em quantias recordes; lucros de curto prazo foram buscados na Europa e em outros lugares.

Um dos resultados da recusa americana, de mais de dez anos, de desvalorizar o dólar e sua relutância em tomar medidas sérias para controlar o imenso e desregulamentado mercado dos eurodólares, era uma especulação monetária de curto prazo cada vez mais instável. Como resultado da política monetária interna expansionista de Richard Nixon em 1970, os fluxos de capital do ano anterior foram revertidos, e os Estados Unidos incorreram em um fluxo líquido de capital de USD 6,5 bilhões. Mas a recessão dos EUA persistiu. À medida que as taxas de juros continuaram caindo em 1971 e a oferta monetária expandiu, esses fluxos alcançaram enormes dimensões, totalizando USD 20 bilhões. Engdahl (1992) também lembra que, em maio de 1971, os Estados Unidos registraram seu primeiro déficit comercial mensal, desencadeando uma crise de pânico internacional do dólar norte-americano. A situação estava ficando

¹⁶ “Como um touro em uma loja de porcelana”, expressão utilizada por Eichengreen (1996, tradução do autor).

desesperadora, pois, em 1971, as reservas oficiais de ouro dos EUA representavam menos de um quarto do seu passivo oficial: teoricamente, se todos os detentores de dólares estrangeiros exigissem ouro, Washington teria sido incapaz de cumprir sem tomar medidas drásticas.

Wall Street persuadiu Nixon a abandonar esforços infrutíferos para segurar o dólar contra uma enxurrada de demanda internacional para resgatar dólares por ouro. Mas, infelizmente, Wall Street não queria a necessária desvalorização do dólar contra o ouro, que vinha sendo intensamente almejada por quase uma década. Em 15 de agosto de 1971, Nixon seguiu o conselho de um círculo próximo de conselheiros-chave, incluindo George Shultz, seu conselheiro orçamentário, e um grupo de política do Departamento do Tesouro, incluindo Paul Volcker e Jack F. Bennett, que mais tarde veio a se tornar diretor da Exxon, e termina unilateralmente com a conversibilidade do dólar-ouro, o que foi chamado de Choque Nixon. Engdahl (1992) alega que esse movimento convulsionou o mundo, quando o presidente dos Estados Unidos anunciou a suspensão formal da conversibilidade do dólar em ouro, efetivamente colocando-o em um padrão dólar sem o apoio desse metal precioso, desmembrando unilateralmente a disposição central do sistema de Bretton Woods de 1944. Os detentores estrangeiros de dólares americanos não poderiam mais resgatar seu papel para as reservas de ouro dos EUA.

Essa ação unilateral de Nixon foi reafirmada em prolongadas conversas internacionais que ocorreram em dezembro, em Washington, entre os principais governos europeus, o que resultou em um frágil comprometimento, conhecido como acordo de Smithsonian. Com um exagero que superou até mesmo o de seu antecessor, Lyndon Johnson, Nixon anunciou depois da criação do acordo Smithsonian que ele era "a conclusão do acordo monetário mais significativo da história do mundo". Os Estados Unidos haviam formalmente desvalorizado o dólar em apenas 8% contra o ouro, colocando-o a USD 38 por onça ao invés dos USD 35, longe dos 100% de desvalorização pela qual os aliados clamavam. O acordo também oficialmente permitiu uma faixa de variação de valor da moeda em 2,25%, em vez do original 1% das regras do FMI, de Bretton Woods. Engdahl alega que Nixon, ao declarar aos detentores de dólares mundo afora que seus papéis não poderiam mais ser resgatados em ouro, "puxou o *plug*" da economia mundial, pondo em marcha uma série de eventos que abalariam o mundo como nunca antes visto. Dentro de semanas, a confiança no acordo Smithsonian começou a desmoronar. A suspensão do resgate de ouro e as resultantes "flutuações cambiais" internacionais do início dos anos 1970 não resolveram nada. Só compraram tempo.

Para Engdahl (1992), o modo de pensar de Wall Street indicava que o domínio do poder financeiro deve ser intocável, mesmo que isso seja às custas da produção econômica ou da

prosperidade nacional americana. Engdahl aponta que o ouro em si tem pouco valor intrínseco. O ouro tem certos usos industriais mas, historicamente, por causa da escassez, serviu como padrão de valor ao qual diferentes nações fixaram os termos do seu comércio e suas moedas. Quando Nixon decidiu não mais honrar as obrigações da moeda americana em ouro, ele abriu as portas para uma enchente mundial de especulações ao estilo “*Las Vegas*”, uma dimensão nunca antes vista na história. Em vez de sanar os assuntos econômicos de longo prazo com padrões fixos de troca, depois de agosto de 1971, o comércio mundial era simplesmente outra arena de especulação sobre a direção em que várias moedas flutuariam. De acordo com Engdahl, os verdadeiros arquitetos da estratégia de Nixon eram os influentes bancos comerciais de Londres, onde nomes como Sir Siegmund George Warburg, Barão Edmond de Rothschild e Major Jocelyn Olaf Hambro, entre outros, viram uma oportunidade excepcional na dissolução de Nixon do padrão ouro de Bretton Woods, naquele verão de 1971. Londres mais uma vez se tornaria um grande centro financeiro mundial e novamente com dinheiro emprestado, mas, desta vez, com eurodólares. Engdahl (1992) aponta que, depois de agosto de 1971, a política dominante dos EUA sob o comando do secretário de Segurança Nacional, Henry A. Kissinger, deveria controlar, e não desenvolver economias em todo o mundo, foi quando oficiais de política dos EUA começaram a se intitular como "neomalthusianos". A redução da população nas nações em desenvolvimento, em vez das estratégias de transferência de tecnologia e crescimento industrial, tornou-se a prioridade dominante durante a década de 1970, outro retrocesso ao pensamento colonial britânico do século XIX (ENGDAHL, 1992). A base ineficaz do acordo Smithsonian levou a uma deterioração adicional em 1972, quando fluxos maciços de capital levaram o dólar novamente para o Japão e a Europa, até 12 de fevereiro de 1973, quando Nixon finalmente anunciou uma segunda desvalorização do dólar, de 10% contra o valor do ouro. Nesse ponto, todas as principais moedas mundiais iniciaram um processo do que foi chamada de "flutuação gerenciada". Entre fevereiro e março de 1973, o valor do dólar norte-americano em relação ao marco alemão caiu mais de 40%. A instabilidade permanente havia sido introduzida nos negócios monetários mundiais de uma forma nunca vista desde o início dos anos 1930. Mas, desta vez, estrategistas em Nova York, Washington e Londres estavam preparando uma surpresa para recuperar a vantagem e se recuperar da perda devastadora do pilar monetário de seu sistema.

Como mencionado, conforme Engdahl (1992), o projeto por trás da estratégia do dólar iniciada no dia 15 de agosto de 1971 por Nixon, só veio a emergir em outubro de 1973, mais de dois anos depois do ocorrido, e mesmo assim para poucas pessoas, já que somente algumas delas compreenderam a conexão na época. A desmonetização do dólar ocorrida nessa data foi

usada pelo *establishment* financeiro de Londres e Nova York para comprar um tempo precioso, enquanto os membros de política preparavam um novo e arrojado design monetarista, uma "mudança de paradigma", como alguns preferiam denominá-lo. Certas vozes influentes do *establishment* financeiro anglo-americano, descreve Engdahl, tinham concebido essa estratégia para criar novamente um dólar forte e, mais uma vez, aumentar seu poder político relativo no mundo, exatamente quando pareciam estar rumo a uma derrota decisiva. De acordo com Eichengreen, o processo de transição para o câmbio flutuante foi árduo de se alcançar, principalmente para os oficiais de organizações como o FMI, que ainda estavam muito ligados ao antigo sistema. Para estes, não houve um salto voluntário de um sistema para outro, mas sim um ajuste forçado (EICHENGREEN, 1996). O fim do padrão ouro, que definitivamente encerrou o Acordo de Bretton Woods, iniciou uma nova fase no século americano. A relevância de grandes bancos internacionais, como o *Chase Manhattan*, *Citibank* e *Barclays*, aumentou consideravelmente em relação ao papel que representaram durante a vigência do Acordo de Bretton Woods, quando assumiram funções que antes pertenciam apenas aos bancos centrais, privatizando assim, o controle sobre os financiamentos a longo prazo.

Clark (2005) aponta que a combinação de forças do dólar flutuante, somado ao aumento do déficit comercial americano e a uma grande dívida associada à Guerra do Vietnã (1955-1975), também contribuíram para a instabilidade do dólar nos anos 1970. Não obstante, com o valor do dólar sendo determinado pelas forças do mercado, uma forte inflação dominou o cenário internacional durante esses anos (CLARK, 2005). Assim, Engdahl alega que ainda no início daquela década, com os Estados Unidos e a Europa Ocidental cada vez mais dependentes do petróleo do Oriente Médio, o palco estava pronto para a mais ousada manipulação dos mercados mundiais de petróleo.

Em maio de 1973, com a dramática queda do dólar ainda recente, um grupo de 84 das principais instituições financeiras e políticas do mundo, entre titãs petrolíferos americanos e britânicos, juntamente com os banqueiros mais seletos de Nova York e de Londres e um conjunto de altos funcionários do governo dos Estados Unidos e da Europa Ocidental se reuniram em uma conferência realizada em Saltsjöbaden, uma ilha de alta segurança nos arredores de Estocolmo, na Suécia, pertencente à família de banqueiros Wallenberg, para estabelecer as bases para um choque global no preço do petróleo. Esse grupo, já anteriormente conhecido como Clube de Bilderberg, estava prestes a testar as reações do mundo a um aumento deliberado de 400% no preço do petróleo da OPEP, a aplicação mais dramática de sua arma, o próprio petróleo. Entretanto, o objetivo da reunião secreta de Saltsjöbaden não era evitar o choque esperado do preço do petróleo, mas sim planejar como administrar o fluxo de dólares a

serem criados, um processo que o secretário de Estado Henry Kissinger chamou mais tarde de "reciclar os fluxos de petrodólares", enquanto Engdahl (2012) chamou de “arma silenciosa para guerras tranquilas”.

No período de transição da paridade do ouro para o câmbio flutuante, não havia um consenso sobre o comportamento que as taxas de câmbio flutuantes viriam a ter. Por um lado era possível acreditar que o fim da paridade acabaria com os desalinhamentos persistentes, esperando-se que taxas flutuantes se estabilizassem em níveis de equilíbrio em que elas teriam pouca tendência a divergir. Por outro lado, a opinião contrária era de que o mundo estava prestes a entrar em uma era perigosa de turbulência e instabilidade financeira (EICHENGREEN, 1996). Efetivamente, o período transacional após a queda de Bretton Woods originou um sistema desequilibrado, repleto de imprevisões e, principalmente, com uma vasta dívida no mundo em desenvolvimento como resultado dos altos preços do petróleo. Como dito anteriormente, é preciso lembrar que essa crise teve sua engrenagem iniciada unilateralmente quando o presidente do *Federal Reserve Bank* (FED), Paul Volcker, tivera que aumentar a taxa de juros americana em 1979, em um esforço para salvar o dólar, alterando os fluxos do capital no sistema monetário e trazendo dólares de volta para a economia americana após tantos anos de saída de capital do país (CLARK, 2005).

Após três anos consecutivos de taxas de juros recordes nos EUA, o dólar foi “salvo” em 1981, com o capital internacional fluindo para os Estados Unidos e não dos Estados Unidos para outros países, como ocorria anteriormente já há bastante tempo. Esses influxos estabilizaram a balança de pagamentos da economia americana, que vinha sofrendo com a crescente dívida acumulada. Contudo, ao mesmo tempo que o aumento da taxa de juros dos Estados Unidos afetou profundamente os países em desenvolvimento, os quais tiveram que pagar pelo aumento exorbitante das taxas de juros dos empréstimos que contraíam para o pagamento das importações de petróleo, o FMI fez cumprir o pagamento das dívidas do mundo em desenvolvimento para os bancos de Londres e Nova York, atuando como um policial da dívida ao implementar os temidos programas de austeridade. Como resultado, os gastos públicos para a saúde, educação e bem-estar decaíram na medida que o FMI exigia que os bancos quitassem os pagamentos das dívidas sobre os seus empréstimos de petrodólares dentro dos prazos estabelecidos. Esses programas de austeridade foram muitas vezes vistos como medidas draconianas pelas populações locais e podem ter contribuído para o movimento antiglobalização contemporâneo (CLARK, 2005). Além de tudo, o FMI impôs severas cobranças de dívidas nos países em desenvolvimento, forçando-os a pagar os débitos em dólares, apesar das convulsões sociais e da falta de recursos para o crescimento interno

(CLARK, 2005). Isto posto, essa relação entre o aumento do preço do petróleo, o endividamento dos países em desenvolvimento e a reciclagem dos petrodólares deve ficar clara neste momento.

Os choques do petróleo de 1973 e 1978 ocorreram em meio a um processo de industrialização dos países em desenvolvimento na América Latina, mais notadamente no Brasil, na Argentina e no México, que envolvia grandes empréstimos internacionais. Desta forma, quando ocorreu o aumento abusivo do preço do petróleo, esses países encontraram-se, então, com um insumo importante para a industrialização a um custo muito maior, com uma nova necessidade de conseguir dólares a altos custos e com uma dívida, que já era grande, ainda maior. Assim, para financiar os custos da importação de petróleo, esses países contraíram empréstimos junto a bancos americanos e ingleses, os quais, devido ao recente surto de liquidez de petrodólares em suas contas, conseguiam disponibilizar grandes somas de divisas a custos relativamente baixos. Todavia, a situação piorou quando os Estados Unidos aumentaram a taxa de juros internacional no final da década de 1970, tornando-se impossível para alguns desses países honrarem suas dívidas, o que culminou na moratória do México, em 1982. Os anos 1980, por sua vez, presenciaram a emergência de grandes desequilíbrios globais. O grande déficit em conta corrente dos EUA batia recordes históricos, ano após ano. Segundo Oatley (2011), esses déficits eram compensados por superávits nas balanças comerciais alemã e japonesa. Não obstante, esses desequilíbrios foram resultados de diferentes políticas macroeconômicas de cada uma das três grandes economias, sendo que os EUA se colocava como o maior importador do globo, enquanto as economias japonesa e alemã preocupavam-se em exportar em grande escala.

De fato, Sato (2012) afirma que os EUA passam da supremacia solitária no pós-Guerra imediato para um cenário com concorrentes em níveis de produtividade e competitividade semelhantes aos seus nas décadas que se seguem. Essa equalização dos padrões de produtividade inevitavelmente traria como consequência uma mudança na posição relativa dos EUA. Entre 1960 e 1980, por exemplo, a participação relativa dos EUA na produção mundial passou de 25,9% para 21,5%, enquanto o Japão dobrava sua participação passando de 4,5% para 9% e os países do Terceiro Mundo evoluíam de 11,1% para 14,8% no período Kennedy.

Ao final da década de 1980, a dívida externa americana aumentou de USD 440 bilhões para mais de USD 2 trilhões. Como consequência, de acordo com Oatley (2011), os Estados Unidos passaram de credor internacional líquido para devedor. Para a manutenção dessa lógica, era necessário que os EUA mantivessem altas taxas de juros, gerando maior atratividade para que o capital internacional rumasse para o país.

Para Spiro (1999), grandes foram as dificuldades de adaptação ao novo sistema financeiro e monetário que se formava. Havia pressões de muitos lados para que um equilíbrio fosse encontrado segundo o interesse de cada Estado ou região. Verdadeiramente, uma característica marcante do sistema que emerge após a queda de Bretton Woods é a desregulamentação generalizada, pois estrutura-se um regime sob a hegemonia americana em que acordos e cooperações temporais marcam os acontecimentos de forma quase que para esse propósito, sem seguir alguma regra oficial, como acontecia no pós-Guerra. É neste contexto que a reciclagem de petrodólares se apresenta como um mecanismo de financiamento para ajustes nas balanças de pagamentos no período logo após o colapso do Acordo de Bretton Woods. Conforme Spiro (1999), a reciclagem representa a natureza de um sistema monetário internacional em transição, na medida em que o mundo se movia na direção de mercados bancários muito mais integrados.

Para Spiro (1999), a reciclagem de petrodólares foi o processo pelo qual o superávit dos países produtores de petróleo financiava o déficit em outros lugares no mundo. A reciclagem desafiou a cooperação entre democracias industrializadas avançadas e a estabilidade do sistema econômico internacional na distribuição dos déficits comerciais, o que significava evitar políticas comerciais competitivas e a distribuição do capital, como por exemplo, ao impossibilitar a competição para os investimentos da OPEP (SPIRO, 1999). O autor aponta que Henry Kissinger via o problema de uma maneira similar à aquela que causou a Grande Depressão, porque governos seriam tentados a implementar políticas tais como “depreciação da taxa de câmbio, restrições das importações, subsídios às importações, controle do fluxo de capital, taxas de juros ou outros incentivos para encorajar o influxo de capital”, segundo Spiro (1999, p. 30). Ainda assim, se cada nação perseguisse políticas similares, nenhuma iria funcionar, e as políticas iriam levar a uma onda de medidas competitivas, que arriscariam uma séria queda no comércio mundial, um espiral deflacionário para baixo que possivelmente levaria a uma depressão global. Similarmente, Spiro (1999, p. 201) cita o Boletim do Departamento de Estado norte-americano de 1974, prevendo que essa crise poderia “ameaçar o mundo com um ciclo vicioso de competição, autarquia, rivalidade e depressão tal como o que levou ao colapso da ordem mundial nos 1930”¹⁷.

Os exportadores de petróleo possuem um superávit estrutural no comércio porque eles não podem aumentar as suas exportações tão rapidamente quanto o crescimento do preço do óleo. Logo, há de haver um déficit comercial em outro lugar do mundo. O autor fornece o

¹⁷ State Bulletin 70, nº 1810, 04/03/1974.

seguinte exemplo, se houvessem apenas dois países no mundo, e um deles tivesse superávit do comércio com o outro, então o país 01 está vendendo bens e serviços mais do que ele compra, enquanto o país 02 está comprando mais do que ele vende. Spiro (1999) argumenta que se dividirmos o mundo entre os países membros da OPEP e o resto deles, então, se a OPEP possui o superávit do comércio, é preciso haver um déficit comercial correspondente no restante dos países. Se uma nação importadora de óleo tentasse melhorar suas importações para que o seu balanço de comércio se equilibrasse, isso simplesmente deslocaria o déficit para outra nação. Se cada nação tentasse fazer isso nenhuma teria sucesso, porque é preciso haver déficit. O resultado seria um regime ineficaz para o comércio internacional, com uma perda em rede do bem-estar social de todos. Spiro (1999, p. 2) salienta que, “Oil importing countries had to have oil for their economies to function. Since they could not buy less oil, and since OPEC could not import as many goods and services as the new price of oil now bought, OPEC had to have a trade surplus.”

Conforme o autor, a questão central é, quem vai arcar com o déficit correspondente? O desafio de como o capital seria distribuído, diz Spiro (1999), era quase uma imagem-espelho do desafio de prevenir guerras comerciais. Uma vez que as nações concordem em dividir o déficit comercial, há o perigo de que elas venham competir com petrodólares para financiar esses déficits. Mais uma vez, por definição, o déficit na conta corrente é compensado por um déficit na conta de capital. O dinheiro deve fluir de um país para pagar os bens e serviços que ele compra e, para ganhar esse dinheiro, uma nação deve vender títulos ou dívidas.

Ainda de acordo com Spiro, mesmo se houvesse uma cooperação “não problemática” entre os importadores de petróleo, um problema adicional consistiria em alcançar um acordo com os exportadores de petróleo sobre onde colocar seus ativos. O diretor de pesquisa do Acordo Geral de Tarifas e Taxas (GATT), Jan Tumlir, descreveu esse desafio ao sistema monetário internacional, esboçando um mundo com um exportador de petróleo A e três importadores de petróleo E, J e U. O exportador A eleva o preço do petróleo e mantém as receitas adicionais em ativos monetários onde E são euros, J é Jen, e U é moeda (que apenas para quebrar a monotonia, chamaremos de dólar). Spiro (1999) diz que Tumlir projeta que se A decidir manter dólares indefinidamente, U poderá imprimir dinheiro para pagar o petróleo e emprestar para E e J sem nenhuma consequência real. O exportador A estaria trocando o óleo por pedaços de papel, e E e J emprestariam esse papel a baixo custo. Não é garantido, contudo, que A mantenha dólares indefinidamente ao invés de usá-los para reivindicar bens e serviços das economias importadoras de petróleo. Como Tumlir observou, A está dando um empréstimo duplo para U, por enquanto. U não é forçado a produzir mais ou a reduzir o consumo do petróleo

mais caro, e recebe E e J aumentando os custos do petróleo na forma de bens e serviços. No entanto, esse arranjo é apenas momentâneo, e requer a cooperação ativa de todas as partes envolvidas. E e J não devem competir por influxos de capital de A, e U deve aceitar um déficit na balança de pagamentos (assim como os efeitos do capital estrangeiro em seus mercados monetários). Se a U tentar defender sua conta corrente, a previsão de Tumlir é de que isso "levaria a uma espiral descendente acumulada do comércio para convencer os exportadores de petróleo a manter excedentes de capital em forma monetária, ao mesmo tempo em que afetaria a cooperação entre os importadores de petróleo" (SPIRO, 1999, p. 3).

Claramente, esse arranjo teria sido vantajoso para os Estados Unidos. Poderia imprimir dólares em troca do petróleo e dos bens da Europa e do Japão. Então, por que nem toda nação tentou fazer o mesmo? Para Spiro (1999), a resposta é que nem toda nação tinha a capacidade de imprimir sua moeda em troca de petróleo e de comércio exterior. Mas, mesmo que outras nações tivessem essa capacidade, se todos os Estados competissem pelo privilégio de imprimir dinheiro para pagar pelo petróleo, todos teriam que convencer a OPEP a manter suas moedas ou aceitar déficits dos importadores de petróleo. Esta correspondência rigorosa dos fluxos de comércio e capital não teria sido provável ou viável. Por uma questão de estabilidade do sistema monetário internacional, apenas uma nação poderia ter assumido o papel de fornecer uma moeda-chave para a reciclagem. Sem tal liderança, havia uma forte possibilidade de competição mutuamente destrutiva pelo capital. No entanto, essa forma de liderança também traz consigo o potencial de privilégios exorbitantes. Se os Estados Unidos competissem pelo capital unilateralmente e fizessem com que outras nações chegassem a um acordo para ter acesso a esse capital, o resultado seria uma liderança predatória que não interessava a ninguém, exceto aos Estados Unidos. O acesso ao capital permitiu que as nações se ajustassem gradualmente. Se as nações consumidoras simplesmente comprassem menos petróleo e apertassem os cintos, a OPEP não teria um excedente. Mas um ajuste súbito teria deslocado grandes setores da economia e teria causado uma recessão econômica mais severa do que qualquer coisa que tenhamos testemunhado no pós-Guerra. O ajuste gradual significou que as nações consumidoras tiveram tempo de adotar medidas de conservação de energia e lentamente se acostumaram a apertar os cintos. Ao invés de deixar uma grande parte da população fora do mercado de trabalho, os políticos foram capazes de esconder o ajuste baseado em salários reais mais baixos e inflação mais alta, destaca Spiro (1999).

Os mecanismos que permitem ajustes graduais a grandes choques econômicos são cruciais. Pois graças a eles, o ajuste do balanço de pagamentos são os elementos que os regimes usam para permitir que os líderes nacionais cumpram as regras de um sistema monetário

internacional. Sem o financiamento do ajuste da balança de pagamentos, o recurso a políticas protecionistas ou nacionalistas que violam a ordem monetária internacional é atraente demais para que os políticos as evitem. O autor argumenta que, sob o sistema de Bretton Woods, as nações receberam um incentivo para permanecer com taxas fixas (ou pelo menos desincentivadas) através do FMI, organização baseada na organização dos princípios de riqueza, de poder e, em pequena parte, de democracia liberal. Na medida em que o FMI divergia de uma reificação da hierarquia de poder de suas partes constituintes, as democracias industrializadas avançadas mantinham um voto desproporcionalmente influente, em que o número de votos necessários para anular as decisões mantidas continuava encolhendo à medida que a parcela de votos dos EUA diminuía.

Pouco foi deixado para os mercados quando o FMI levou a cabo o financiamento de ajuste da balança de pagamentos. O mercado de eurodólares não existia até 1958, e seu crescimento exponencial só se tornou perceptível em 1970. Não houve outros mecanismos para o financiamento do ajuste da balança de pagamentos, exceto a ajuda oficial para o desenvolvimento (ajuda externa) e empréstimos das filiais nacionais dos bancos comerciais. Ambos eram de caráter ad hoc, e não se podia confiar neles quando a economia se tornou problemática - que era precisamente o momento em que é mais necessário o financiamento para ajuste do balanço de pagamentos.

A reciclagem, portanto,

É um estudo de caso do financiamento do ajuste do balanço de pagamentos para o período imediatamente posterior ao colapso do acordo de Bretton Woods. Ele representa a natureza do sistema monetário internacional em mutação e como as nações financiaram o ajuste do balanço de pagamentos após o fechamento da “janela do ouro”. Como a economia política internacional distribuiu o financiamento do ajuste do balanço de pagamentos é particularmente importante à medida que o mundo se move em direção a mercados bancários mais fortemente integrados. E é uma preocupação especial para os cidadãos dos Estados Unidos, que passaram a depender do capital estrangeiro para manter a economia em movimento (SPIRO, 1999, p. 5).

No caso da reciclagem de petrodólares e dos desafios apresentados no cenário do comércio internacional e dos fluxos de capital, os resultados do mercado foram menos do que os desejados. Quando o mecanismo de preços consistia em provisões e demandas dos governos nacionais, os mercados eram levados a uma diminuição geral do bem-estar social. A cooperação entre as democracias industriais avançadas, era uma palavra educada para conluio para fixar preços. O petróleo, o comércio com a OPEP e a distribuição dos investimentos da OPEP se estabeleceriam por acordo político. Inerente a todos os desafios apresentados pela reciclagem

de petrodólares está a tensão entre os mecanismos de mercado e a autoridade política na alocação de valor.

De acordo com Torres (2014), do dismantelamento do Acordo de Bretton Woods nos anos 1970 originou-se o Sistema Financeiro Globalizado Contemporâneo. Esse Sistema só se entraria em pleno funcionamento, segundo o autor, a partir da segunda metade dos anos 1980.

Sua composição se mesclou com a desarticulação do sistema monetário internacional instituído no final da Segunda Guerra, que tinha como sustentação: a) taxas fixas de câmbio entre as principais moedas; b) garantia de conversibilidade em ouro dos saldos em dólar também a taxas fixas; c) ampla conversibilidade das operações financeiras de origem comercial; e d) controle das contas de capital pelos governos nacionais (TORRES, 2014). Nesse sistema baseado no dólar fixo, os Estados Unidos cumpriam papel semelhante ao que a Inglaterra havia representado na segunda metade do século XIX, servindo como o banco central do mundo, em que estipulavam a taxa básica de juros e dotavam, através dos déficits ou superávits em sua balança de pagamentos, a liquidez da moeda internacional. Como referido por Torres

[...]a única restrição a que os americanos estavam sujeitos era a obrigação de converter dólares em ouro, no caso de seus parceiros acumularem um volume expressivo e indesejado de saldos em sua moeda[...] (2014, p. 435).

Nessa hipótese, os Estados Unidos teriam que efetivar alguma forma de ajustamento em sua economia para viabilizar o restabelecimento da confiança dos demais parceiros no equilíbrio do dólar. “Entretanto, quando esse limite foi atingido no início da década de 1970, a história seguiu um curso diferente”, relatam Torres e Pose (2017, p. 435). Segundo Eichengreen (2011¹⁸), ao invés de abrir mão de seu “privilégio exorbitante” e proporcionar o ajustamento de sua economia, os EUA simplesmente desfizeram unilateralmente os compromissos firmados em 1944. Desde então, o dólar passou a estar sujeito a um regime de taxas flutuantes.

A preparação do novo sistema financeiro mundial conformado ao dólar flexível demorou, porém, ainda mais de uma década para entrar em funcionamento definitivamente, por diversos motivos, aponta Torres. Politicamente, houve resistências ao novo padrão monetário americano, contexto que pode ser exemplificado com a criação por parte dos europeus, já em 1972, de um mecanismo chamado “serpente europeia”, que reduzia a amplitude das flutuações entre suas moedas. Torres também alega que o ajuste não foi rápido por parte dos mercados. O autor diz que enquanto o processo se desenrolava, o período era de forte instabilidade na economia internacional, sendo marcado por inflação alta, taxas negativas de juros e choques de

¹⁸ EICHENGREEN, B. **Privilégio exorbitante**: a ascensão e a queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

preços. Mesmo com apelos contrários, os norte-americanos permaneceram empenhados com a liberalização financeira. Segundo Helleiner (1994¹⁹), já no início de 1973, em fevereiro, os Estados Unidos afirmavam que os instrumentos de controle de capital seriam extinguidos no ano seguinte. Logo após, rejeitaram a iniciativa de europeus e japoneses de criar uma nova moeda internacional emitida pelo FMI, que, para isso, centralizaria a intermediação dos excedentes dos países exportadores de petróleo – os petrodólares.

¹⁹ HELLEINER, Erich. **States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990's**. Cornell University Press. Londres. 1994.

3.4 PETRODÓLARES E OS CONTRATOS FUTUROS

Engdahl (2012) ressalta que o advento em larga escala de novos instrumentos financeiros – os chamados “derivativos do óleo” ou “futuros” – por volta dos anos 1980, permitiram ainda outro meio do controle anglo-americano do óleo. Isso criou mecanismo para controlar o preço da *commodity* mais valiosa em períodos-chave sem respeito às leis tradicionais de oferta e demanda, abrindo imensos novos potenciais do uso e do controle do óleo como arma de guerra econômica.

Entretantes, setores privados aderiam aos poucos à iniciativa americana. Os mercados especulativos imediatamente se organizaram para operar com câmbio e juros flexíveis. Em maio de 1972, teve início na *Chicago Mercantile Exchange (CME)* as primeiras negociações com contratos futuros de moedas. Abaixo um exemplo de contrato futuro de trigo.

Figura 5 – Exemplificação de Contrato Futuro de Trigo

(Continua)

Chicago SRW Wheat Futures Contract Specs		View Another Product
Quotes Settlements Volume Time & Sales Contract Specs Margins Calendar		
<input checked="" type="radio"/> Futures <input type="radio"/> Options		
Contract Unit	5,000 bushels (~ 136 Metric Tons)	
Price Quotation	Cents per bushel	
Trading Hours	Sunday – Friday, 7:00 p.m. – 7:45 a.m. CT and Monday – Friday, 8:30 a.m. – 1:20 p.m. CT	
Minimum Price Fluctuation	1/4 of one cent per bushel (\$12.50 per contract)	
Product Code	CME Globex: ZW CME ClearPort: W Clearing: W TAS: ZWT	
Listed Contracts	March (H), May (K), July (N), September (U) & December (Z)	
Settlement Method	Deliverable	
Termination Of Trading	The business day prior to the 15th calendar day of the contract month.	
Trade At Marker Or Trade At Settlement Rules	<p>Trading at settlement is available for first 3 listed futures contracts, nearby new-crop July contract (if not part of the first 3 outright), first to second month calendar spread, second to third month calendar spread, and nearest Jul-Dec OR Dec-Jul spread when available (when December is listed); and are subject to the existing TAS rules. The Last Trade Date for CBOT Grain and Oilseed TAS products will be the First Position Day (FPD) of the front-month contract (FPD is the second to last business day in the month prior to the nearby contract month).</p> <p>Trading in all CBOT Grain TAS products will be 19:00-07:45 and 08:30-13:15 Chicago time. All resting TAS orders at 07:45 will remain in the book for the 08:30 opening, unless cancelled.</p> <p>TAS products will trade a total of four ticks above and below the settlement price in ticks of the corresponding futures contract (0.0025), off of a "Base Price" of 0 to create a differential (plus or minus 4 ticks) versus settlement in the underlying product on a 1 to 1 basis. A trade done at the Base Price of 0 will correspond to a "traditional" TAS trade which will clear exactly at the final settlement price of the day.</p>	

Settlement Procedures	Wheat Settlement Procedures
Position Limits	CBOT Position Limits
Exchange Rulebook	CBOT 14
Price Limit Or Circuit	Price Limits
Vendor Codes	Quote Vendor Symbols Listing
Last Delivery Date	Second business day following the last trading day of the delivery month.
Grade And Quality	#2 Soft Red Winter at contract price, #1 Soft Red Winter at a 3 cent premium, other deliverable grades listed in Rule 14104.

Fonte: Contract specifications for CME Group. Chicago SRW. Investopedia. Dez. 2017. Disponível em: <https://www.investopedia.com/university/futures/futures4.asp>

Além disso, como descrito por Braga e Cintra

Em 1973, surgiram os contratos de opções sobre ativos financeiros na Chicago Board Options Exchange [...]; em 1975, os contratos futuros de taxas de juros; em 1979, o International Monetary Market (IMM) começou a negociar contratos futuros com bônus do Tesouro americano de 90 dias; em 1982, foram lançados os contratos futuros de índices de Bolsas de Valores (2004¹ p. 435).

A extensão do uso desses mecanismos para além do câmbio e dos juros não se deu, no entanto, de forma instantânea, “a transição de um mundo de negócios internacionais baseados em preços nominais de longo prazo e em relações bilaterais para outro que se apoiasse em preços *spot* flexíveis e derivativos foi lenta”, de acordo com Torres (2014, p. 436). Ele exemplifica esse contexto citando as transações internacionais de petróleo, em que o antigo padrão de ordenamento dessas transações comerciais só foi definitivamente abandonado em 1985. Na ocasião, os preços oficiais da OPEP foram abolidos e os contratos com óleo da Arábia Saudita passaram a adotar o princípio do *netback pricing*², acompanhando os preços praticados no mercado à vista, menos de uma margem preestabelecida. Mesmo nos Estados Unidos, a “desregulamentação” de mercados não financeiros relevantes não foi feita de imediato após a adoção do câmbio flutuante. Novamente tomando-se como exemplo o petróleo, o processo de liberalização do mercado doméstico de óleo também teve que aguardar o início dos anos 1980. Conforme Torres (2014) só então os controles administrativos sobre produção e preços, existentes desde a década de 1930, foram abolidos, permitindo a integração entre o consumo, a produção e a formação de preço do óleo nos Estados Unidos com o restante do mercado mundial. Logo em seguida, veio a criação dos mercados de futuros. A bolsa de Mercadorias de Nova York iniciou suas operações com futuros de petróleo e seus derivados em março de 1983.

¹ BRAGA, José; CINTRA, Marcos Antônio. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, José L. (org.) **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

² O *netback pricing* refere-se a um sistema em que o preço de oferta de um bem é estabelecido com base em seu preço de demanda final menos uma margem que remunere os custos ao longo da cadeia.

Durante os anos 1970, as reformas financeiras em favor da globalização se deram mais no campo financeiro internacional. Nessa nova ordem, era primordial para os norte-americanos garantir um papel central aos capitais privados e aos especuladores de curto prazo. Para Helleiner, os Estados Unidos

[...]percebiam os movimentos especulativos de capital como uma importante ferramenta central na estratégia americana de encorajar estrangeiros a absorver a carga de ajuste requerida para corrigir os grandes déficits atuais da balança de pagamentos do país[...] (Helleiner,1994³ p. 436, tradução do autor).

Assim, em um sistema de câmbio flutuante sem a mediação de nenhum mecanismo internacional extra mercado, a pressão dos capitais privados para a valorização de suas moedas levaria os governos estrangeiros a serem obrigados a ajustar suas economias. Esse processo seria tão mais apropriado quanto menor fossem as restrições nacionais ou multilaterais à mobilidade dos capitais. Desta forma, o fim dos controles de capitais ao lado do domínio da intermediação internacional pelas instituições privadas foram, desde o início, elementos centrais no projeto americano de remontagem da ordem internacional pós-Bretton Woods.

De acordo com Helleiner,

[...]Em um Sistema desregulamentado, o tamanho relativo da economia norte Americana, a continuada proeminência do dólar e das instituições financeiras americanas, e a atratividade dos mercados financeiros americanos fornecem aos Estados Unidos poder indireto via pressão de mercados para, assim como [Susan] Strange⁴ definiu, “mudar o alcance das escolhas abertas aos outros”. Utilizando esse poder estrutural, os Estados Unidos miraram preservar a sua autonomia política ao encorajar governos externos e investidores privados a financiar e ajudar o crescente déficit americano[...] (1994⁵ *apud* TORRES, 2014, p. 436, tradução nossa).

A liberação dos mercados financeiros domésticos americanos também teve um ritmo mais lento que o verificado no campo internacional. Com a desregulamentação da Bolsa de Valores de Nova York em 1975, em um contexto de taxas de juros nominais mais elevadas, outras instituições financeiras começaram a dominar esferas de atuação até então exclusivas dos bancos. De acordo com Torres (2014), em um cenário de inflação elevada, passaram a oferecer contas remuneradas com elevada liquidez que competiam diretamente com os depósitos à vista bancários, que ainda estavam sujeitos a tetos de juros fixados pelo *Federal Reserve* (FED). Com o avanço da concorrência, os grandes bancos reagiram, pressionando os legisladores para eliminar as regulamentações que vinham dos anos 1930. As reformas tiveram,

³ HELLEINER, E., 1994.

⁴ STRANGE, Susan. 1987 **The Persistent Myth of Lost Hegemony.**

no entanto, que aguardar o fim da década de 1970, quando o governo americano foi obrigado a administrar uma forte crise de confiança no dólar.

No final de 1978, a Arábia Saudita começou a se desfazer de suas reservas de moeda americana e anunciou que aumentaria os preços do petróleo como resposta às elevadas taxas de inflação nos EUA.

Ao mesmo tempo, os europeus retomaram, em março de 1979, o processo de integração monetária com a criação do Sistema Monetário Europeu, em resposta ao enfraquecimento do dólar. Para o autor (2014) a fuga da moeda americana à época, se generalizou.

Após tentativas fracassadas de corte de gastos e aumento da taxa de juros, o Banco Central americano, agora comandado pelo economista Paul Volcker, mudou de comportamento, em outubro de 1979, e adotou uma política monetária fortemente restritiva. Torres (2014, p. 437) argumenta que o episódio provocou uma profunda alteração no curso da história do sistema monetário internacional, expressando que “o Choque Volcker conseguiu restaurar, em novas bases, a centralidade do dólar nas finanças internacionais. A partir desse momento, a globalização financeira avançou a passos largos”.

Pouco a pouco, estima Torres (2014), os países avançados foram seguindo o exemplo americano e aboliram os mecanismos de controle de capital que estavam em vigor desde os anos 1930. Na maioria dos casos, a liberalização foi o meio de aumentar a competitividade de seus mercados financeiros, diante da grande atratividade adquirida pelos mercados americanos já liberalizados. O autor explica que, no caso de Londres e Tóquio, a abertura da conta de capital foi seguida pela desregulamentação das bolsas de valores locais – os chamados *big bangs* – com o intuito de permitir que essas praças pudessem competir mais intensamente com Nova York.

Para Torres, a liberalização dos diferentes mercados financeiros nacionais constituiu um amplo espaço concorrencial unificado, onde as grandes instituições passaram a concorrer globalmente. O autor (2014, p. 437) analisa que,

[...]se essa construção, por um lado, deu sustentação a um sistema monetário internacional baseado em um dólar flexível, criou, por outro, problemas regulatórios importantes que não haviam sido previstos. Essas questões envolviam temas de natureza diversa, que iam desde a ação coordenada dos bancos centrais em momentos de crise até as “fronteiras” da jurisdição e da responsabilidade de cada uma dessas instituições. Além disso, precisariam ser tratadas as assimetrias competitivas entre os bancos de diferentes origens nacionais, que passavam a concorrer globalmente, mas continuavam sujeitos a regulações de origem local. [...]

Nessa área, sublinha Torres (2014), o *Bank of International Settlements* (BIS), que congrega os bancos centrais, tornou-se o centro dos debates e das decisões de regulação bancária global. Sua primeira missão foi lidar com a preocupação das autoridades americanas com a baixa relação entre capital e ativos de seus bancos, que tinham sofrido perdas importantes com a crise da dívida externa latino-americana. De acordo com o autor as tentativas do FED de obrigá-las a realizar aumentos de capital encontravam forte resistência dessas instituições, que alegavam desvantagens competitivas perante os europeus e, principalmente, japoneses, sujeitos a regras de alavancagem mais flexíveis e poucas limitações à diversificação de seus negócios. O resultado da iniciativa do BIS foi o Acordo de Capital de Basileia (Basileia I), oficialmente denominado *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*, firmado em 1988.

Torres (2014) ilustra que esse entendimento fixou em 8% a relação mínima entre capital e ativos que passaria a ser exigida de todos os bancos que tivessem porte internacional, ou seja, que potencialmente concorreriam com os americanos. Além do que, estabeleceu um conjunto e coeficientes que deveria ponderar o valor dos créditos dos bancos de forma a que seu ativo total para fins regulatórios também refletisse o risco dessas aplicações. Criou-se uma escala de multiplicadores que variava de zero para os títulos públicos até um máximo de 100% no caso da maioria dos empréstimos às empresas. O autor (2014) aponta que a iniciativa se mostrou um sucesso, pois o novo parâmetro passou a ser adotado não só para as instituições internacionalmente expostas, mas também para aquelas que se limitavam às atividades locais.

Ao lado da liberalização e da regulação internacional, o Choque Volcker também provocou algumas crises financeiras – como a da dívida externa latino-americana e a do sistema de poupança e empréstimo nos EUA – que encorajaram uma nova tendência de negócios: a securitização de ativos, interpreta Jan Kregel:

Essa operação compreende a transferência dos direitos sobre os fluxos de amortização e juros de contratos de dívida para títulos de crédito, para que possam, assim, ser transacionados no mercado de capitais de forma definitiva. O principal objetivo da securitização é criar um ativo que possa ser facilmente comprado e vendido, ou seja, originado e distribuído. Desse ponto de vista, o novo título deve apresentar condições de rentabilidade, prazo e risco que sejam facilmente percebidas pelos investidores, sem a necessidade de uma pesquisa mais profunda sobre as condições dos créditos que lhes deram origem (KREGEL, 2008, p. 438⁶).

⁶ KREGEL, Jan., Changes in the U.S. Financial System and the Subprime Crisis. **Levy Economics Institute**. [S. l.] Working Paper No. 530. 2008. Disponível em: http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_530.pdf

O volume de operações de securitização manteve-se em níveis pouco significativos até os anos 1990. Desde então, as emissões anuais apresentaram um crescimento vertiginoso, chegando a atingir um máximo de USD 5 trilhões em 2006, para se reduzir a cerca de USD 2,5 trilhões em 2008, apura o autor (citando relatório do FMI de 2009). De acordo com Minsky (2008⁷), a securitização deve ser vista como parte intrínseca do processo de globalização financeira. Segundo Minsky,

“Securitization leads to the creation of financial paper that is eminently suitable for a global financial structure. There is a symbiotic relation between the globalization of the world’s financial structure and the securitization of financial instruments. Globalization requires the conformity of institutions across national lines and in particular the ability of creditors to capture assets that underlie the securities.” (MINSKY, H, 1987. p. 438-439.)

Torres (2014) alega que a instabilidade intrínseca a um sistema monetário internacional baseado em taxas de câmbio e juros flutuantes, assim como a explosão da securitização, deram, por sua vez, base ao desenvolvimento de outras famílias de instrumentos financeiros, como os derivativos:

trata-se de contratos financeiros que permitem a mercantilização e redistribuição dos riscos entre os diferentes investidores. A maioria desses instrumentos refere-se a exposições a juros e câmbio, mas podem também estar associados a riscos com créditos e ações. Grande parte dos derivativos é comercializada através de mercados de balcão. Esses contratos são confeccionados de acordo com as necessidades de cada cliente. Por isso mesmo, são muitas vezes mais opacos que os padronizados, tendo em vista a complexidade que podem apresentar. São também menos transparentes para autoridades regulatórias, auditores e investidores (TORRES, 2014, p.439).

Em texto publicado pelo FMI, os derivativos seriam parte essencial do funcionamento do sistema financeiro globalizado contemporâneo, “tornaram-se a principal força promotora da integração dos mercados financeiros nacionais e da globalização das finanças” (SCHINASI, 2000⁸, 2014, p.439).

Torres (2014) especifica que os derivativos servem a diferentes tipos de investidores. Alguns os utilizam para se proteger das flutuações intrínsecas aos mercados flexíveis, e nesse caso, esses instrumentos são uma forma de seguro contra movimentos indesejados nos preços e nos fluxos de caixa. Outros buscam redução nos custos de suas operações na medida em que algumas estruturas de derivativos permitem, por exemplo, replicar investimentos em ativos

⁷ MINSKY, H., Securitization. **The Levy Economics Institute of Bard College**. Policy Note 2008 / 2. [S.l.]. 1987. pp. 438-439. Disponível em: http://www.levyinstitute.org/pubs/pn_08_2.pdf

⁸ SCHINASI, Garry, CRAIG, R. Sean; KRAME, Charles. **Modern Banking and OTC Derivatives Markets: The Transformation of Global Finance and its Implications for Systemic Risk**. [S.l., s.n.], IMF Occasional Paper, nº 203. 2000.

reais a custos inferiores. Outros aplicadores são atraídos pela receita decorrente das margens com a emissão desses contratos. Existem ainda aqueles que utilizam esse tipo de contrato para efetivar apostas em posições que contrariam às “convenções” de preços do mercado.

Conforme Torres (2014), os derivativos são ainda instrumentos que permitem uma atuação mais alavancada dos investidores. O capital necessário para tomar posições nesses contratos é muito menor que o custo de aquisição do ativo que se deseja investir, para o mesmo ganho esperado. Essa vantagem atrai um maior volume de investidores e aumenta a liquidez desses mercados.

Os governos também foram atores fundamentais para a disseminação do uso dos derivativos. Para tanto, garantiram condições jurídicas para a emissão desses contratos, até mesmo por investidores que não dispunham dos ativos relacionados aos derivativos que desejavam emitir. Além disso, deram tratamento regulatório preferencial a esses novos instrumentos. Segundo Torres(2014), os bancos podiam, por exemplo, ampliar o tamanho dos ativos que carregavam ante o capital da instituição, caso reduzissem o risco de suas operações mediante a aquisição de derivativos. Nesse novo sistema financeiro internacional caracterizado pela flexibilidade dos preços dos ativos, desintermediação bancária, elevada liquidez, baixas taxas de juros e derivativos, os fundos de *hedge* encontraram as condições propícias para rápida expansão. Apesar de diferentes em suas estratégias, esses condomínios de investidores, voltados para a busca agressiva de rentabilidade, guardam em comum algumas características básicas. Torres discrimina que:

Não estão sujeitos à supervisão de órgãos reguladores, o que lhes garante grande flexibilidade operacional e administrativa. Seus administradores recebem 20% dos lucros obtidos acima de uma meta mínima, além de 2% anualmente sobre o total do fundo. Suas estratégias de investimento se baseiam em combinações entre “posições vendidas” (*short*) dos ativos que esperam que venham a perder valor e “posições compradas” (*long*) daqueles que apostam que devem subir de preço. Na visão dos fundos de *hedge*, portanto, os mercados não são eficientes e, por isso, existem ganhos em se antecipar a esses movimentos (TORRES, 2014, p. 340).

De modo que, para Torres (2014, p. 340) “uma vez montada a estratégia, o passo seguinte dos *hedge funds* é aumentar os ganhos esperados multiplicando o ativo total do fundo, através da contratação de empréstimos bancários.” A estimativa é a de que, em 2006, a alavancagem média desses fundos fosse de 2,5 vezes seu capital (AGLIETTA; KHANNICHE; RIGOT, 2010⁹). Entretanto, esses números variavam muito, chegando a dezenas de vezes no

⁹ AGLIETTA, Michel; KHANNICHE, Sabrina; RIGOT, Sandra. **Les Hedges Funds: Entrepreneurs ou Requins de la Finance?**. Perrin: Paris. [s.n.] 2010.

caso daqueles controlados pelas tesourarias dos grandes bancos. Por exemplo, aponta Torres, o indicador do *Long Term Capital Management* (LTCM), fundo independente que esteve no centro da crise financeira de 1998, era 31 vezes maior à época de seu fechamento.

Conforme apurado por Torres (2014), ao longo dos anos de 1980 e 1990, os *hedge funds* deixaram de ser figurantes secundários para se tornarem atores de primeira grandeza nos diferentes mercados especulativos. Até então, os capitais privados em geral – e os fundos de *hedge* em particular – não tinham mostrado capacidade para enfrentar a atuação dos governos. Tomando-se como exemplo os mercados de câmbio, o sucesso da atuação coordenada dos bancos centrais em 1985, quando do Acordo de Plaza¹⁰, confirmava essa visão. Entretanto, nos anos seguintes, esse tipo de estratégia das autoridades internacionais foi se mostrando cada vez menos eficaz.

Desta forma, aponta Torres (2014), o sistema financeiro globalizado foi se ampliando a partir do aumento da alavancagem dos bancos e da redução da importância dos mecanismos tradicionais de liquidez e financiamento, como os depósitos. Ao provocar uma paralisação súbita das operações nos novos mercados de liquidez – o interbancário e o chamado *shadow banking*¹¹ – tornou precária a situação dos bancos e levou a uma queda em espiral no valor dos ativos. Para o autor (2014, p.340):

Nesse cenário, restou aos bancos centrais intervir, ampliando rapidamente seu passivo monetário, quer recompondo os balanços dos grandes bancos, quer cumprindo o papel de contraparte nas operações de liquidez tradicionais. Nos casos em que essas medidas não se mostraram suficientes, houve a necessidade de se recorrer à estatização dessas instituições. Desse ponto de vista, não é um sistema que concorre com os bancos comerciais, como o mercado de capitais, mas que lhes provê determinados serviços.

A seguir, no terceiro capítulo se discorrerá a respeito do panorama energético chinês, apresentando suas principais companhias petrolíferas nacionais ilustrando o seu relacionamento intrínseco com o Estado chinês e a sua diplomacia do petróleo para promover seus interesses.

¹⁰ O Acordo de Plaza foi um acordo firmado pelo Grupo dos Cinco (G-5), no Hotel Plaza em Nova Iorque, em setembro de 1985, cujo objetivo era a intervenção nos mercados cambiais de forma a reduzir a cotação do dólar norte-americano de maneira a auxiliar na redução do déficit comercial dos EUA (TORRES, 2014, p. 440).

¹¹ O *shadow banking system* envolve um conjunto de provedoras de fundos por atacado, a partir de ativos existentes (*asset-based wholesale funding system* ou Financiamento por atacado baseado em ativos) (TORRES, 2014, p. 440).

4 DO PETRODÓLAR AO PETROYUAN

O presente capítulo busca primeiramente apresentar informações amplas a respeito do panorama energético da China - a nação com a maior demanda energética global atual -, para, então, discorrer sobre as principais companhias petrolíferas chinesas – tais como a *China Petroleum and Chemical Corporation* (SINOPEC), a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC). Igualmente, pretende-se identificar a ligação intrínseca entre essas companhias e o Estado chinês, a chamada Diplomacia do Petróleo.

4.1 PANORAMA ENERGÉTICO DA CHINA

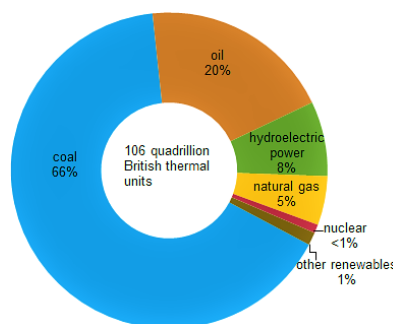
Segundo o mais recente Relatório da Administração de Informações sobre Energia dos EUA (EIA, 2015), a China subiu rapidamente ao topo da demanda global por energia nos últimos anos. Desta forma, para elaborar um panorama energético da China, é necessário considerar-se inicialmente que é o país mais populoso do mundo e com uma economia em rápido crescimento que o levou a ser tanto o maior produtor no mundo como o maior consumidor de energia mundial. Com uma industrialização considerável e modernização rápida da economia, o país a se tornou o maior gerador de energia do mundo em 2011. Havendo uma população de aproximadamente 1,36 bilhão de pessoas em 2013, sua economia também impulsionou a busca para garantir recursos energéticos, sendo que, ainda, o aumento rápido da demanda de energia, especialmente para o petróleo e outros líquidos, tornou a China influente nos mercados mundiais de energia. Nesse setor de energia, o governo está se movendo em direção a esquemas de preços mais baseados no mercado, com medidas de eficiência energética e de controle da poluição, com a concorrência entre as empresas de energia, e com maiores investimentos em hidrocarbonetos tecnicamente mais desafiadores com áreas e projetos de energia renovável. Buscando maneiras de atrair mais investimentos no setor da energia, a China está simplificando os processos de aprovação de projetos, implementando políticas para promover mais infraestrutura de transmissão de energia para ligar a demanda central e relaxar alguns controles de preços.

Conforme a EIA (2015), o país era um exportador líquido de petróleo até o início da década de 1990 e se tornou o segundo maior importador líquido mundial de petróleo bruto e produtos oriundos do petróleo, em 2009. Conforme a EIA, a China ultrapassou os Estados Unidos no final de 2013 como o maior importador líquido do mundo de petróleo, em parte

devido ao aumento do consumo de petróleo da China. O crescimento do consumo de petróleo da China representou cerca de 43% do crescimento do consumo mundial de petróleo em 2014. Segundo a EIA (2015), previsões apontaram a China como responsável por mais de um quarto do crescimento do consumo global de petróleo em 2015. O uso de gás natural na China também aumentou rapidamente entre 2005 e 2015, fazendo com que se procurasse aumentar as importações de gás natural via gasoduto e como gás natural liquefeito (GNL). A China é o maior produtor, consumidor e importador de carvão do mundo e responde por quase metade do consumo de carvão, um fator importante nas emissões mundiais de dióxido de carbono relacionadas à energia. A crescente produção de carvão da China, o principal motor do país, levou-o a se tornar o maior produtor da energia, já em 2009.

A China aplacou a crise financeira global de 2008 com um enorme pacote de estímulo por dois anos, que ajudaram a reforçar seus investimentos e a demanda industrial do país. O crescimento econômico desacelerou desde 2012, à medida que a produção industrial e as exportações diminuíram e o governo tentou conter os altos níveis de endividamento e investimentos excessivos em determinados mercados. De acordo com a EIA (2015), em resposta à desaceleração da economia e à tendência deflacionária em 2014, o governo facilitou a sua política monetária através de cortes nas taxas de juro, proporcionando empréstimos a médio prazo aos bancos chineses e reduzindo as exigências de reserva pelos bancos. Essas medidas foram seguidas pelo anúncio do governo de um estímulo fiscal menor e mais estratégico, mirando projetos de infraestrutura em 2015.

Figura 6 – Consumo energético primário total na China por tipo de combustível



Fonte: EIA, 2015.

O total não é igual a 100% devido ao arredondamento. Inclui apenas fontes comerciais de combustível e não considera a biomassa usada fora da geração de energia.

Ao analisar o consumo total de energia primária (Figura 6), o carvão forneceu a maior parte (quase 66%) do consumo total de energia da China, em 2012. A segunda maior fonte foi petróleo e outros líquidos, representando cerca de 20% do consumo total de energia do país.

Embora a China tenha feito um esforço para diversificar seu suprimento de energia, fontes hidrelétricas (8%), gás natural (5%), energia nuclear (quase 1%) e outras energias renováveis (mais de 1%) representaram partes relativamente pequenas do consumo de energia da China.

O governo chinês planeja limitar o consumo de carvão a 62% do consumo total de energia primária até 2020, em um esforço para reduzir a pesada poluição do ar que afligiu certas áreas do país nos últimos anos. A Agência Nacional de Energia da China (EIA, 2015) afirma que o uso de carvão caiu para 64,2% do consumo de energia já em 2014. O país estabeleceu uma meta para aumentar o consumo de energia não fóssil para 15% do *mix* energético até 2020, e para 20% até 2030, em um esforço para aliviar o consumo de energia. Além disso, a China está atualmente aumentando seu uso de gás natural para substituir o carvão e o petróleo como combustíveis fósseis mais limpos e planeja usar o gás natural em 10% de seu consumo de energia até 2020. Embora o consumo absoluto de carvão deva aumentar a longo prazo à medida que o consumo total de energia aumenta, a maior eficiência energética e a meta da China de aumentar a sustentabilidade ambiental provavelmente levarão a uma redução na participação do carvão.

Como resultado do alto consumo de carvão, a China também é o principal emissor mundial de CO₂ relacionado à energia, liberando 8.106 milhões de toneladas métricas de CO₂ em 2012. Conforme a EIA (2015), o governo da China planejou reduzir a intensidade de carbono (emissões de carbono por unidade do PIB) em 17% entre 2010 e 2015 e a intensidade energética (uso de energia por unidade do PIB) em 16% durante o mesmo período, de acordo com o 12º Plano Quinquenal do país (2011-15). A China também pretende reduzir suas emissões totais de CO₂ em pelo menos 40% até 2020. O atual plano de mudanças climáticas lançado no final de 2014 reforçou o compromisso da China de reduzir a emissão de carbono principalmente nas indústrias intensivas em energia e na construção até 2020. A China projetou que suas emissões de carbono aumentariam em mais de um terço em relação aos níveis atuais e atingiriam o pico em 2030. Essas metas pressupõem que a China possa reduzir sua dependência do carvão e se tornar uma economia mais eficiente no longo prazo.

O Relatório da EIA (2015) também aponta que a China é o segundo maior consumidor mundial de petróleo, e passou de segundo maior importador líquido de petróleo para o maior em 2014. De acordo com o *Oil & Gas Journal* (OGJ), lançado em janeiro de 2015, a China detém 24,6 bilhões de barris de reservas provadas de petróleo, um aumento de quase 0,3 bilhão de barris em relação ao nível de 2014 e o mais alto na região da Ásia-Pacífico (excluindo a Rússia). A produção total de petróleo da China, a quarta maior do mundo, subiu cerca de 50% entre 1995 a 2015 e serve apenas o mercado interno. No entanto, o crescimento da produção

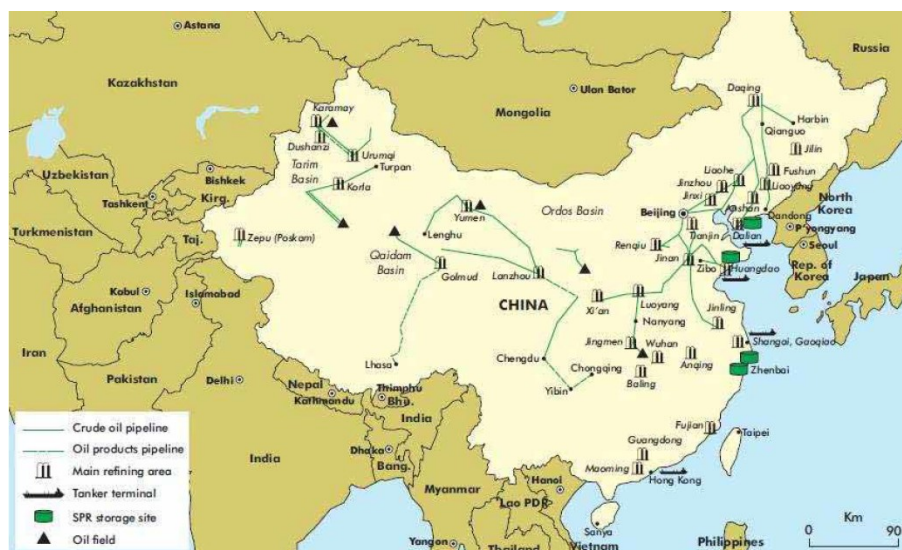
não acompanhou o crescimento da demanda durante esse período. Em 2014, a China produziu quase 4,6 milhões de barris por dia (bpd) de petróleo e outros líquidos, dos quais 92% eram petróleo bruto e o restante eram líquidos não refinados. A EIA previu o aumento da produção de petróleo da China ligeiramente a mais de 4,6 milhões de bpd.

Já no final de 2016. A médio e longo prazo, a EIA prevê que a produção de petróleo da China crescerá de forma incremental para 5,1 milhões bpd até 2020, 5,5 milhões bpd até 2030 e 5,7 milhões de bpd até 2040, com base no *World International Energy Outlook* de 2014.

O Relatório da EIA (2015), aponta que, a longo prazo, o crescimento exigirá contínuas melhorias na recuperação de campos de petróleo bruto maduros, grandes investimentos para acessar campos de extração tecnicamente mais desafiadores, como os de óleo de xisto, de óleo convencional e campos em águas profundas, além de crescimento em líquidos não petrolíferos, tais como gás-para-líquidos, carvão-para-líquidos e biocombustíveis.

O crescimento anual do consumo de petróleo da China diminuiu após uma alta de 11% em 2010, refletindo os efeitos da desaceleração econômica e financeira global da época, bem como as políticas da China para reduzir o investimento excessivo e a capacidade de construção excessiva. O crescimento da demanda da China por produtos derivados de petróleo também desacelerou após um pico de crescimento em 2010. Apesar do crescimento mais lento, o país foi responsável por mais de um terço da demanda global de petróleo em 2014, de acordo com estimativas da EIA (2015). A China consumiu cerca de 10,7 milhões de bpd de petróleo em 2014, um aumento de 370.000 bpd, ou quase 4%, em relação a 2013. A seguir, um mapa da rede de oleodutos, campos e refinarias chinesas.

Figura 7 - Mapa da Rede de oleodutos, campos e refinarias chinesas.



Fonte: U.S Department of Defense, Military Power of the People's Republic of China Report, 2009, p.386. Disponível em: http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/China_Military_Power_Report_2009.pdf

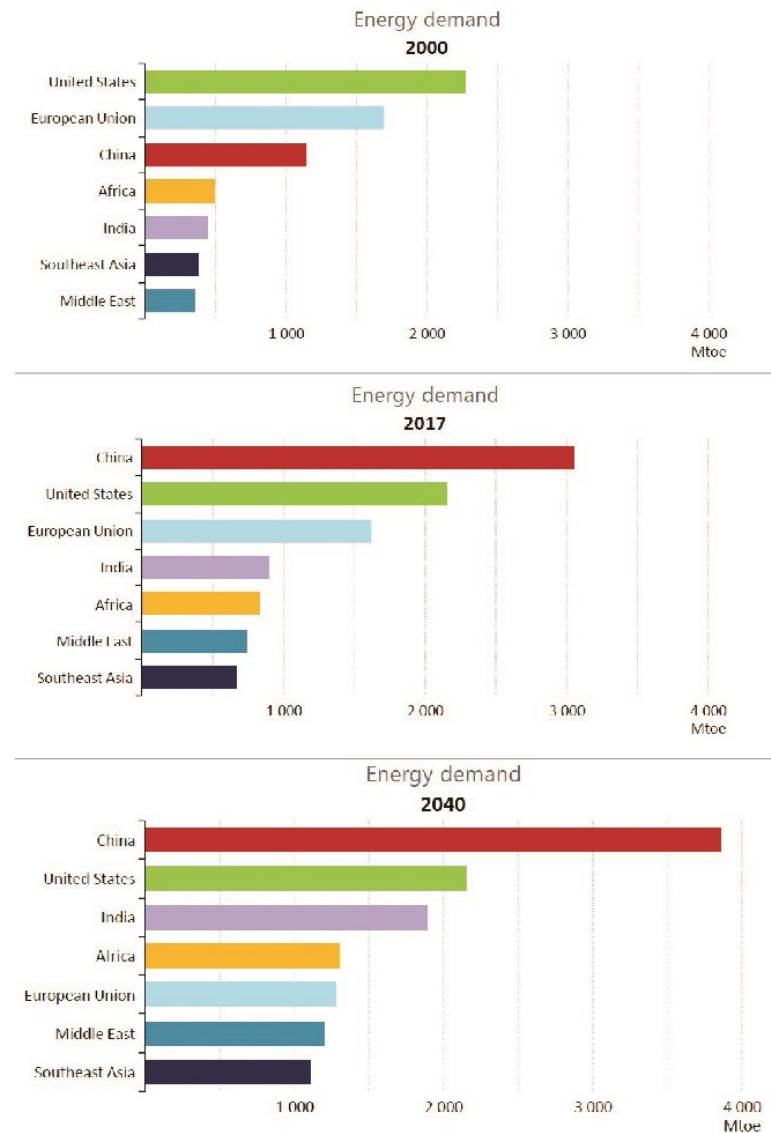
Notadamente, a China se tornou o maior importador líquido global de petróleo no primeiro trimestre de 2014, superando os Estados Unidos, quando as importações líquidas totais de petróleo do país alcançaram 6,1 milhões de barris por dia. A produção significativa de petróleo dos EUA a partir do petróleo de xisto e o rápido crescimento da demanda chinesa de petróleo ocorrendo simultaneamente nos últimos anos empurraram a China à frente dos Estados Unidos, até então o maior importador. O crescimento da demanda de petróleo da China depende de vários fatores, como crescimento econômico e comércio doméstico, mudanças no setor de transporte, capacidade de refino e acúmulo de estoque.

A EIA (2015) previu que o consumo de petróleo da China continuaria crescendo até 2016 em um ritmo moderado, para aproximadamente 11,3 milhões de barris por dia. O crescimento do consumo de petróleo da China está previsto no *International Energy Agency* (IEA) 2014 para aumentar em cerca de 2,6% ao ano até 2040, atingindo 13,1 milhões de bpd em 2020, 16,9 milhões de bpd em 2030 e 20,0 milhões bpd em 2040. A EIA prevê que o consumo de petróleo da China excederá o dos Estados Unidos até 2034.

O diesel (gasóleo) é um dos principais impulsionadores da demanda de derivados de petróleo da China e respondeu por 34% da demanda total de produtos de petróleo em 2014. A demanda por diesel caiu em nível absoluto em 2014 pela primeira vez em duas décadas, como resultado de vários fatores - crescimento econômico mais lento, diminuição da produção dos setores de carvão e mineração, que transportam produtos via ferrovias e caminhões, maior eficiência em veículos pesados e maior uso de veículos a gás natural nos últimos anos.

A gasolina, o segundo maior combustível derivado do petróleo consumido na China, com uma participação estimada de 23% em 2014, continua a registrar um crescimento robusto da sua procura como um todo, resultado de vendas elevadas de veículos leves. A classe média da China se expandiu na última década, levando a alta venda de carros. O consumo futuro de gasolina dependerá do ritmo de desenvolvimento econômico e crescimento de renda, taxas de eficiência de combustível e regulamentações governamentais sobre o uso de veículos de passageiros em certas áreas urbanas congestionadas. O gás liquefeito de petróleo continua a experimentar algum crescimento da indústria petroquímica, enquanto a demanda de óleo combustível enfraqueceu consideravelmente. A demanda de energia lustrada nas figuras abaixo demonstra, que, nos anos 2000, mais de 40% (em milhões de toneladas) da demanda global estava na Europa e na América do Norte e próximo a 20% nos países em desenvolvimento da Ásia. Na projeção para 2040, a situação é completamente revertida.

Figura 8 – Demanda energética mundial nos anos 2000, 2017 e 2040



Fonte: IEA (2018)

4.2 COMPANHIAS PETROLÍFERAS NACIONAIS

Segundo o Relatório da EIA (2015), no qual se baseia esta análise, as companhias petrolíferas nacionais da China dominam os setores de petróleo e gás natural a montante e a jusante, embora o governo tenha concedido às companhias petrolíferas internacionais mais acesso a campos tecnicamente desafiadores em terra e em águas profundas. A China revisou sua legislação de preço do petróleo em 2013 para refletir ainda mais os preços internacionais na demanda interna do país. As políticas energéticas do governo chinês são dominadas pela crescente demanda do país por petróleo e sua dependência das importações.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), um departamento do Conselho de Estado da China, faz a formulação de políticas primárias, o planejamento e é a autoridade reguladora do setor energético. Outros ministérios, como o Ministério do Comércio, o Ministério da Terra e dos Recursos, o Ministério da Proteção Ambiental e a Administração Oceânica do Estado supervisionam vários componentes da política de petróleo do país. O governo lançou a Administração Nacional de Energia (NEA), em 2008 para atuar como o principal regulador de energia. A NEA, ligada à CNDR, encarregada de aprovar novos projetos de energia na China, estabelecer os preços domésticos de energia no atacado e implementar as políticas de energia do governo central. Em janeiro de 2010, o governo formou uma Comissão Nacional de Energia, com o objetivo de consolidar as políticas energéticas entre as várias agências do Conselho de Estado e avaliar as principais questões energéticas. As reformas sob a nova liderança do governo incluem a consolidação e a agilização dos ministérios e a expansão da competência da NEA.

As companhias petrolíferas nacionais da China exercem uma influência significativa no setor. Na década de 1980, o país estabeleceu três grandes delas: a CNPC, a SINOPEC e a CNOOC, para atuar em várias áreas do setor petrolífero. A CNPC foi encarregada da maioria das atividades em terra e em águas profundas no país. Já a SINOPEC ficou com a responsabilidade de atividades posteriores de refinação, distribuição e petroquímicos. A China deu à CNOOC a responsabilidade de explorar e desenvolver ativos de petróleo e gás nas áreas *offshore*. No final da década de 1990, o governo chinês reorganizou a maior parte dos ativos estatais de petróleo e gás e criou empresas operacionais separadas ou listadas publicamente, aliadas a cada uma das companhias.

A CNPC é a principal operadora na China e, juntamente com seu braço de capital aberto, a PetroChina, responde por cerca de 54% e 77% da produção de petróleo e gás natural da China, respectivamente, de acordo com a *FACTS Global Energy* (FGE). A atual estratégia da CNPC é integrar seus setores de negócios e capturar mais participação de mercado. A SINOPEC busca adquirir mais ativos para capturar mais valor da produção de petróleo e gás e diversificar suas fontes de receita. CNOOC, que é responsável pela exploração e produção de petróleo e gás viu o seu papel se expandir como resultado da crescente atenção às zonas *offshore* e ativos no exterior. Também a companhia tem provado ser um crescente competidor da CNPC e da SINOPEC, não só aumentando o seu investimento de produção e exploração, mas também estendendo o seu alcance no Mar da China Meridional, particularmente na Província de Guangdong.

Outras companhias estatais de petróleo e empresas privadas surgiram nos últimos anos. A *Sinochem Corporation*, o *CITIC Group* e a *Yanchang Petroleum* são empresas estatais que expandiram sua presença no setor de petróleo da China em 2015, mas essas empresas ainda são relativamente pequenas. Várias empresas independentes e privadas possuem infraestrutura de petróleo a jusante, como refinarias, mas seu escopo permaneceu limitado por políticas que favoreceram as companhias petrolíferas nacionais. A produção de petróleo terrestre na China está limitada às companhias nacionais petrolíferas chinesas, mas as companhias petrolíferas internacionais obtiveram maior acesso a prospectos de petróleo *offshore* e campos de gás *onshore* tecnicamente desafiadores, principalmente através de contratos de compartilhamento de produção e *joint ventures*.

4.3 DIPLOMACIA DO PETRÓLEO

Segundo Ferreira (2012), a China consome cerca de 12% da energia mundial. Sendo um player importante na definição das regras, a energia é apenas uma área na qual os chineses buscam moldar a ordem. A diplomacia do petróleo tem como objetivo diversificar as fontes e locais de importação de petróleo, aumentar a produção de petróleo (principalmente na África, América Latina e Ásia Central), construir reservas de petróleo para evitar interrupções inesperadas e promover forte cooperação regional na questão energética.

Downs apresenta a “diplomacia do petróleo” como:

Pequim cultiva relacionamentos próximos com os maiores Estados produtores de petróleo como um meio de aumentar a segurança energética. Petróleo tem sido um assunto proeminente nas agendas de reuniões recentes entre líderes da China e os Estados do Oriente Médio, África e Ásia Central. Embaixadores chineses para Estados produtores de petróleo e acadêmicos de institutos de pesquisa em política externa são os maiores proponentes da diplomacia do petróleo, mas as companhias de petróleo também endossam o desenvolvimento de relações amigáveis com os Estados produtores de petróleo como uma forma de assegurar as oportunidades de investimento. Mais importante, Pequim espera que laços próximos aos produtores de petróleo assegurará que estes países vão continuar a vender petróleo para a China durante uma crise internacional (DOWNS, 2004¹, p. 38).

A “diplomacia do petróleo” é exercida como forma de colocar em ação a estratégia do *Zouchuqu*, definido por Constantin:

A estratégia chinesa de investimento em reservas estrangeiras de petróleo (*Zouchuqu* ou “*Going Out*”), o desenvolvimento de laços diplomáticos e comerciais com uma variedade de países produtores de petróleo, a aceleração da exploração de reservas

¹ DOWNS, Erica S. **The Chinese Energy Security Debate**. *China Quarterly*, n. 177, 2004.

nacionais de energia, assim como as criações de reservas estratégicas de petróleo, para nomear apenas algumas, podem ser vistos como parte de uma estratégia maior de controle de recursos (2007², p. 3 *apud* FERREIRA, 2012).

Como referido por Ferreira (2012), a sinergia entre a *Zouchuqu* e a “diplomacia do petróleo” é uma ferramenta sofisticada do governo chinês que permite manobras habilidosas e precisas que asseguram o fornecimento de petróleo. Ao mesmo tempo, ela apresenta a China como um ator pragmático, pacífico e fácil de estabelecer boas relações, independente da orientação político/econômica de cada país. Embora a interdependência não seja garantia de cooperação, ela gera maiores oportunidades de cooperação que oportunidade de conflito.

Assim, a imagem da diplomacia chinesa vem se alterando nos últimos anos e passa a apresentar um ar mais amistoso. Esta tem sido a chave para a famigerada diplomacia do petróleo, dando grande importância aos seus arredores, mantendo as tradicionais relações com o Oriente Médio e estabelecendo novas relações com países africanos. A China pode não ter sido favorecida geologicamente na questão energética, mas foi favorecida geopoliticamente, já que nos seus arredores e grandes produtores de petróleo e gás natural.

Conforme Ferreira (2012), a segurança energética chinesa se refere essencialmente ao abastecimento. Quando um país começa a importar uma grande quantidade de matrizes energéticas, este se coloca em uma potencial posição de insegurança energética, ficando vulnerável a potenciais sanções e pressões políticas e militares advindas de outros países importadores de petróleo. Desta forma, devido à quantidade importada de petróleo, a China não consegue adaptar-se rapidamente ao aumento de preços, interrupção ou alteração no fluxo de petróleo. Para a autora, assim, a preocupação em assegurar reservas externas de petróleo e gás natural, bem como a dependência externa de matrizes energéticas, caracterizam uma situação de vulnerabilidade, pois países dependentes de petróleo sofrem consequências externas mesmo depois que suas políticas foram reajustadas. Knorr (1977³) afirma que, como decorrência, haverá impactos negativos na economia doméstica, o que é legitimamente uma ameaça à segurança do país.

De acordo com Luciani (1988⁴), quando a economia se altera, a segurança nacional está fadada a alterar-se também. Contudo, o que define se essa mudança econômica é uma tentativa de agressão ao país dependerá de onde partiu a ação e como a agressão foi feita. No caso chinês,

² CONSTANTIN, Christian. Understanding China's Energy Security. *World Political Science Review*, vol. 3, nº3, 2007.

³ KNORR, Klaus. Military Strength - Economic and Non-Economic Bases. In: KNORR, Klaus. TRAGER, Frank N. ed. **Economic Issues and National Security**. University Press of Kansas. Lawrence, 1977.

⁴ LUCIANI, Giacomo. **The Economic Content of Security**. *Journal of Public Policy*, v. 8, n. 2, 1988.

uma interrupção ou redução nos fluxos de petróleo feitas por parte de um país produtor, ou pelos Estados Unidos, como estratégia de contenção, pode ser configurada como uma agressão à segurança nacional chinesa.

O que podemos identificar com este pensamento de Luciani é que um país pode ser ameaçado de outra forma que não a militar, neste caso, economicamente.

Nesse sentido, segurança, segundo o Relatório *The Relationship Between Disarmament and Development in the Current International Context* publicado pela UNODA, em 2004,

Segurança é um conceito muito mais amplo que a segurança militar unicamente. Aspectos econômicos, assim como sociais, são de grande importância” [...] A abrangência dos desafios contemporâneos à segurança das nações é muito mais amplo que o poder militar de potenciais adversários. Pode-se mencionar aqui a pronunciada e quase universal queda das taxas de crescimento econômico, avultando a escassez de muitas matérias-primas vitais e *commodities* e criando uma preocupação sobre os efeitos a longo prazo da degradação ambiental (UNODA,2004, p.14-15).

Neste trecho podemos notar que a abrangência do termo segurança vai além de assuntos militares, englobando outros aspectos, como o da segurança energética. As matrizes energéticas afetam vários setores. Isso acontece porque uma perturbação nas importações de petróleo e gás natural na China causa dificuldades econômicas (redução na capacidade do governo de controlar o câmbio e o valor dos combustíveis artificialmente), o que, por sua vez, reflete-se nas indústrias que sofrerão com o aumento dos preços dos combustíveis, pois sua produção ficará mais cara. Para não entrar em dificuldades financeiras, as empresas buscam reduzir custos como o de emprego de pessoal. O governo chinês certamente terá de alterar os preços e permitir que parte do aumento no custo dos combustíveis seja espelhado no custo de produtos nas prateleiras. Ferreira (2012) pondera, em consequência disso, que

A população pode ficar insatisfeita com o desempenho econômico do país, com o aumento na taxa de desemprego e com a inflação. Sem a possibilidade de expressar sua insatisfação pelo voto e sem expectativa de troca de governo, a única forma que resta para expressar seu descontentamento com o governo são os protestos pedindo melhorias econômicas e sociais, o que, por sua vez, perturba a estabilidade pública e social. A notícia sobre o aumento da inflação, o desemprego e os protestos populares se espalha e os investidores ficam apreensivos com a movimentação econômica e social do país. Estes, por sua vez, reduzem ou retiram seus investimentos da China, o que piora a situação econômica e torna difícil manter a desvalorização da moeda. Com a moeda chinesa mais cara, compradores de produtos chineses se afastam. A redução dos investimentos estrangeiros e o menor fluxo de exportações agravam a situação econômica, o que faz aumentar a revolta social. O descontentamento da população com o cenário instaurado se volta contra o único ator que pode resolver e que é responsável por zelar pelo bem-estar da população e do país: o governo, neste caso, o Partido Comunista. Seguindo essa lógica, o resultado mais provável é que essa investida da população contra o governo, combinada ao péssimo desempenho econômico, desestabilize a China econômica, política e socialmente (FERREIRA, 2012, p. 54).

Para Ferreira (2012), o raciocínio apresentado construiu um cenário preocupante sobre o equilíbrio delicado da China com relação à segurança energética. Dessa forma, qualquer alteração causará efeitos em cadeia em sua sociedade, talvez não tão severos quanto os apresentados acima, mas suficientemente prejudiciais para afetar a velocidade do desenvolvimento chinês.

Buzan, Waever e Wilde (1998⁵ *apud* FERREIRA, 2012), colocam que o setor econômico, assim como os demais setores, sofre com ameaças não militares. Na concepção destes autores, a dependência do mercado externo para um item de importância estratégica, como o petróleo, deixa a China vulnerável. Vulnerabilidade que pode ser explorada para fins políticos. E não podemos esquecer que o setor industrial chinês depende largamente do petróleo importado. Assim, interrupções no fluxo pode causar grandes danos à geração de riqueza deste setor.

Segundo o premiê Wen Jiabao, em sessão do parlamento chinês no início de 2011, “rápido aumento de preços afeta a estabilidade social e pública”⁶. Qualquer perturbação à estabilidade social e pública na China é uma ameaça direta à estabilidade do Partido Comunista Chinês (PCC), e uma ameaça ao Partido é interpretada como ameaça à segurança nacional. Desse modo, a estabilidade do PCC está atrelada ao bom aumento da qualidade dos padrões de vida.

Como bem definiu Luciani (1988, p. 164): “Pobreza pode ser uma virtude do ponto de vista da segurança, porque isso define a habilidade de preservar certos estilos de vida, incluindo padrão de consumo, quanto menor o padrão de consumo, mais fácil será defendê-lo.”

Podemos afirmar que a China não pode reduzir seu padrão de consumo, uma vez que seu desenvolvimento e a satisfação da população para com o PCC está pautada nestes padrões. Assim, observando sob a óptica do padrão de consumo, manter o estilo de vida chinês é uma questão de segurança. E para manter este estilo de vida, é necessário petróleo para as indústrias, e assim, de forma indireta, o que torna essa matriz energética a peça chave para a segurança chinesa.

Sobre as reservas estratégicas de petróleo e armazenamento de petróleo bruto, o Relatório da EIA (2015), destaca que o plano da China de construir o armazenamento de petróleo bruto através de reservas estratégicas de petróleo estatais e reservas comerciais de

⁵BUZAN, Barry; WAEVER, Olé; WILDE, Jaap de; **Security: a new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

⁶BUCKLEY, Chris. WILLS, Ken. **China's Wen says price rises threaten social stability**. Reuters. 27 de Fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2011/02/27/us-china-economy-wenidUSTRE71Q07F20110227>.

petróleo bruto reflete sua necessidade de garantir energia frente à sua crescente dependência das importações de petróleo. O governo pretende construir capacidade estratégica de armazenamento de petróleo bruto de pelo menos 500 milhões de barris até 2020.

Em resposta à necessidade da China de segurança energética e à crescente dependência das importações de petróleo, o país está desenvolvendo uma capacidade de armazenamento significativa para atenuar as questões geopolíticas que envolvem o suprimento global de petróleo. No 10º Plano Quinquenal da China (2001-2005), as autoridades chinesas decidiram estabelecer um Programa Estratégico de Reservas de Petróleo (SPR) administrado pelo governo para ajudar a proteger o país de potenciais rupturas no fornecimento. O plano envolve três fases, e roga que a China construa instalações que possam conter 500 milhões de barris de petróleo até 2020. Atualmente, a China construiu entre 141 e 180 milhões de barris de capacidade total de armazenamento para a reserva estratégica de petróleo, e vários sítios estão em construção.

O Relatório da EIA (2015) informa que os locais do programa de reserva estratégica de petróleo são operados quase que exclusivamente pelas principais companhias nacionais petrolíferas chinesas, embora o governo chinês tenha incentivado o investimento privado no armazenamento de petróleo bruto. A Fase 1, concluída em 2009, tem capacidade total de armazenamento de 103 milhões de barris em quatro locais. A China informou que a Fase 1 produziu 91 milhões de barris no final de 2014. A Fase 2 deverá adicionar cerca de 170 milhões de barris à capacidade da SPR até 2020, e outros 232 milhões de barris serão propostos para a Fase 3. Fontes da indústria relatam que pelo menos dois locais da Fase 2, que adicionam 39 milhões de barris à capacidade, foram concluídos em 2011 e, possivelmente, mais dois entraram em operação em 2014. Alguns dos locais da Fase 2 estão localizados no interior da China ocidental e central, outros estão espalhados ao longo das costas leste e sul, permitindo que a China preencha as instalações de várias fontes. Uma vez que esses locais sejam comissionados, há um incentivo para a China continuar construindo estoques de petróleo bruto para melhorar o fornecimento de petróleo do país. Os altos níveis de importações de petróleo bruto em 2014 podem ter indicado que a China estava preenchendo alguns dos locais do Programa Estratégico de Reservas de Petróleo.

Além das reservas estratégicas de petróleo bruto, a China detinha cerca de 350 milhões de barris de capacidade comercial de estocagem de petróleo bruto no início de 2014. O Relatório da EIA (2015) aponta que a distinção entre capacidades de reserva de armazenamento estratégico e comercial futura não está claramente definida, e pode haver cruzamento entre algumas das instalações. As taxas de provisionamento para armazenamento estratégico e

comercial na China dependem de fatores como a segurança da oferta, os preços do petróleo, a demanda doméstica, as metas da política interna e a capacidade de armazenagem.

O governo chinês informou que o preço médio do petróleo tipo Brent era de USD 58 por barril para compra de petróleo na Fase 1. No entanto, os preços até meados de 2014 foram em média mais de USD 100 / barril, tornando o processo de armazenamento mais caro. Enquanto as ações oficiais da China não são divulgadas de forma regular ou completa, as ações comerciais flutuaram nos últimos quatro anos com base nas oscilações das importações de petróleo cru e refinamento executado a cada mês. Um fator determinante para a criação de ações adicionais nos próximos anos é a meta da China de manter pelo menos 90 dias de importações líquidas de petróleo até 2020. Depreende-se, desta forma, que a importância da manutenção do estoque energético é imprescindível para a segurança e funcionamento dos Estados e das sociedades. No caso da China, a instauração do Petroyuan, é parte da continuação da Diplomacia do Petróleo, pois busca fortalecer laços comerciais e diplomáticos sólidos com países exportadores de petróleo, ao mesmo tempo em que busca se defender contra possíveis crises e instabilidades no sistema internacional, além de oferecer uma alternativa ao comércio do óleo, completando o processo de globalização dos mercados energéticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a compreender a importância histórica, geoestratégica e geoeconômica do petróleo para o Sistema-Mundo; e relatar o estabelecimento de contratos futuros chineses negociados em yuan na *Shanghai International Exchange*; além de examinar o panorama energético chinês e as principais companhias petrolíferas nacionais.

No passo inicial buscou-se mostrar que o petróleo é um recurso natural estratégico de intrínseco valor na sociedade, em que é possível provar sua passagem evolutiva em inúmeras épocas da humanidade. Mas é muito mais do que isso, é instrumento político capaz de influenciar nas relações de poder entre os Estados. O petróleo é usado para a consolidação e manutenção estatal ao ser financeirizado, pois o domínio sobre ele é imperativo na ascensão das grandes potências. Na atualidade, o petróleo é a *commodity* mais vendida no mundo, comercializando em torno de USD 14 trilhões de dólares. Quase 98% de todo o comércio mundial de petróleo é feito em dólares americanos.

Meios de produção energéticos são centrais para a compreensão das capacidades produtivas e de criação de valor. O petróleo foi central para a mudança do papel da indústria, sendo que avanços da indústria petroquímica foram fatores decisivos da Segunda Revolução Industrial.

Ferramenta política e questão securitária de alta importância para a distribuição de poder no sistema internacional, o controle do seu fluxo e do seu processo de comercialização no Sistema-Mundo.

O petróleo, como recurso energético vital para o poder e o desenvolvimento das nações, torna-se fator de competição não só pelo acesso à sua extração e amplo uso em capacidades produtivas e energéticas, mas também pela busca e expansão de mercados para a sua comercialização.

Engdahl (2012) ressalta que o advento em larga escala desses instrumentos financeiros, gerou mais de uma ferramenta anglo-americana para o controle do óleo, um mecanismo para controlar o preço da *commodity* mais valiosa em períodos-chaves – tais como guerras e crises econômicas – sem respeito às tradicionais regras de oferta e demanda, tornando o comércio e o acesso ao óleo parte das guerras econômicas.

Para entender o processo histórico que culminou na criação do objeto dessa pesquisa, os novos contratos futuros para aquisição de petróleo cru negociados na *Shanghai International Exchange*, e algumas das possíveis consequências e alterações do comércio mundial do óleo, devido à relação que o comércio do petróleo e a primazia do dólar como moeda de escolha no

mercado energético tem para a manutenção da hegemonia americana, é preciso atentar à direção e ao sentido das mudanças em curso, o renascimento econômico da Ásia oriental (ARRIGHI, 2008) e a conformação de um sistema sinocêntrico na região (PAUTASSO, 2011b). Ou seja, compreender o enigma chinês e seus efeitos sobre as estruturas hegemônicas de poder lideradas pelos EUA e o papel da ascensão chinesa na nova arquitetura financeira mundial.

Kerr (2007) aponta que não é difícil perceber que essa transição já começou e não tem sido pacífica, gerando inúmeras guerras por petróleo em diversas regiões diferentes do globo. Conforme crescem os preços do petróleo e aumenta a preocupação entre empresas e governos para garantir a continuidade do seu fornecimento a qualquer custo, aumenta a probabilidade de novas guerras por petróleo.

À medida que a superpotência hegemônica percebe a escassez iminente, o domínio direto sobre grandes reservas estratégicas como as do Iraque ou as da Venezuela, deixam de ser apenas mais uma opção. Kerr (2007) ressalta que, uma superpotência, no caso, os Estados Unidos, têm como preocupação central,² manter seu status de única superpotência dentro do Sistema Internacional, mesmo diante de possíveis crises, e se necessário recorrerá à força militar para isso, inclusive para garantir seu abastecimento de petróleo importado.

Com uma crise energética estruturalmente crescente, também aumenta a probabilidade de envolvimento militar de grandes potências como China, União Europeia e Rússia, ou mesmo de outras potências como Índia e Japão, em áreas com grandes reservas de petróleo, já que a preocupação principal destas é com sua posição relativa na hierarquia em relação às demais potências.

Soma-se a isso o aumento da instabilidade política nas zonas produtoras localizadas na periferia ou semiperiferia do Sistema Mundial e o fornecimento de petróleo se torna preocupação de segurança nacional para a maioria dos países do mundo; além do crescente aumento do volume do petróleo utilizado pela Ásia, cuja projeção de consumo para as próximas décadas tende a crescer vertiginosamente.

Kerr (2007) também ressalta que somente a superpotência e as grandes potenciais parecem ter capacidade para se planejar para um quadro de brusca redução de oferta mundial de petróleo, a ponto de protegerem militarmente seus interesses e acesso aos recursos, se necessário. Já Fiori (2005) ressalta que a necessidade urgente de antecipar-se e garantir o fornecimento futuro de energia, explica, por exemplo, a aproximação dos países asiáticos com o Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. Como explica também a ofensiva diplomática e econômica recente – maciça, em alguns casos – da China na Ásia Central, na

África, e até mesmo na Venezuela; e a presença crescente da Índia, em Burma, Sudão, Líbia, Síria, Costa do Marfim, Vietnã e na própria Rússia.

Além da participação chinesa conjunta na disputa competitiva, quase belicosa, com os Estados Unidos e com a Rússia, pelo petróleo do Mar Cáspio e seus oleodutos alternativos de escoamento, através da Ucrânia, Geórgia, Azerbaijão, Turquia, Polônia, ou Afeganistão e Paquistão, onde grandes corporações públicas e privadas chinesas e indianas já tem seguido a essa mesma estratégia, realizar investidas fora de sua zona imediata de atuação tradicional, buscando controlar empresas estrangeiras que garantam o fornecimento futuro de petróleo para seus países.

Fiori (2005) dá o exemplo da *China National Offshore Corporation*, que comprou participação acionária em empresas no Irã, como também no grupo *Yukos* na Rússia, e na *Unocal*, dos Estados Unidos. Fiori também aponta que o mesmo caminho que vem sendo trilhado por grandes empresas estatais indianas tais como a *Oil and Natural Gas Corporation Limited* (ONGC) e a *Indian Oil Corporation* (IOC) que anunciaram novas associações na Rússia, no Irã e na própria China.

Fiori (2005) também cita o estudo realizado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, que atribui a esta mesma disputa energética, a recente reestruturação naval e a presença militar crescente dos chineses e indianos no Mar da Índia e no Oriente Médio. O autor relembra o parentesco próximo entre os caminhos do mercado e a competição militar, sintetizando que, o que está se vendo no campo geoeconômico e, em particular, no “mundo da energia”, é uma expansão veloz da demanda e um aumento da intensidade da competição, entre os velhos e os novos grandes consumidores do petróleo e gás natural no mundo. Mas esta não é apenas uma disputa normal de mercado, nem é o produto de alguma manobra da OPEP ou do aumento puro e simples das taxas de crescimento da economia mundial. Pelo contrário, é o produto de uma gigantesca mutação geoeconômica do capitalismo mundial, que está exigindo não apenas um aumento da produção da energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção.

Arrighi (2007) aponta como potencialmente disruptiva a dominância financeira do Norte e o interesse que a Arábia Saudita e outros países do Oeste Asiático mostraram em redirecionar pelo menos parte do seu superávit, dos Estados Unidos e Europa para o Leste e Sul da Ásia. O autor também aponta que, apesar de suas aquisições maciças de títulos do Tesouro dos EUA, a China tem desempenhado um papel de liderança tanto no redirecionamento do superávit do Sul para destinos no Sul quanto no fornecimento de alternativas atraentes para o comércio, investimento e assistência aos países e instituições financeiras do Norte.

De acordo com banqueiros ocidentais, "está-se definitivamente vendo um grande salto em termos de fluxo de negócios entre o Oriente Médio e a Ásia, e o sudeste da Ásia e a China em particular", embora, por enquanto, os investidores da Ásia Ocidental não estejam retirando dinheiro dos Estados Unidos, "muito dinheiro novo oriundo dos altos preços do petróleo não está indo para a América do Norte" (ARRIGHI, 2007, p.383).

A razão mais convincente, de acordo com Arrighi (2007), é estritamente econômica: a China e todas as economias asiáticas em rápido crescimento querem o petróleo e o capital da Ásia Ocidental e a liquidez gerada por esse petróleo, e estão buscando investimentos com retornos maiores do que os títulos do Tesouro dos EUA. O autor conta que esse cenário pode ser ilustrado com a manifestação verbal de Manmohan Singh, primeiro ministro da Índia, na reunião anual do Banco de Desenvolvimento Asiático, em 2006, onde Singh incitou nações orientais a redirecionarem os seus superávits para projetos de desenvolvimento asiáticos. Arrighi (2007, p.384) ressalta que um observador norte-americano achou o discurso "deslumbrante" – e "o prenúncio do fim do dólar e da hegemonia americana", porém, argumentando numa direção diferente: "Hegemonia americana, ao contrário de pura dominação, com toda a probabilidade já terminou; mas, assim como a libra esterlina continuou a ser usada como moeda internacional três a quatro décadas após o fim da hegemonia britânica, o dólar também irá".

É muito provável que o dólar continue a ser a moeda de reserva global e, enquanto esta situação se mantiver inalterada, os EUA continuarão desfrutando de uma posição privilegiada em relação ao resto do mundo. No entanto, o tamanho e o dinamismo da economia chinesa sugerem que o yuan acabará ganhando um peso relativo maior. Nesse sentido, segundo o relatório *Global Development Horizons 2011*, do Banco Mundial, prevê-se que o cenário mais provável para 2025 será um sistema "multi-moeda" baseado no dólar dos EUA, o euro e o yuan. Sob estas circunstâncias, para Arrighi (2007), a resistência do Norte à subversão da hierarquia global de riqueza e poder só pode ter sucesso com a colaboração generalizada do Sul. Crucial a este respeito é o que a China e a Índia - que por si só representam mais de um terço da população mundial - vão escolher fazer. A consolidação do comércio de petróleo em outra moeda além o dólar, entre essas duas nações, carrega consigo grandes implicações.

Hoje a multipolaridade torna possível o desenvolvimento de mais competidores e permite que mais e mais países recusem o sistema do dólar, entretanto o papel do dólar mundial é tão amplamente reconhecido como próximo ao seu final que até o Reino Unido, que tem sido o suporte crítico para o sistema do dólar percebeu que, se o centro financeiro da cidade de Londres deseja continuar a ser um grande centro de finanças mundiais, deve juntar-se à China

e ao novo padrão de financiamento que ela representa (DESAI, 2015). A liderança chinesa entendeu bem os sinais, engajando-se em uma série de iniciativas para expandir a demanda doméstica, começando com o boom dos investimentos pós-2008, continuando com o recente aumento dos salários e culminando em um plano ambicioso de desenvolver o seu oeste negligenciado, como parte da iniciativa *One Belt, One Road*, também conhecida como Nova Rota da Seda (DESAI, 2005, p.12). Considera-se na presente pesquisa que a instauração do petroyuan, em 2018, é parte dessas iniciativas chinesas e está intrinsecamente ligada ao processo da internacionalização da sua moeda, oficialmente integrada aos Direitos Especiais de Saque (SDR) do FMI, em primeiro de outubro de 2016¹.

No entanto, depois disso, é possível avaliar que o yuan se desvalorizou, e os esforços de Pequim para sustentar a moeda, incluíram a imposição de cortes nas saídas de capital, enfraquecendo seu apelo internacional. Por outro lado, existem alguns compradores para o yuan. A Rússia e o Irã estão usando o yuan para liquidar algumas transações com petróleo desde 2015. Ambos os países são alvos de sanções norte-americanas, incluindo restrições bancárias, e ambos exportam grandes volumes de petróleo bruto para a China. A Venezuela também mostrou algum interesse em negociar em yuan, e Angola e Nigéria também estão vendendo algum petróleo e gás na moeda chinesa. E em janeiro de 2018, o Banco Central do Paquistão disse que adotou oficialmente o yuan como moeda de troca com a China. Vários bancos, incluindo o HSBC e o Deutsche Bank, também estão recolhendo o yuan para suas reservas de moeda, o que é indicativo da crescente aceitação do yuan como moeda internacional, embora permaneça muito atrás do dólar. No entanto, o verdadeiro teste da aceitabilidade internacional do yuan é a aceitação da Arábia Saudita. Se o reino saudita, que foi em grande parte responsável por instituir o dólar como moeda global, aceitar o yuan, mesmo parcialmente, por suas exportações para a China, isso ajudará muito a tornar a moeda chinesa mais aceitável internacionalmente.

Torres e Pose (2017) ressaltam que o processo de internacionalização da moeda chinesa é uma das mais importantes respostas daquele país à crise financeira internacional de 2008. Entretanto, não cabe identificar nessa iniciativa uma estratégia para levar a moeda chinesa a competir diretamente com o dólar, ou mesmo a desbancar sua posição hegemônica. Pois, de acordo com os autores, o sistema monetário internacional apresenta um caráter hierarquizado, com poucas moedas nos patamares superiores, desempenhando um grande número de funções e, no presente momento, o dólar continua sendo a moeda-chave, que ancora o sistema, sem se

¹ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2016/09/30/AM16-PR16440-IMF-Launches-New-SDR-Basket-Including-Chinese-Renminbi>

avistar a existência de competidores próximos. Essa hierarquia monetária não é dada apenas pela vontade dos emissores, mas envolve também questões políticas e econômicas.

Torres (2014) ressalta que, apesar de apresentar vários dos determinantes elencados para ter uma moeda amplamente conversível, a China não conseguiu, até o momento, nem mesmo fixar sua moeda entre as mais importantes no sistema, muito menos como competidora do dólar. Para o autor, essa meta não faz parte dos objetivos chineses, pois, o projeto de internacionalização do *Renminbi* (RMB), ou yuan, é claramente defensivo: visa diminuir a dependência chinesa frente à moeda americana e, com isso, aumentar sua capacidade de resistir às instabilidades inerentes ao padrão monetário e financeiro atual.

Para Torres (2014) esse objetivo vem enfrentando obstáculos para ser concretizado, pois, manter uma moeda com ampla utilização internacional traz custos e riscos ao Estado emissor. Por isso, a China tem prosseguido com cautela no processo de internacionalização do RMB; as reformas e medidas de abertura financeira têm sido graduais e seguem um ritmo lento. Na maior parte do tempo, Hong Kong foi utilizada como “ponta de lança” para testagem de um conjunto de medidas. A partir disso, a experiência acumulada é aplicada de modo a alargar a base internacional do RMB e permitir uma integração entre os mercados *offshore* e doméstico. Para Torres (2014), um maior aprofundamento da internacionalização do RMB irá requerer reformas no mercado financeiro local e maior liberalização da conta capital. Porém, isso não parece ainda estar no horizonte. O controle estrito sobre variáveis macroeconômicas e a estabilidade interna são prezados acima do uso internacional da moeda, dentro do modelo de crescimento vigente. Isso requer, no entendimento das autoridades chinesas, um relativo insulamento de seu sistema financeiro doméstico frente aos mercados globalizados.

Torres e Pose (2017) argumentam, então, que a China estaria buscando uma “internacionalização controlada” de sua moeda – uma perspectiva que desafia as análises tradicionais puramente econômicas, e de modo inédito, buscando ampliar o uso de sua moeda, mantendo o sistema financeiro sob controle do Estado e a conta capital pouco aberta, ao menos no curto prazo, apontando que, a despeito de não possuir precedente histórico, seja possível construir um mecanismo limitado de internacionalização da moeda, visando apoiar as empresas nacionais em seu comércio externo e de reciclagem das enormes reservas em moeda estrangeira que o país detém, sem, no entanto, promover mudanças profundas no padrão de funcionamento do sistema monetário atual.

Como apontado por Torres (2017), os efeitos da crise financeira internacional ainda se fazem sentir na economia global. As taxas de crescimento, inclusive as da China, continuam inferiores, o desemprego mantém-se elevado e o comércio internacional não recuperou os níveis

anteriores a 2008. Torres denomina esse fenômeno como “Longa Recessão”, que continua em curso apesar do intenso ativismo econômico dos diferentes governos. As taxas de juros das principais moedas são mantidas em níveis próximos a zero, os bancos centrais inundam os mercados com dinheiro e liquidez, e as dívidas públicas seguem em expansão. “A profundidade da crise gerou dúvidas quanto à sustentabilidade do Sistema Monetário Internacional” (HELLEINER, 2014²).

O presidente do Banco Central chinês Xiaochuan demandou, na reunião do G-20 de novembro de 2008, a constituição de uma “nova ordem internacional que fosse boa para todos, justa, inclusiva e ordenada”. Em março seguinte, Xiaochuan fez coro afirmando que “o surgimento da crise e seu espalhamento pelo mundo inteiro refletem as vulnerabilidades inerentes e riscos sistêmicos no sistema monetário internacional existente” (XIAOCHUAN, 2009³).

Torres (2017), refere a despeito do sucesso alcançado por essas políticas na preservação do *status quo* do Sistema Monetário Internacional (SMI), que a China manteve o curso de seu projeto de internacionalização monetária, iniciativa concebida originalmente como resposta à crise de 2008. O objetivo da internacionalização da sua moeda é promover a maior utilização dela por governos e empresas estrangeiras, e tendo como intuito diminuir a dependência chinesa e de seus parceiros em relação ao uso do dólar em suas transações internacionais, aumentando a resiliência dessas relações comerciais e financeiras frente à eventuais turbulências do SMI. Torres (2017) expõe que essa perspectiva se opõe à visão de que a internacionalização do *renminbi* pretende, no longo prazo, substituir o dólar na sua posição de moeda-chave do SMI.

Assim, Torres e Pose (2017) defendem a hipótese de que esse projeto tem um caráter eminentemente defensivo, advindo da resposta chinesa à crise de 2008, pois essa perspectiva está em oposição ao entendimento de que os fundamentos econômicos e políticos da internacionalização do RMB objetivam, no longo prazo, substituir o dólar na sua posição de moeda principal do sistema.

A China tem trabalhado para a desdolarização global e a internacionalização de sua moeda, o yuan, através da assinatura de swaps cambiais bilaterais, da instalação de centros de liquidação direta fora da Ásia e da abertura programada do mercado de capitais, tendo como

² HELLEINER, E. **The status quo crisis**: global financial governance after the 2008 meltdown. Oxford: Oxford University Press, 2014.

³ XIAOCHUAN, Z. Reform the international monetary system. *BIS Review*, n. 41, mar. 2009. Disponível em: <http://www.bis.org/review/r090402c.pdf>

objetivo ampliar a autonomia chinesa em relação a estruturas do mercado financeiro centradas nos EUA/União Europeia (PAUTASSO, 2015).

O processo de desdolarização, refere Pautasso (2015) não é uma política cujo resultado dar-se-á no curto prazo, mas é certo também que uma economia que poderá ser 25% maior do que a dos EUA em 2050, necessariamente terá sua moeda demandada como reserva de valor. Embora o domínio continuado do dólar americano não seja inevitável nem necessariamente desejável, isso não significa que o *renminbi/yuan* o substituirá. Sem dúvida, seu uso no comércio, emissões de títulos e reservas soberanas têm crescido, isso também em um tempo relativamente curto, mas os mercados financeiros não confiáveis ou sem liquidez da China continuam sendo um grande impedimento. A China terá que buscar reformas para fortalecer os mercados de dívida interna, melhorar a governança corporativa e trazer mais transparência regulatória e fazer cumprir o estado de direito a fim de atrair e absorver imensos fluxos financeiros globais.

O lançamento de um contrato futuro para o petróleo bruto pela China na Bolsa de Futuros de Xangai (ShFE) permite que os investidores aproveitem pela primeira vez a dinâmica da oferta e da demanda nos mercados mundiais de petróleo. Até agora, os mercados de petróleo foram dominados por dois instrumentos financeiros futuros: o *West Texas Intermediate* (WTI) e o Brent da Europa. A Ásia carecia de um instrumento financeiro próprio, apesar de sua posição como o maior consumidor de petróleo do mundo e de crescimento mais rápido, completando a globalização do mercado do óleo, pois o seu sucesso implica que agora há três grandes mercados globais para o óleo: o da Ásia/Pacífico (APAC), o da Europa, Oriente Médio e África (EMEA) e o das Américas (AMERS), cada um com seu *benchmark* distinto refletindo sua oferta e demanda.

Baseadas em referenciais teóricos do nível elaborado por Arrighi, Engdahl, Fiori, Spiro, Torres, Yergin, estas considerações finais observam as mudanças que estão em curso, em particular no mundo da energia, indicando não somente uma mudança na organização da arquitetura financeira, onde a China tem ganhado espaço, mas um aumento da intensidade da competição, entre os velhos e os novos grandes consumidores do petróleo e do gás natural disponíveis no mundo.

Esta não é apenas uma disputa normal de mercado, nem é o produto de alguma manobra da OPEP ou do aumento puro e simples das taxas de crescimento da economia mundial. Pelo contrário, é o produto de uma gigantesca mutação geoeconômica do capitalismo mundial, que está exigindo não apenas um aumento da produção da energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção. E o fenômeno da instauração dos contratos

futuros para o óleo negociado na Bolsa de Valores de Shanghai, deve ser visto sob a luz da ascensão chinesa. Resta saber se a ampla adoção desses contratos servirá à tese apresentada por Arrighi no epílogo de Adam Smith em Pequim (2007), a de utilizar o superávit de países do Sul para benefício próprio, ao invés de continuar alocando o superávit de sua balança de pagamentos em instrumentos de dominação do Norte.

É curioso observar que um dos entraves enfrentados ao longo do estudo deste objeto de pesquisa, os contratos futuros, foi a temporalidade dos fatos, que precisou ser considerada inúmeras vezes, mesmo podendo ser explicada como fruto de um processo/resposta chinesa pós-crise de 2008 (de 10 anos) e onde o petroyuan completou um ano de funcionamento em 26 de março de 2019.

Logo, o objeto de estudo é muito recente, mesmo entendido como um esforço ao longo do tempo que resultou na sua criação. Não obstante, pela própria magnitude do tema e suas possíveis implicações a longo prazo para o sistema-mundo, novos e mais aprofundados estudos são necessários, principalmente no que tange à sua adoção por blocos econômicos e o seu papel para o multilateralismo. A soma desses fatores e a utilização desses contratos na Nova Rota da Seda, poderão vir a concretizar a emergência de uma comunidade de nações, o que Arrighi chamou de “Nova Bandung”, onde, ao contrário da anterior, mais ligada por valores históricos e ideológicos, essa será firmemente integrada por valores econômicos.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997. (Coleção Zero à Esquerda).
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**: Linhagens do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. **Caos e Governança no moderno sistema-mundo**. Minnesota: University Of Minnesota Press, 1999.
- ARRIGHI, G. **Movimentos Anti-Sistêmicos**. Bristol: New Left Books, 1989.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século Vinte, Dinheiro, Poder e a Origem dos Nossos Tempos**. London: New Left Books, 1994
- ATWATER, G. I.; RIVA, J. P.; MCLEROY, P. G. Petroleum. In: **Encyclopædia Britannica**. [S.l.: s.n.]. Ago. 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/petroleum>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998. v.1.
- BOUGHTON, J. **Why White, Not Keynes?** Inventing the Postwar International Monetary System. [S.l.]: Policy Development and Review Department, 2002. (IMF Working Paper).
- BRAUDEL, F. **A Gramática das Civilizações**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1989.
- CHAYEFESKY, P. **Network**. United States: Metro-Goldwyn-Mayer, 1976. trecho interpretado por Arthur Jensen (Ned Beatty).
- CHOW, S. **Petroquímica y sociedad**. Subsecretaría de Educación Superior e Investigación Científica (SEP), Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACyT). México: Fondo de Cultura Económica, 1987. (Colección. LA CIENCIA PARA TODOS)
- CLARK, W. R. **Petrodollar Warfare**: Oil, Iraq and the Future of the Dollar. Gabriola Island: New Society, 2005.
- DESAI, R. **Geopolitical Economy**: The Discipline of Multipolarity. [S.l.]: Valdai Papers. 24 jun. 2015.
- EICHENGREEN, B. **How Global Currency Work**: Past, Present, and Future. Princeton: Editora, 2017.
- EICHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital**: A History of the International Monetary System. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- ENGDAHL, F. W. **A Century of War**: Anglo-American Oil Politics and New World Order. Pluto Press, London, 1992.

ENGDAHL, F. W. **Gods of Money: Wall Street and the Death of the American Century**. Wiesbaden: Edition Engdahl, 2009.

ENGDAHL, F. W. **Myths Lies and Oil Wars**. Wiesbaden: Edition Engdahl, 2012.

FERREIRA, K. **China e Ásia Central: petróleo, segurança e os Estados Unidos**. Campinas, SP: (s.n), 2012.

FIORI, J. Mudanças Estruturais e Crise de Liderança no Sistema Mundial. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, Rio de Janeiro, n. 7, out./dez. 2005.

GREAVES, W. Insecurities of non-dominance: re-theorizing human security and environmental change in developed states. *In*: SCHNURR, Matthew A.; SWATUK, Larry A. (ed.). **Natural Resources and Social Conflict: Towards Critical Environmental Security**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 63-82.

HELLEINER, E. **States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990's**. London: Cornell University Press, 1994.

HENDRIX S.; NOLAND. M. **Confronting the Curse: The Economics and Geopolitics of Natural Resource Governance**. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2014.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. **World Energy Outlook (WEO)**. London, 13 Nov., 2018. Disponível em: <https://www.iea.org/media/presentations/WEO2018-Presentation.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

KERR, L. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o papel do centro de decisão energética** 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

KERR, L. **Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana**. 2007. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KUTCHEROV, V; KRAYUSHKIN, V. Deep-seated abiogenic origin of petroleum: From geological assessment to physical theory. **Reviews of Geophysics –REV GEOPHYS**. 2010.

LOBATO, M. **O escândalo do petróleo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

OATLEY, T. **International political economy**. Glenview, IL: 2011.

OVERLAND, I. Future Petroleum Geopolitics: Consequences of Climate Policy and Unconventional Oil and Gas. In: Autor (ed.). **Handbook of Clean Energy Systems**. Editado por Jinyue Yan. Norway: Norwegian Institute of International Affairs (NUPI), 2015.

PAUTASSO, D. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, s. 1, p. 45-56, 2011a.

PAUTASSO, D. O Fortalecimento das Relações Sul-Sul: Estratégia e Realidade para os Países Emergentes, **Revista Conjuntura Austral**, v. 2, n. 8, 2011b.

PAUTASSO, D. **O papel da China na nova arquitetura financeira mundial**. Fortaleza, Ceará, Observatório das Nacionalidades (ON), Universidade Estadual do Ceará (UFC), 23 Jul. 2015. Palestra ministrada aos professores e alunos do ON/UFC. Disponível em: <http://www.uece.br/nacionalidades/index.php/noticias/43554-o-papel-da-china-na-nova-arquitetura-financeira-mundial-texto-de-diego-pautasso>

PEREIRA, J. Environmental issues and international relations, a new global (dis)order - the role of International Relations in promoting a concerted international system. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 58, n. 1, p. 191-209, Jun.. 2015.

PIRES, M. C. A reconstrução da hegemonia da China na Ásia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH- Brasil, 2011. p. 1-13.

REYES, M. G; RONQUILLO, G. **Estados Unidos, petróleo y geopolítica**: las estrategias petroleras como un instrumento de reconfiguración geopolítica. Instituto Mexicano del Petróleo. México: Plaza y Valdés Editores. 2005.

ROBINSON, P. **The Origin of Petroleum**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226038766_Petroleum_Processing_Overview.

SATO, E. **Economia e Política das Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SHANGHAI INTERNATIONAL ENERGY EXCHANGE – INE. **Casa de Câmbio Energético Internacional de Xangai**. China, 2018. Disponível em: <http://ine.cn>

SOCIETY OF PETROLEUM ENGINEERS – SPE. **Petróleo e Gás Natural**. [Nova York]: DK, 2007. (Energy4me). Disponível em: http://energy4me.org/wp-content/uploads/Brazil-Portuguese_oil_gas_WEB.pdf.

SPIRO, David. E. **The Hidden Hand of American Hegemony**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

TORRES, Ernani. F. A crise do sistema financeiro globalizado contemporâneo. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 34, 2014.

TORRES, E. F; POSE, M. A Internacionalização da moeda chinesa: Disputa hegemônica ou estratégica defensiva? **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, 2017.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION – EIA. **Full Report on China's International Energy Data and Analysis**. Washington, DC, May 14th, 2015. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=CHN>

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISARMAMENT AFFAIRS – UNODA. **The relationship between disarmament and development in the current international**

context. Department for Disarmament Affairs. Report of the Secretary-General. New York: UNITED NATIONS PUBLICATION, 2004. (Study Series, 31). Disponível em: https://unoda-web.s3-accelerate.amazonaws.com/wpcontent/uploads/assets/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/DSS_31.pdf. Acesso em:

YERGIN, D. **The prize:** the epic quest for oil, money, and power. New York: Simon & Schuster, 1991.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARNETT, J. **Environmental Security**. *In*: Contemporary Security Studies. Edited by Alan Collins. New York: Oxford, 2010. p. 218-237.
- COHEN, B. J. **International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.
- ENGDAHL, F. William. **Full Spectrum Dominance: Totalitarian Democracy in the New World Order**. Wiesbaden: Edition Engdahl, 2009.
- FATTOUH, Bassam. **An Anatomy of the Crude Oil Pricing System**. The Oxford Institute for Energy Studies, 2011.
- FIORI, J. L. **História, Estratégia e Desenvolvimento: Para uma Geopolítica do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FIORI, J. L. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FIORI, J. L. **O Poder Americano**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- FIORI, J. L. **O Poder Global e a nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FIORI, J. L. **Poder e Dinheiro Uma Economia Política da Globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- FIORI, J.L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FRANCISCO, E. G. **Petroleum Politics: China and Its National Oil Companies**. 2013. Master Thesis in Advanced European and International Studies Anglophone Branch – Centre International de formation européenne Institut Européen.
- GARRET, N.; PICCINNI, A. **Natural Resources and Conflict**. A New Security Challenge for the European Union. London: Resource Consulting Services, 2012.
- KEOHANE, R. **The Theory of Hegemonic Stability and Changes in International Economic Regimes, 1967-1977**. Center for International Relations, 1980.
- KINDLEBERGER, C.; ALIBER, R. **Manias, Panics and Crashes: A History of Financial Crises**. London: Palgrave Macmillan, 2005.
- KRASNER, S. D. **State Power and the Structure of International Trade**. World Politics, 1976.
- MULLIGAN, S. **Official secrets and popular delusions: security at the end of the fossil fuel age?** *In* Natural Resources and Social Conflict. Towards Critical Environmental Security. Edited by Matthew A. Schnurr and Larry A. Swatuk. p. 152-169. London: Palgrave Macmillan, 2012.

NSOULI, S. M. Petrodollar Recycling and Global Imbalances. In: AT THE CESIFO'S INTERNATIONAL SPRING CONFERENCE. **International Monetary Fund**. Berlin, March 23-24, 2006. Disponível em:
<http://www.imf.org/external/np/speeches/2006/032306a.htm>

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 237-253, jan. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643081>

VIOLA, et al. **Sistema Internacional de Hegemonia Conservadora. Governança Global e Democracia na Era da Crise Climática**. São Paulo: Annablume, 2013.

WALLERSTEIN, I. **A Economia Mundo Capitalista**. Cambridge University Press, 1979.

WORLD ECONOMIC FORUM. “**World Economic Forum Annual Meeting 2014. The Reshaping of the World: Consequences for Society, Politics and Business**”. Geneva: World Economic Forum, 2014.